



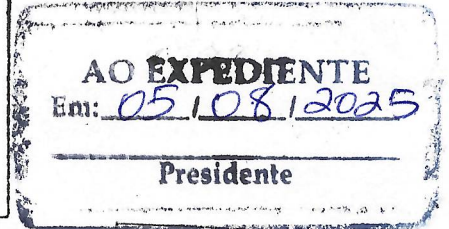
LIDO NA SESSÃO DO DIA

05 AGR 2025

LIDO, AUTUE-SE E
INCLUA EM PAUTA

05 AGO 2025

1º Secretário



Projeto de Lei nº. 981/25

RONDÔNIA

Governo do Estado

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO

às 14h

05 AGO 2025

Elieneide Lopes
Servidor (nome legível)Estado de Rondônia
Assembleia Legislativa

05 AGO 2025

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

MENSAGEM Nº 164, DE 4 DE AGOSTO DE 2025.

Protocolo: 1063/25

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa ínclita Assembleia Legislativa, nos termos do art. 65, *caput*, inciso III, da Constituição do Estado, o anexo Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 432.653,08, e crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, até o valor de R\$ 10.215,62, em favor da unidade orçamentária Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - Idep/RO.”, no orçamento-programa do estado de Rondônia para o exercício de 2025.

Nobres Parlamentares, a mencionada propositura justifica-se pela necessidade de adequar a programação orçamentária do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - Idep/RO, tendo em vista a devolução do saldo remanescente à União, juntamente com seus devidos rendimentos, de recurso inicialmente destinado ao atendimento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, o qual ofertou vagas destinadas à população prisional para cursos de qualificação profissional. Dessa forma, o superávit no valor de R\$ 432.653,08 (quatrocentos e trinta e dois mil seiscentos e cinquenta e três reais e oito centavos) é proveniente de saldo remanescente do exercício de 2024, referente ao repasse da União, por meio do Ministério da Educação - MEC, ao Idep/RO, que é parceiro ofertante da Bolsa-Formação no âmbito do Programa. Quanto ao excesso de arrecadação, no valor de R\$ 10.215,62 (dez mil duzentos e quinta reais e sessenta e dois centavos), comporta o valor do rendimento do mesmo recurso no exercício de 2025.

Outrossim, tal medida decorre da transferência de recursos por meio da Nota Técnica Conjunta firmada entre o Departamento Penitenciário Nacional - Depen e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec/MEC, que objetivou regulamentar a utilização dos recursos provenientes do Fundo Penitenciário Nacional - Funpen, os quais foram repassados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE pelo Depen, sendo destinados à execução da modalidade do Pronatec no âmbito do Sistema Prisional, conforme exposto na Nota Técnica nº 1/2018/COECE/CGPC/DIRPP/DEPEN/MJ, no Termo de Compromisso de Oferta de Cursos de Qualificação Profissional no Sistema Prisional, de 29 de maio de 2018, e no Ofício nº 506/2025/IDEP-GEFIN, de 10 de junho de 2025.

Cabe destacar que o Idep/RO deve observar as determinações previstas na Lei Federal nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que instituiu o Pronatec, bem como suas alterações posteriores. Deve, igualmente, cumprir o disposto na Portaria nº 817, de 13 de agosto de 2015, nos atos regulamentares expedidos pelo Ministério da Educação - MEC, pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec/MEC e pelo FNDE, no Manual de Gestão da Bolsa-Formação, além de outros documentos legais e infralegais relacionados à oferta dos cursos de qualificação profissional da Bolsa-Formação. Além disso, deverá observar os documentos específicos dessa oferta, a saber a Portaria nº 59, de 8 de dezembro de 2017, bem como a Nota Técnica Conjunta. O presente Termo de Compromisso tem por objeto estabelecer o compromisso dos órgãos gestores da educação do Distrito Federal, Estados e Municípios com a oferta de cursos de qualificação no sistema prisional, no âmbito da Bolsa-Formação do Pronatec.

ASSINATURA
05/08/25
19h31m

AO DEPARTAMENTO
LEGISLATIVO

05/08/2025

Carlos Alberto M. Manvailer
Secretário Legislativo

Estado de Rondônia
Assembleia Legislativa

05/08/2025

Protocolo

Ademais, conforme disposto no parágrafo conclusivo do Termo de Compromisso, durante a execução do compromisso poderá haver variação no total de horas-aluno e no número de vagas, em decorrência da carga horária dos cursos executados. Essa flexibilidade é necessária para adequar a execução às especificidades e às demandas do processo educativo, garantindo maior eficiência e efetividade na aplicação dos recursos públicos. Nesse contexto, o saldo financeiro remanescente, resultante dessa variação, deverá ser reprogramado ou devolvido pela instituição ofertante, em estrita observância aos dispositivos previstos na Lei Federal nº 12.513, de 2011, que regula o Pronatec, bem como demais normas correlatas que regem a correta gestão dos recursos públicos, assegurando transparência, responsabilidade fiscal e conformidade com os princípios da administração pública.

Diante do exposto, reforço a extrema importância da disponibilidade orçamentária para a referida unidade gestora, visando assegurar o cumprimento integral das obrigações assumidas e evitar, assim, eventuais sanções ou penalidades administrativas e jurídicas ao Estado decorrentes de inadimplência contratual ou falhas na execução do programa. Ressalto que os cursos previstos foram integralmente realizados, com resultados concretos na qualificação profissional dos beneficiários no sistema prisional, fato que reforça a relevância social e institucional desta iniciativa. Portanto, a aprovação deste Projeto torna-se imprescindível para a continuidade das ações de formação e para o pleno alcance dos objetivos previstos no Pronatec no sistema prisional.

Assim sendo, busco o apoio dessa respeitável Casa de Leis, consoante ao mandamento legal disposto no art. 43, *caput*, § 1º, inciso I e II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, tendo em vista a necessidade de reforço ao orçamento estadual, para o exercício com recurso até o valor citado.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, à pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 04/08/2025, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 *caput* e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0062474099** e o código CRC **CE5EE1AD**.

Referência: Caso responda esta Mensagem, indicar expressamente o Processo nº 0035.003273/2025-75

SEI nº 0062474099





RONDÔNIA



Governo do Estado

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

PROJETO DE LEI DE 4 DE AGOSTO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 432.653,08, e crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, até o valor de R\$ 10.215,62, em favor da unidade orçamentária Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - Idep/RO.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 432.653,08 (quatrocentos e trinta e dois mil seiscentos e cinquenta e três reais e oito centavos), em favor da unidade orçamentária Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - Idep/RO, para dar cobertura orçamentária à despesa corrente, no presente exercício, a ser alocada conforme Anexo I.

Parágrafo único. O superávit financeiro indicado no *caput* é proveniente de reprogramação do saldo financeiro do exercício de 2024, apurado no balanço patrimonial, nas conciliações e extratos das contas bancárias específicas.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, até o valor de R\$ 10.215,62 (dez mil duzentos e quinze reais e sessenta e dois centavos), em favor da unidade orçamentária Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - Idep/RO, para dar cobertura orçamentária à despesa corrente, no presente exercício, a ser alocada conforme Anexo II.

Parágrafo único. O recurso necessário à execução do disposto no *caput* decorrerá de excesso de arrecadação, indicado no Anexo III e no valor especificado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO SUPLEMENTA

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA			432.653,08

	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE RONDÔNIA - IDEP/RO			
16.020.12.363.2134.2355	PROMOVER CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	339093	2.569.0	432.653,08
TOTAL				R\$ 432.653,08

ANEXO II

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO SUPLEMENTA

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE RONDÔNIA - IDEP/RO			10.215,62
16.020.12.363.2134.2355	PROMOVER CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	339093	1.569.0	10.215,62
TOTAL				R\$ 10.215,62

ANEXO III

CRÉDITO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

EXCESSO

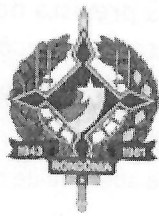
Código	Especificação	Tipo	Fonte de Recurso	Valor
13210101	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	A	1.569.0	10.215,62
TOTAL				R\$ 10.215,62



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 04/08/2025, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0062474374** e o código CRC **07861D5F**.



RONDÔNIA
★
Governo do Estado

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG
Gerência de Execução Orçamentária Governamental - SEPOG-GEOG

ANÁLISE TÉCNICA

Análise Técnica nº 363/2025/SEPOG-GEOG

Porto Velho - RO, data e hora na assinatura eletrônica.

Processo: 0035.003273/2025-75

Assunto: Abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro e excesso de arrecadação para a UG IDEP/RO.

Ref.: Processo SEI 0048.000550/2025-49

Senhora Secretária,

A par dos cumprimentos de costume, submetemos a Vossa Senhoria a Análise Técnica, referente ao Ofício nº 6503/2025/SEPOG-GEOG (0062127040) e a Minuta de Projeto de Lei (0062127043). Passamos a informar:

1. DO PLEITO:

1.1. Trata-se de solicitação de abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro ao orçamento vigente, até o valor de R\$ 432.653,08 (quatrocentos e trinta e dois mil seiscentos e cinquenta e três reais e oito centavos), e crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, até o valor de R\$ 10.215,62 (dez mil duzentos e quinze reais e sessenta e dois centavos), em favor da unidade orçamentária Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional - Idep, para o exercício de 2025.

1.2. Os recursos destinam-se para devolução dos recursos à União, referente aos saldos remanescente e rendimentos financeiros quanto a destinação para população prisional, por meio do Pronatec/Prisional, conforme o Ofício nº 506/2025/IDEP-GEFIN (0059147429) e a Errata (0061806140).

1.3. Dando a sequência, passamos à análise.

2. DA LEGISLAÇÃO:

2.1. Inicialmente, é de suma importância ressaltar que a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG/RO), dentro da esfera de sua competência, emite sua posição em conformidade com o artigo 118, da Lei Complementar nº 965/2017.

2.2. No que tange à Gerência de Execução Orçamentária Governamental (GEOG/SEPOG), responsável pela gestão e acompanhamento da execução orçamentária e financeira do Estado,

manifestamos de acordo com as competências prevista no art. 39 do Decreto nº 29.945, de 09 de janeiro de 2025 (0055070075), destacam-se as seguintes atribuições:



Art. 39. À Gerência de Execução Orçamentária Governamental, subordinada à Coordenação de Planejamento Governamental, compete:

- I - analisar as solicitações de abertura de créditos adicionais;
- II - elaborar minutas de projetos de leis, de decretos e portarias, afetos às alterações orçamentária;
- III - acompanhar, em nível central, a execução da despesa e a realização da receita;
- IV - emitir relatório periódico para a Coordenação de Planejamento Governamental quanto à realização da receita, em comparação com a execução da despesa das unidades orçamentárias, além de emitir alerta quando houver risco ao equilíbrio orçamentário e financeiro;
- V - acompanhar o percentual de limite de remanejamento previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício vigente;
- VI - providenciar a alocação orçamentária das emendas parlamentares estaduais;
- VII - orientar e supervisionar as unidades orçamentárias do Estado, na execução de seus orçamentos anuais;
- VIII - realizar a liberação de quotas por grupo de programação financeira - GPF às unidades orçamentárias, de acordo com cronograma de desembolso, conforme disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes, e em atenção a Programação Financeira informada pelo órgão central de finanças; e
- IX - acompanhar a execução de folha de pagamento da administração direta e indireta.

2.3. A abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação é um procedimento regulamentado pela Lei nº 4.320/64, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos públicos. O artigo 43 dessa lei dispõe que os créditos adicionais podem ser abertos quando a arrecadação de receitas ultrapassa a prevista no orçamento. em outras palavras, quando os recursos arrecadados superam o valor projetado, é possível abrir um crédito adicional para alocar esses recursos extras de maneira adequada, conforme citado abaixo:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (grifo nosso) (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (grifo nosso) (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 2º Entende-se por superavit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (grifo nosso) (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (grifo nosso) (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964). (Vide Lei nº 6.343, de 1976)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

2.4. Além disso, devem ser consideradas as disposições estabelecidas pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021, que define a padronização de fontes e destinação de recursos

para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e pela Portaria nº 354, de 08 de agosto de 2023, que regula as fontes de recursos no Estado de Rondônia.

2.5. Por fim, podemos considerar ainda as orientações contidas no Manual Técnico do Orçamento, 4ª Edição 2024, disponibilizado no site da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento, e Gestão (SEPOG/RO).

3. DA ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA:

3.1. Levando em consideração as informações constantes nos autos, apresentamos as seguintes informações sobre a referida proposta:

3.2. A presente proposta de abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro, no valor de R\$ R\$ 432.653,08 (quatrocentos e trinta e dois mil seiscentos e cinquenta e três reais e oito centavos), e crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, até o valor de R\$ 10.215,62 (dez mil duzentos e quinze reais e sessenta e dois centavos), é em favor da unidade orçamentária Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional - Idep, para o exercício de 2025.

3.2.1. O crédito adicional pleiteado destina-se para devolução dos recursos à União, referente aos saldos remanescente e rendimentos financeiros quanto a destinação para população prisional, por meio do Pronatec/Prisional, conforme o Ofício nº 506/2025/IDEP-GEFIN (0059147429) e a Errata (0061806140).

3.3. Considerando o inciso I do § 1º e o § 2º do art. 43 da Lei 4.320/64, o superávit financeiro é a diferença positiva entre o ativo e o passivo financeiro, apurados no balanço patrimonial do exercício anterior. Isso significa que, ao final do exercício, os recursos financeiros disponíveis foram superiores às obrigações financeiras a pagar.

3.4. Já o excesso de arrecadação, conforme o inciso II do § 1º e o § 3º do mesmo artigo, refere-se ao saldo positivo resultante da diferença, acumulada mês a mês, entre a receita prevista e a efetivamente arrecadada, considerando-se, ainda, a tendência de desempenho da arrecadação ao longo do exercício.

3.4.1. Desta forma, o referido superávit financeiro foi apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2024 (0059148410), publicado no Diário Oficial do Estado, o Extrato Bancário (0061068226) e informado na Nota Orçamentária 2025NO0000005 (0061049377). Quanto ao excesso de arrecadação, consta Nota Orçamentária 2025NO0000009 (0062125655), e a Análise Técnica Orçamentária nº 361/2025/SEPOG-GEOG (0062095371). O processo administrativo SEI n.º 0048.000550/2025-49 foi, portanto, submetido à análise da Contabilidade Geral do Estado (COGES), quanto aos aspectos contábeis e financeiro.

3.4.2. No que lhe compete, a COGES por meio dos itens 5.1 e 5.3, manifestou-se no sentido de que não foram identificados impedimentos para a abertura do crédito suplementar opinando favorável para aprovação da abertura do referido crédito, ressaltando, contudo, a importância do monitoramento da execução das despesas primárias, em conformidade com as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025. Ademais, destacou que o superávit financeiro ora pleiteado confirma a efetiva disponibilidade dos recursos em conta, conforme registrado na Análise nº 109/2025/COGES-CAPRCG (0062269256).

3.5. Ressaltamos que a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) está acompanhando a execução orçamentária e financeira por meio dos mecanismos de controle e monitoramento orçamentário e, havendo necessidade, tomará as medidas cabíveis para que o estado, ao final do exercício, se aproxime das metas fiscais estimadas na LDO/2024.

3.6. Empreendida a análise, passamos às considerações finais.

4. DA CONCLUSÃO:

5.1. Diante da análise realizada, verifica-se que a abertura do crédito adicional suplementar pleiteado encontra respaldo na existência de superávit financeiro apurado no exercício de 2024, devidamente comprovado por meio dos documentos que instruem o presente processo no item 3.3.1.



5.2. Da mesma forma, verifica-se respaldo na existência de excesso de arrecadação, conforme demonstrativo de receita extraído do sistema Diveport, igualmente comprovado pelos documentos apresentados no item 3.3.1.

5.3. Sob o aspecto orçamentário, a utilização do superávit financeiro observa os preceitos estabelecidos no artigo 43, inciso I, §§ 1º e 2º da Lei nº 4.320/64, uma vez que os recursos apresentam disponibilidade financeira vinculada, sem comprometer o equilíbrio fiscal. Do mesmo modo, a aplicação do excesso de arrecadação está em conformidade com o artigo 43, inciso II, §§ 1º e 3º da referida lei, considerando-se que os recursos também possuem disponibilidade financeira vinculada e não afetam o equilíbrio das contas públicas.

5.4. Diante do exposto, sob o aspecto orçamentário, **não há óbices à abertura do crédito suplementar**, cabendo às áreas competentes a adoção dos devidos procedimentos para sua operacionalização, com a devida observância aos princípios da legalidade, responsabilidade fiscal e eficiência na gestão pública.

5.5. Assim, foi elaborada a Mensagem e a Minuta de Projeto de Lei (0062127043), que encaminhamos para análise e apreciação, a fim de serem submetidas à Casa de Leis para a devida tramitação e deliberação.

5.6. Quanto aos impactos da abertura de crédito nas metas fiscais, a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) segue monitorando a execução orçamentária e financeira por meio dos mecanismos de controle orçamentário. Caso necessário, serão adotadas as medidas cabíveis para assegurar que o Estado se aproxime das metas fiscais estabelecidas na LDO até o final do exercício.

5.7. Sendo o que temos a informar para o momento, permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

5.8. É a análise que submete a Gerência de Execução Orçamentária Governamental (GEOG/SEPOG) para deliberação, conforme ordem contida no artigo 39 do Decreto nº 29.945, de 09 de janeiro de 2025.

Respeitosamente,

JOÃO PABLO CLAUDINO LIMA

Gerente de Execução Orçamentária Governamental da SEPOG/GEOG (0062022087)

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da SEPOG/GEOG

MARIA CECÍLIA SILVA SOARES

Assessora Técnica da SEPOG



Documento assinado eletronicamente por **JOAO PABLO CLAUDINO LIMA**, **Gerente**, em 21/07/2025, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA CECÍLIA SILVA SOARES**, **Assessor(a)**, em 21/07/2025, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0062137109** e o código CRC **8EC76B14**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Contabilidade Geral do Estado - COGES

Contadoria Central de Acompanhamento de Prevenção e Riscos das Contas de Governo - COGES-CAPRCG

ANÁLISE

Análise nº 109/2025/COGES-CAPRCG

ANÁLISE TÉCNICA

Para: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

Assunto: **Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro e Excesso de Arrecadação para atender à Unidade 16020 – IDEP**

Em atenção à solicitação formalizada por meio do Ofício nº 506/2025/IDEP-GEFIN (ID nº 0059147429), que trata da abertura de Crédito Adicional Suplementar por **Superávit Financeiro** no valor de **R\$ 432.653,08**, e referente à abertura de Crédito Adicional Suplementar por **Excesso de Arrecadação**, no valor de **R\$ 10.215,62** (dez mil duzentos e quinze reais e sessenta e dois centavos), bem como à informação prestada por meio do Ofício nº 5994/2025/SEPOG-GEOG (ID nº 0061786783), informamos que os créditos suplementares destinam-se ao atendimento da Unidade Orçamentária **16020 – Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - IDEP**

1. BREVE SÍNTESE DOS AUTOS

1.1. Trata-se do processo de solicitação de abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro e Excesso de Arrecadação, conforme as solicitações através do Ofício nº 506/2025/IDEP-GEFIN (ID nº 0059147429):

Superávit Financeiro: destinados à população prisional para cursos de qualificação profissional, por meio do Pronatec/Prisional. Os cursos foram totalmente executados, portanto, há necessidade de devolução do saldo remanescente à União.

Excesso de Arrecadação: Trata-se da devolução dos rendimentos financeiros do recurso destinado à população prisional, por meio do Pronatec/Prisional, juntamente com o saldo principal do curso. Os rendimentos também devem ser disponibilizados à União.

E ainda, com base nas informações contidas no Ofício nº 5994/2025/SEPOG-GEOG (ID nº 0061786783)

Trata-se da solicitação apresentada por meio do Ofício nº 506/2025/IDEP-GEFIN (0059147429), oriundo do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia – IDEP, que requer a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro, no valor de R\$ 432.653,08 (quatrocentos e trinta e dois mil, seiscentos e cinquenta e três reais e oito centavos), na fonte de recurso 2.569.0.00001 – Outras Transferências de Recursos do FNDE, para o exercício de 2025, conforme Nota Orçamentária nº 2025NO000005 (0061049377), cujo objetivo da solicitação é a devolução do saldo remanescente à União, tendo em vista que os cursos foram integralmente executados.

2. DA COMPETÊNCIA DA CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO NO PRESENTE PROCESSO ADMINISTRATIVO

2.1. Cumpre destacar que esta Contabilidade Geral do Estado, órgão central do Sistema de Contabilidade, tem por finalidade a definição, a disciplina e o exercício da supervisão técnica e a orientação normativa dos processos pertinentes à contabilidade governamental relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Pública Direta, Autárquica, Fundacional e Fundos Estaduais, com vistas a elaborar as Demonstrações Contábeis, a Prestação Geral de Contas do Estado e informações gerenciais conforme o Decreto n.º 27.158, de 12 de maio de 2022, que dispõe sobre o Estatuto da Contabilidade Geral do Estado - COGES, nos termos da Lei Complementar nº 1.109, de 12 de novembro de 2021.

2.2. Dessa forma, visando o controle efetivo dos saldos financeiros do Estado, a Contabilidade Geral do Estado publicou a Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 003/2024/COGES/GAB, a qual orienta quanto aos procedimentos e normativas para a abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação:

Esta Nota Técnica tem como objetivo orientar as Unidades Gestoras do Estado de Rondônia quanto aos procedimentos e normativas para a abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação, conforme previsto na Lei nº 4.320/64, bem como a essência da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), acerca da responsabilidade na gestão fiscal. O documento aborda a distinção entre excesso de arrecadação apurado, por tendência do exercício e eventos específicos para a contabilização, visando garantir transparência e em conformidade com os princípios legais, além da devida evidência contábil.

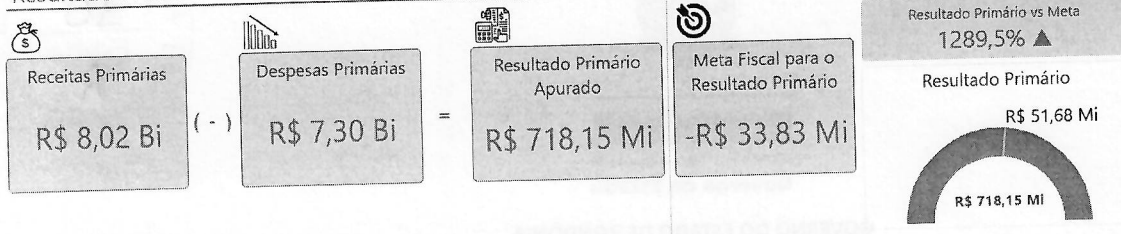
3. DA ANÁLISE QUANTO AOS ASPECTOS FISCAIS

3.1. A solicitação de crédito adicional suplementar implica na alteração dos valores inicialmente previstos nas fontes de recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2025.

3.2. Importante ressaltar que, conforme a metodologia do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), 14ª Edição, o valor a ser suplementado resultará no aumento da despesa primária, impactando na apuração do resultado primário no momento do seu pagamento, seja na forma de empenho (despesa do ano) ou restos a pagar.

3.3. Neste sentido, observado que a LDO estabeleceu a Meta Fiscal para o Resultado Primário em - R\$ 33.825.619,00 (trinta e três milhões, oitocentos e vinte e cinco mil seiscentos e dezenove reais) informa-se que o Resultado Primário apurado até a data de 16/07/2025 encontra-se em R\$ 718.147.143,76 (setecentos e dezoito milhões, cento e quarenta e sete mil cento e quarenta e três reais e setenta e seis centavos).

Resultado Primário



Fonte: DashBord, construído por meio da ferramenta PowerBI utilizando informações do NetDiver.

3.4. À luz do cenário apresentado na Figura 01, considera-se apropriada a continuidade da abertura de Crédito Adicional por Excesso de Arrecadação, respeitando a execução das despesas primárias. Essa prática visa garantir um monitoramento eficaz em conformidade com as metas estipuladas na LDO de 2025.

4. DA ANÁLISE QUANTO AOS ASPECTOS FINANCEIROS

4.1. Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro

4.1.1. A Lei nº 4.320/1964, estabelece que o Superávit Financeiro do exercício anterior pode ser utilizado para a abertura de créditos adicionais, desde que comprovada a disponibilidade financeira.

4.1.2. Examinando o Balanço Patrimonial, conforme o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/1964, verifica-se que o valor solicitado (fonte X.660.0.00001) está disponível na Unidade Gestora, conforme figura 02.

Figura 02 - Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (Balanço Patrimonial - Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/1964)

ESTADO DE RONDÔNIA
BALANÇO PATRIMONIAL - INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		31/12/2024	31/12/2023
FONTES DE RECURSO			
500	Recursos não Vinculados de Impostos.	-	810,00
540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	187.407,47	36.100,40
566	Outras Transferências de Recursos do FNDE	1.367.531,45	394.370,40
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	864,05	4.397,44
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		1.555.802,97	435.678,24

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

4.1.3. Ademais, consoante a Nota Técnica de Procedimento Contábil nº001/2024/COGES/GAB, o valor solicitado foi registrado, pela Unidade Gestora, na conta 8.2.3.5.0.00.00.00 – Superávit Financeiro Disponível.

4.1.4. Frisa-se que a Unidade Gestora é responsável por esses lançamentos e pela Nota Orçamentária, assegurando a conferência e acompanhamento necessário.

4.1.5. Nessa toada, rememora-se o disposto na Nota Técnica 001/2024/COGES-GAB, item 3.2.2 Do Lançamento do superavit a abrir:

Destaca-se que o referido lançamento a ser realizado por esta COGES, será feito com base nas informações pormenorizadas da disponibilidade financeira por domicílio bancário e fonte indicada pela Unidade Gestora nos processos de abertura de crédito, sendo imprescindível que a solicitação venha com as informações completas e livres de erro.

Nessa toada, alerta-se que as informações prestadas pelas Unidades Gestoras à Contabilidade Geral são de inteira responsabilidade da Unidade Gestora e após os lançamentos realizados por esta Contabilidade Geral, não será possível estorná-los, tendo em vista que o saldo de disponibilidade financeira deve corresponder ao saldo do superávit financeiro apurado. Orienta-se que haja uma análise eficaz no que concerne a reclassificação do domicílio bancário, tendo em vista que após realizadas as reclassificações, não é apropriado ocorrer estornos e novas reclassificações.

4.1.6. Quanto a análise da disponibilidade financeira efetiva consignada em conta bancária, atestamos que após consulta no SIGEF, há saldo contábil apresentado na conta contábil 7.2.1.9.2.00.00.00 - Disponibilidade por fonte de recursos - controle por domicílio bancário e Extrato Bancário ID 0061068226.

Figura 03 - Transação Detalhar Conta - 7.2.1.9.2.00.00.00

Detalhar Conta - SIGEF/RQ - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - Google Chrome

Não seguro sigef.sefin.ro.gov.br/SIGEF2025/CTB/CTBDetalharContaCorrente.aspx?CdTransacao=365

Detalhar Conta

* Unidade Gestora / Gestão: 160020 16020 ?

* Conta Contábil: 7.2.1.9.2.00.00.00 ?

Conta Corrente: ? a ?

☐ Incluir Saldos Zerados

Mês Referência: Julho

Confirmar

Conta Corrente	Mov. Devedor	Mov. Credor	Saldo	
001 02757X 0000100005 1.500.0.00001	102.915,16	103.797,21	66.131,19	D
001 02757X 0000100005 1.500.0.01001	748.765,78	852.197,07	262.334,86	D
001 02757X 0000101257 1.500.0.01001	0,00	0,00	9.750,80	D
001 02757X 0000101257 1.869.0.00000	264.911,89	264.911,89	65.737,44	D
001 02757X 0000101265 1.500.0.01001	0,00	0,00	872,20	D
001 02757X 0000101265 1.869.0.00000	0,00	0,00	17.719,77	D
001 02757X 0000103241 1.569.0.00001	0,00	0,00	10.215,62	D
001 02757X 0000103241 2.569.0.00001	0,00	0,00	435.934,29	D
Totais	1.317.592,59	1.303.208,05	2.615.241,28	D

* Preenchimento obrigatório

Imprimir Limpar Ajuda Fechar

4.1.7. Após atendimento da IN 01/2024 por parte da Unidade Gestora, a Contabilidade Geral procedeu ao registro contábil na conta 8.2.3.1.0.00.00.00 – Superávit Financeiro a Abrir, conforme figura 4.

Figura 04 - Transação Detalhar Conta - 8.2.3.1.00.00.00



Detalhar Conta - SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - Google Chrome

Não seguro sigef.sefin.ro.gov.br/SIGEF2025/CTB/CTBDetalharContaCorrente.aspx?CdTransacao=365

Detalhar Conta

* Unidade Gestora / Gestão 160020 16020 ? ☐ Incluir Saldos Zerados Confirmar

* Conta Contábil 8.2.3.1.0.00.00.00 ? Mês Referência Julho

Conta Corrente ? a ?

Conta Corrente	Mov. Devedor	Mov. Credor	Saldo	
2.569.0.00001	0,00	432.653,08	432.653,08	C
Totais 0,00 432.653,08 432.653,08 C				

* Preenchimento obrigatório

Imprimir Limpar Ajuda Fechar

4.2. Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação

4.2.1. Quanto à solicitação de abertura de crédito adicional suplementar com fundamento em excesso de arrecadação, esta se justifica pela constatação de receitas efetivamente arrecadadas em valor superior à estimativa fixada na Lei Orçamentária Anual, decorrentes da remuneração de saldos bancários (rendimentos financeiros). Tais rendimentos estão vinculados a recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, transferidos por meio da fonte 1.569.0.00001 – Outras Transferências de Recursos do FNDE, e mantidos em aplicação financeira até sua efetiva utilização.

4.2.2. A presente solicitação está amparada no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, que dispõe:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (grifo nosso)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (grifo nosso)

4.2.3. Nesse sentido, a utilização de valores oriundos de repasses não inicialmente estimados configura excesso de arrecadação, conforme previsto no § 3º do referido dispositivo legal, podendo, portanto, serem utilizados como fonte para abertura de créditos adicionais.

4.2.4. Quanto à análise da disponibilidade financeira efetiva consignada em conta bancária, atestamos, com base em consulta realizada no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGEF, que o saldo contábil registrado na conta contábil nº 7.2.1.9.2.00.00.00 – Disponibilidade por Fonte de Recursos (controle por domicílio bancário) está em conformidade com os documentos apresentados nos autos, conforme comprova no anexo 10.

Figura 05 - Transação Detalhar Conta - 7.2.1.9.2.00.00.00

Detalhar Conta - SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - Google Chrome

Não seguro sigef.sefin.ro.gov.br/SIGEF2025/CTB/CTBDetalharContaCorrente.aspx?CdTransacao=365

Detalhar Conta

* Unidade Gestora / Gestão 160020 16020 ? ☐ Incluir Saldos Zerados Confirmar

* Conta Contábil 7.2.1.9.2.00.00.00 ? Mês Referência Julho

Conta Corrente ? a ?

Conta Corrente	Mov. Devedor	Mov. Credor	Saldo	
001 02757X 0000100005 1.500.0.00001	102.915,16	103.797,21	66.131,19	D
001 02757X 0000100005 1.500.0.01001	748.765,78	852.197,07	262.334,86	D
001 02757X 0000101257 1.500.0.01001	0,00	0,00	9.750,80	D
001 02757X 0000101257 1.869.0.00000	264.911,89	264.911,89	65.737,44	D
001 02757X 0000101265 1.500.0.01001	0,00	0,00	872,20	D
001 02757X 0000101265 1.869.0.00000	0,00	0,00	17.719,77	D
001 02757X 0000103241 1.569.0.00001	0,00	0,00	10.215,62	D
001 02757X 0000103241 2.569.0.00001	0,00	0,00	435.934,29	D
Totais	1.317.592,59	1.303.208,05	2.615.241,28	D

* Preenchimento obrigatório

1/3 Ir para

Imprimir Limpar Ajuda Fechar

Fonte: SIGEF/RO

4.2.5. Adicionalmente, ao se analisar o Relatório Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada – Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/1964 – verifica-se que o montante requerido corresponde, de fato, a excesso de arrecadação identificado na Unidade Gestora, conforme demonstrado na Figura 06.

Figura 06 - Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/1964)

UNIDADE	160020 - Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional	MES	07 - JULHO	NOMENCLATURA	Todos os valores (1)
FONTE DETALHADA	1569000001	SUBITEM	Todos os valores (1)	FONTE DESTINAÇÃO	Todos os valores (1)
ALINEA	Todos os valores (91)			RUBRICA	Todos os valores (1)
TIPO DE PODER	NIVEL [anexo_10.mdi-Dive A]				
Todos os valores (1)	GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA				
Executivo	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA				
	EXERCÍCIO: 2025				
	ANEXO 10 DA LEI 4.320/64				
	UNIDADE: 160020 - Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional				
	MES: 07 - JULHO				
	Fonte Detalhada: 1569000001				
	NOMENCLATURA	Orçada	Previsão Atualizada	Arrecadada	
	01 RECEITA ORÇAMENTARIA BRUTA	0,00	0,00	0,00	
	1000000000 Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	
	1300000000 Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	
	1320000000 Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	
	1321010100 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	0,00	0,00	0,00	
	1321010100 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	0,00	0,00	0,00	
	TOTAL CONSOLIDADO	0,00	0,00	0,00	

Fonte: Relatório Gerencial extraído do NetDiver

4.2.6. Entretanto, é importante reforçar que a utilização recorrente dessa receita como fonte de crédito adicional deve ser precedida de um adequado planejamento orçamentário. Recomenda-se que as Unidades Gestoras estimem, no momento da elaboração da LOA, a receita proveniente da remuneração dos saldos bancários, com base em análises técnicas e no histórico financeiro deste IDEP. Essa prática visa evitar que recursos recorrentes sejam indevidamente classificados como receitas extraordinárias.

5. DA CONCLUSÃO

5.1. As considerações apresentadas no item 3 não representam impedimento para a suplementação solicitada no Ofício nº 506/2025/IDEP-GEFIN (ID nº 0059147429) mas reforçam a necessidade de monitoramento da execução das despesas primárias, consoante as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025.

5.2. O pedido fundamentado no excesso de arrecadação indica que os recursos já se encontram disponíveis em conta, conforme evidenciado no item 4 que trata dos aspectos financeiros, garantindo-se assim a sustentabilidade fiscal e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

5.3. Diante do exposto, opinamos favoravelmente pela aprovação da abertura do crédito suplementar por Superávit Financeiro e com base no Excesso de Arrecadação.

5.4. Sendo o que cabia manifestar no momento.

Atenciosamente,

SUZE LANE DE ASSUNÇÃO

Analista Contábil COGES

Diretora Central de Contabilidade em substituição

Mestra em Contabilidade Pública e Administração (FUCAPE/ES)

JURANDIR CLAUDIO DADDA

Contador Geral do Estado

Analista Contábil COGES

Mestrando em Contabilidade Pública e Administração (FUCAPE/ES)



Documento assinado eletronicamente por **Suze Lane de Assunção, Analista Contábil**, em 17/07/2025, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JURANDIR CLAUDIO DADDA, Contador(a) Geral**, em 18/07/2025, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0062269256** e o código CRC **3B7932B3**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - IDEP

Ofício nº 506/2025/IDEP-GEFIN

À senhora

Beatriz Basílio Mendes

Secretária de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Assunto: **Abertura de Créditos Adicionais Suplementares**

Senhora Secretária de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão,

Favor proceder com as solicitações a seguir,

Projeto de Lei - Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro:

Balanço publicado sob ID nº 0058046958

Nota Orçamentária (0061049377)

Destinação dos recursos: destinados à população prisional para cursos de qualificação profissional, por meio do Pronatec/Prisional. Os cursos foram totalmente executados, portanto, há necessidade de devolução do saldo remanescente à União.

Detalhes da solicitação:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DETALHADA	SOLICITAÇÃO	
			REDUÇÃO (-)	SUPLEMENTAÇÃO (+)
16.020.12.363.2134.2355	33.90.93	2569000001		R\$ 432.653,08
TOTAL				R\$ 432.653,08

Projeto de Lei - Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação:

Trata-se da devolução dos rendimentos financeiros do recurso destinado à população prisional, por meio do Pronatec/Prisional, juntamente com o saldo principal do curso. Os rendimentos também devem ser disponibilizados à União.

Detalhes da solicitação:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DETALHADA	SOLICITAÇÃO	
			REDUÇÃO (-)	SUPLEMENTAÇÃO (+)
16.020.12.363.2134.2355	33.90.93	2569000001		R\$ 10.215,62
TOTAL				R\$ 10.215,62



Atenciosamente,

CRISTINE Senger

Diretora de Planejamento, Administração
e Finanças - Idep/Ro

ADIR JOSEFA DE OLIVEIRA

Presidente Idep/Ro



Documento assinado eletronicamente por **CRISTINE Senger, Diretor(a)**, em 09/06/2025, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Adir Josefa de Oliveira, Presidente**, em 10/06/2025, às 08:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0059147429** e o código CRC **23538BDA**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 0048.000550/2025-49

SEI nº 0059147429



RONDÔNIA

★
Governo do Estado

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - IDEP
Gerência de Finanças - IDEP-GEFIN

ERRATA

Onde se lê:

Detalhes da solicitação:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DETALHADA	SOLICITAÇÃO	
			REDUÇÃO (-)	SUPLEMENTAÇÃO (+)
16.020.12.363.2134.2355	33.90.93	2569000001		R\$ 10.215,62
TOTAL				R\$ 10.215,62

Leia-se:

Detalhes da solicitação:

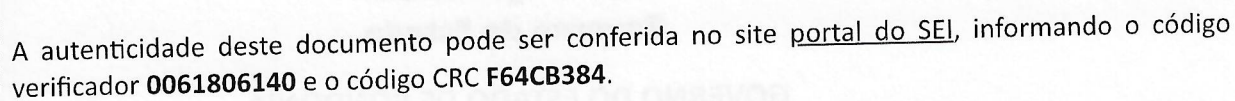
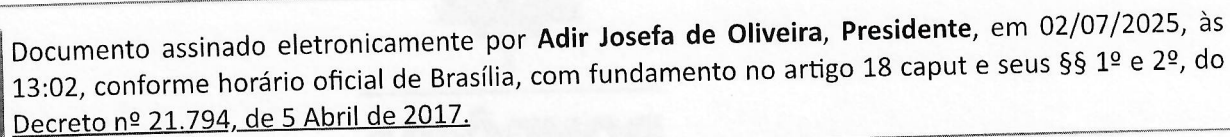
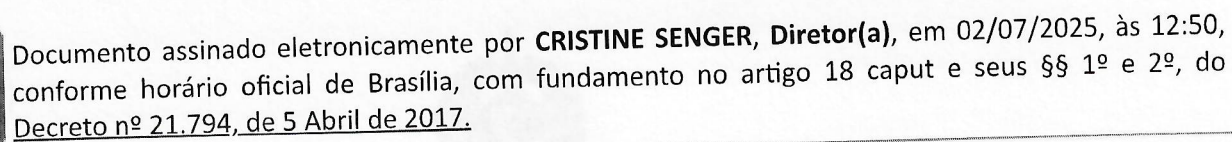
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DETALHADA	SOLICITAÇÃO		RECEITA
			REDUÇÃO (-)	SUPLEMENTAÇÃO (+)	
16.020.12.363.2134.2355	33.90.93	1569000001		R\$ 10.215,62	13210101
TOTAL				R\$ 10.215,62	

CRISTINE Senger

Diretora de Planejamento, Administração e Finanças - Idep/Ro

ADIR JOSEFA DE OLIVEIRA

Presidente Idep/Ro



Referência: Caso responda este(a) Errata, indicar expressamente o Processo nº 0048.000550/2025-49

SEI nº 0061806140





RONDÔNIA

Governo do Estado



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - IDEP
Gerência de Finanças - IDEP-GEFIN

Ofício nº 850/2025/IDEP-GEFIN

À senhora

Beatriz Basílio Mendes

Secretária de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Assunto: Abertura de crédito adicional por superávit financeiro e excesso de arrecadação

Senhora Secretária de Estado,

Considerando o Ofício 5108 (0061104110), que solicita maiores esclarecimentos quanto a destinação do recurso, temos a explicar o seguinte:

O recurso supracitado é proveniente de saldo remanescente do exercício de 2024 - superávit - referente a repasse da União por meio do Ministério da Educação - Mec, no âmbito da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec, à este Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - Idep.

O recurso inicial teve por objetivo o atendimento ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec - Prisional, para o fornecimento de vagas destinadas à população prisional tendo em vista o fornecimento de cursos de qualificação profissional à formação de pessoas em cumprimento de penas privativas de liberdade.

Quanto ao excesso de arrecadação, comporta o valor de rendimento deste mesmo recurso já no exercício de 2025.

Ambos os valores devem retornar aos cofres da União, dado que os cursos pactuados foram executados na sua totalidade e portanto, há necessidade de **devolução do saldo residual juntamente com seus devidos rendimentos** à União.

Considerando o Ofício nº 2746/2025/SEPOG-GEOG (0059390065), bem como a Análise nº 45/2025/COGES-CAPRCG (0059486472), entendemos sanados os apontamentos dessa unidade.

Atenciosamente,

CRISTINE SINGER

Diretora de Planejamento, Administração e Finanças - Idep/Ro

ADIR JOSEFA DE OLIVEIRA
Presidente Idep/Ro



Documento assinado eletronicamente por **CRISTINE Senger, Diretor(a)**, em 24/06/2025, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Adir Josefa de Oliveira, Presidente**, em 25/06/2025, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



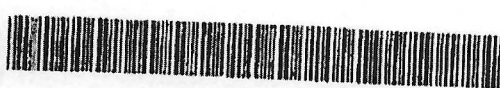
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061135588** e o código CRC **20B29B65**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 0048.000550/2025-49

SEI nº 0061135588



6081492



08016.007607/2017-18



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Nota Técnica n.º 1/2018/COECE/CGPC/DIRPP/DEPEN/MJ

PROCESSO Nº 08016.007607/2017-18

INTERESSADO: Secretarias Estaduais responsáveis pela Administração Penitenciária e Secretarias Estaduais da Rede de Educação

ASSUNTO: Subsídios para utilização dos recursos financeiros referentes à execução das ações da Bolsa-Formação pelos parceiros ofertantes de cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional, no Sistema Prisional Brasileiro, no âmbito da Bolsa-Formação Trabalhador do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

1. CONTEXTO

1.1. Trata-se de Nota Técnica Conjunta, entre o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MESP) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), visando subsidiar a utilização dos recursos oriundos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), repassados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), para a execução da modalidade do Pronatec Sistema Prisional.

2. PARORAMA SOBRE O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

2.1. Segundo os dados mais recentes do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen)[1], em junho de 2016, existiam 726.712 pessoas privadas de liberdade no Brasil, em 1.429[2] unidades prisionais. Essas pessoas estão distribuídas em 368.049 vagas, representando um déficit de 358.663 vagas. O mesmo relatório aponta que a população prisional no Brasil aumentou 707% em relação ao total registrado no início da década de 90.

2.2. Diante de tal panorama percebe-se o desafio que a política penitenciária no Brasil enfrenta, considerando que a execução penal tem o objetivo de “*efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado*”, de acordo com o artigo 1º da Lei de Execução Penal (LEP), n.º 7.210, de 11 de julho de 1984. A LEP assegura ainda em seu artigo 3º que “*Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei*”.

2.3. Dentre esses direitos estabelecidos está a garantia do acesso à assistência educacional, que é corroborado pela Constituição Federal de 1988 ao estabelecer o dever do Estado na garantia da Educação Básica, assegurando a gratuidade aos que não tiveram acesso na idade própria. Outros normativos regulatórios surgiram ao longo do tempo para orientar a oferta da educação em prisões, a saber:

- **Resolução CNPCP n.º 03/2009**, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais, editada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.
- **Resolução CNE/CEB n.º 02/2010**, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade nos Estabelecimentos Penais, editada

pelo Conselho Nacional de Educação.

- **Lei nº 12.433/2011**, alterando a Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) para dispor sobre a remição da pena pelo estudo (remição de 1 dia de pena a cada 12 horas de frequência escolar, divididas em 3 dias).
- **Decreto nº 7.626/2011**, que instituiu o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP).
- **Recomendação CNJ nº 44/2013**, que “dispõe sobre as atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura”.
- **Lei nº 13.005/2014**, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), especificando em suas metas 9 e 10 a oferta educacional voltada ao público do sistema prisional.
- **Resolução Conjunta CNE e CNPCP nº 4/2016**, que “Dispõe sobre as Diretrizes Operacionais Nacionais para a remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos penais do sistema prisional brasileiro”, garantindo o entendimento das ações educacionais escolares e não escolares para fins de remição de pena.

2.4. Destaca-se o Decreto nº 7.626/2011, que institui o Plano Estratégico de Educação do âmbito do Sistema Prisional (PEESP), com a finalidade de ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais do país, definindo responsabilidades para o Ministério da Educação e para o Ministério da Justiça (atual Ministério Extraordinário da Segurança Pública*), por meio do Departamento Penitenciário Nacional. A partir do PEESP, os Estados e o Distrito Federal foram provocados a elaborarem seus Planos Estaduais de Educação nas Prisões, apresentando diagnóstico e metas relativas à oferta de educação, incluindo nesse contexto a preparação para o mundo do trabalho por meio da formação profissional e tecnológica.

2.5. Assim, a educação nas prisões tem acontecido por meio de ações executadas diretamente pelos Estados e pelo Distrito Federal e também através da articulação entre Departamento Penitenciário Nacional e o Ministério da Educação, que visa inserir a população privada de liberdade nos projetos já existentes e bem-sucedidos adaptando-os quando necessário, para que sejam aplicados nas unidades prisionais e nos espaços congêneres.

2.6. As atividades educacionais são extremamente importantes para a preparação da pessoa presa ao convívio em liberdade, prevenção da criminalidade mediante a redução da reincidência e mesmo diminuição dos incidentes prisionais, como rebeliões e motins. Também são úteis para a diminuição da quantidade de presos, uma vez que atividades educacionais estão associadas à remição da pena. Segundo a Lei de Execução Penal (modificada pela Lei nº 12.433/2011), cada 12 horas de frequência escolar, divididas no mínimo em 03 (três) dias, equivalem a 01 (um) dia a menos de pena.

2.7. Além do aspecto da oferta da educação básica realizada no sistema prisional, por meio da rede estadual ou municipal de educação, as instituições de ensino profissional e tecnológica também estão presentes na rotina educacional das unidades prisionais do país. O **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**, fruto de Acordo de Cooperação entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e Ministério da Educação (MEC) em 2013, proporcionou a oferta de aproximadamente 37 mil vagas de cursos de formação inicial e continuada (FIC) para as pessoas privadas de liberdade.

2.8. Nesse sentido, o repasse de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), na ordem de **R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões)**, oriundos da ação orçamentária 20UG “Promoção da Cidadania, Alternativas Penais e Controle Social”, estimula as políticas educacionais dedicadas ao público em situação de prisão no país. **Dessa forma, a presente Nota Técnica dará conta de apontar as orientações e os normativos que regularão a execução do recurso em tela.**



3. **NORMATIVOS REGULATÓRIOS PARA A OFERTA**

3.1. Diante das observações trazidas a respeito do sistema prisional brasileiro, e após conceituar o público do sistema prisional como beneficiário das políticas públicas educacionais fomentadas pelas

orientarão a execução do recurso em comento.

3.2. Por meio da SETEC, e com apoio do DEPEN, a rede de ensino estadual foi consultada a respeito do interesse no recebimento dos recursos financeiros repassados pelo DEPEN ao FNDE, por meio do Termo de Execução Descentralizada n.º 3/2017, para a execução do Pronatec Sistema Prisional no exercício de 2018/2019. Assim, 25 (vinte e cinco) Unidades da Federação manifestaram interesse em executar os recursos financeiros do Pronatec Sistema Prisional ao longo dos exercícios de 2018 e 2019, conforme vigência do TED.

3.3. Em conformidade com a Resolução FNDE n.º 8, de 20 de março de 2013, que estabelece procedimentos para a transferência de recursos financeiros ao Distrito Federal, a estados e municípios, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) elaborou a Nota Técnica n.º 102/2017/DIR/SETEC e publicou a Portaria n.º 59, de 8 de dezembro de 2017, retificada pela Portaria n.º 59, de 8 de dezembro de 2017, no âmbito do Processo SEI/MEC n.º 23000.040428/2017-47, indicando os destinatários e os valores a serem transferidos pelo FNDE, com base no valor de R\$ 10,00 fixado para a hora-aluno no âmbito da Bolsa-Formação.

3.4. Desse modo, foram autorizados os repasses no valor total de R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões), distribuídos de acordo com a tabela a seguir, para as entidades das vinte e cinco unidades da federação que manifestaram interesse em ofertar vagas no Pronatec Sistema Prisional:

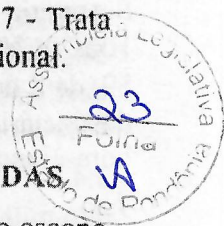
UF	CNPJ	Instituição Ofertante	Vagas/ Matrículas	Horas/Aluno	TOTAL (R\$)
AC	07.827.773/0001-95	AC-DOM MOACIR	195	39.000	390.000,00
AL	12.200.218/0001-79	AL-SEDUC	460	92.000	920.000,00
AM	05.846254/0001-49	AM-CETAM	580	116.000	1.160.000,00
AP	00.394.577/0001-25	AP-SEDUC	300	60.000	600.000,00
BA	13.937.065/0001-00	BA-SEDUC	945	189.000	1.890.000,00
CE	07.954.514/0001-25	CE-SEDUC	460	92.000	920.000,00
DF	00.394.676/0001-07	DF-SEDUC	995	199.000	1.990.000,00
ES	06.656.711/0001-03	ES-SECTI	1.323	264.600	2.646.000,00
GO	01.409.705/0001-20	GO-SEDUC	523	104.600	1.046.000,00
MA	03.352.086/0001-00	MA-SEDUC	420	84.000	840.000,00
MG	19.377.514/0001-99	MG-SEDECTS	2.961	592.200	5.922.000,00
MS	02.585.924/0001-22	MS-SEDUC	1.185	237.000	2.370.000,00
MT	03.507.415/0024-30	MT-SECITEC	980	196.000	1.960.000,00
PB	08.778.250/0001-69	PB-SEDUC	320	64.000	640.000,00
PE	10.572.071/0001-12	PE-SEDUC	2.065	413.000	4.130.000,00
PI	06.554.729/0001-96	PI-SEDUC	260	52.000	520.000,00
PR	76.416.965/0001-21	PR-SEDUC	1.294	258.800	2.588.000,00
RJ	31.608.763/0001-43	RJ-FAETEC	280	56.000	560.000,00
RN	08.241.804/0001-94	RN-SEDUC	265	53.000	530.000,00
RO	26.766.814/0001-25	RO-SEDUC-IDEP	700	140.000	1.400.000,00
RR	84.012.012/0001-26	RR-SEDUC	375	75.000	750.000,00
SC	82.951.328/0001-58	SC-SEDUC	2.045	409.000	4.090.000,00
SE	13.128.798/0014-18	SE-SEDUC	180	36.000	360.000,00
SP	62.823.257/0001-09	SP- PAULA SOUZA	4.494	898.800	8.988.000,00
TO	25.053.083/0001-08	TO-SEDUC	395	79.000	790.000,00
TOTAL	-	-	24.000	4.800.000	48.000.000,00

3.5. Ressalta-se que as Secretarias Estaduais de Educação do Estado do Pará e do Rio Grande do Sul não aceitaram recepcionar os recursos para execução do Pronatec Sistema Prisional, razão pela qual não foram contempladas com a destinação do recurso em tela.

3.6. Em continuidade, consideram-se os seguintes normativos e marcos regulatórios para a oferta em questão, para a utilização dos recursos transferidos, bem como para a sua prestação de contas:



- Lei n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011 - Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).
- Portaria MEC n.º 817, de 13 de agosto de 2015 - Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec.
- Resolução FNDE n.º 8, de 20 de março de 2013 - Estabelece procedimentos para a transferência de recursos financeiros ao Distrito Federal, a estados e municípios no âmbito do Pronatec, bem como para a execução e a prestação de contas desses recursos, a partir de 2013.
- Resolução FNDE n.º 2, de 18 de janeiro de 2012 - Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a utilização obrigatória a partir de 2012 do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC).
- Termo de Execução Descentralizada e Plano de Trabalho DEPEN/SETEC FNDE n.º 3/2017 - Trata da movimentação orçamentária e financeira para a oferta de vagas do Pronatec Sistema Prisional.



4. RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

4.1. Considerando o envolvimento dos diversos atores federais, estaduais e distrital no escopo do presente repasse:

a) Compete ao Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério Extraordinário da Segurança Pública (DEPEN/MESP):

- Mapear e mobilizar a demanda existente em cada Unidade da Federação, por meio da articulação com as Secretarias Estaduais responsáveis pela Administração Penitenciária;
- Aprovar a oferta de cursos pactuados de acordo com o Mapa de Demanda Identificado (MDI) apresentado e submetido ao Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC);
- Atualizar o cadastro dos Supervisores de Demanda Estaduais do Pronatec (Supervisores de Demanda);
- Auxiliar na capacitação e orientação dos Supervisores de Demanda Estaduais do Pronatec;
- Monitorar a execução da aplicação dos recursos repassados para a execução do Termo de Execução Descentralizada e Plano de Trabalho DEPEN/SETEC/FNDE n.º 3/2017;
- Mapear e controlar a demanda de cursos por unidade prisional e/ou espaço congênere, assegurando a disponibilidade de espaços de salas de aula, quando o caso, por meio dos Supervisores de Demanda Estaduais;
- Articular juntamente com os Supervisores Estaduais de Demanda para que os egressos dos cursos tenham como buscar as oportunidades de reentrada no mundo do trabalho.
- Atender a todas as atribuições e competências descritas no Termo de Execução Descentralizada e Plano de Trabalho DEPEN/SETEC/FNDE n.º 3/2017.
- Atender a todas as normas, atribuições e competências descritas na Portaria MEC n.º 817/2015 e demais normativos já mencionados.

b) Compete à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação (SETEC/MEC):

- Auxiliar na articulação com a rede ofertante para a execução das turmas do Pronatec no sistema prisional;
- Disponibilizar calendário de pactuação no SISTEC;
- Capacitar os parceiros ofertantes na utilização do Repositório Nacional de Objetos de Aprendizagem (ProEdu) para cadastramento dos materiais didáticos produzidos para cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC);
- Validar os Objetos de Aprendizagens cadastrados pelos parceiros ofertantes no Repositório Nacional de Objetos de Aprendizagem (ProEdu), para que possa ser compartilhado e disseminado gratuitamente a toda sociedade;
- Orientar as instituições ofertantes quanto à realização da prestação contas física do recurso;

Atencional para que os egressos dos cursos do Pronatec tenham como buscar as oportunidades de reentrada no mundo do trabalho;

- Realizar análise de cumprimento de objeto das prestações de contas apresentadas pelas instituições ofertantes;
- Atender a todas as atribuições e competências descritas no Termo de Execução Descentralizada e Plano de Trabalho DEPEN/SETEC/FNDE n.º 3/2017.
- Atender a todas as normas, atribuições e competências descritas na Portaria MEC n.º 817/2015 e demais normativos já mencionados.

c) Compete ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE):

- Operacionalizar a execução financeira dos recursos repassados fruto do Termo de Execução Descentralizada e Plano de Trabalho DEPEN/SETEC/FNDE n.º 3/2017;
- Orientar as instituições ofertantes quanto à realização da prestação contas financeira do recurso;
- Realizar análise financeira das prestações de contas apresentadas pelas instituições ofertantes;
- Atender a todas as atribuições e competências descritas no Termo de Execução Descentralizada e Plano de Trabalho DEPEN/SETEC/FNDE n.º 3/2017.
- Atender a todas as normas, atribuições e competências descritas na Portaria MEC n.º 817/2015 e demais normativos já mencionados.



d) Compete às instituições ofertantes:

- Disponibilizar seus cursos aos beneficiários do Pronatec Prisional por meio das unidades de ensino sedes ou remotas;
- Cadastrar os objetos de aprendizagens produzidos no Repositório Nacional de Objetos de Aprendizagem (ProEdu) da SETEC/MEC;
- Prestar contas da quantidade de vagas executadas, evadidas e/ou canceladas;
- Efetivar o pagamento da assistência estudantil ao público beneficiário, considerando as peculiaridades de gestão de cada unidade prisional ou espaço congênere;
- Atender a todas as normas, atribuições e competências descritas na Portaria MEC n.º 817/2015 e demais normativos já mencionados.

5. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. A transferência de recursos de que trata a presente Nota Técnica visa apoiar o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica no âmbito do sistema prisional brasileiro, em estabelecimentos prisionais e/ou instituições educacionais a depender do público alvo atingido. Os critérios para destinação dos recursos devem estar, obrigatoriamente, relacionados aos normativos ora mencionados, e os casos divergentes deverão ser submetidos ao DEPEN, SETEC e FNDE para deliberação.

5.2. Os recursos transferidos de que trata a presente Nota Técnica deverão **obrigatoriamente** ser utilizados para a execução de turmas no âmbito da modalidade do Pronatec Sistema Prisional. Caso necessário, após a reprogramação do recurso para aproveitamento no exercício financeiro de 2019, novo Mapa de Demanda Identificada será apresentado pelo DEPEN/MESP e deverá de igual forma atender ao público-alvo originário.

5.3. Observa-se algumas questões pertinentes ao contexto da execução da Bolsa Formação no sistema prisional:

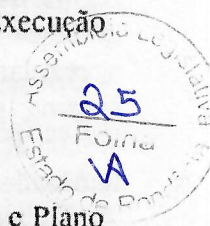
a) Programa Nacional Mulheres Mil

a.1) A execução das turmas voltadas ao público feminino em prisões deverá estar associada, sempre que possível, à metodologia do Programa Nacional Mulheres Mil, considerando a Portaria n.º 1.015 de 21 de julho de 2011 e a Nota Técnica n.º 32/2016/ CGRI/DIR/SETEC/SETEC (Processo MEC n.º 23000.032324/2016-88).

- Articular para que os egressos dos cursos do Pronatec tenham como buscar as oportunidades de reentrada no mundo do trabalho;
- Realizar análise de cumprimento de objeto das prestações de contas apresentadas pelas instituições ofertantes;
- Atender a todas as atribuições e competências descritas no Termo de Execução Descentralizada e Plano de Trabalho DEPEN/SETEC/FNDE n.º 3/2017.
- Atender a todas as normas, atribuições e competências descritas na Portaria MEC n.º 817/2015 e demais normativos já mencionados.

c) Compete ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE):

- Operacionalizar a execução financeira dos recursos repassados fruto do Termo de Execução Descentralizada e Plano de Trabalho DEPEN/SETEC/FNDE n.º 3/2017;
- Orientar as instituições ofertantes quanto à realização da prestação contas financeira do recurso;
- Realizar análise financeira das prestações de contas apresentadas pelas instituições ofertantes;
- Atender a todas as atribuições e competências descritas no Termo de Execução Descentralizada e Plano de Trabalho DEPEN/SETEC/FNDE n.º 3/2017.
- Atender a todas as normas, atribuições e competências descritas na Portaria MEC n.º 817/2015 e demais normativos já mencionados.



d) Compete às instituições ofertantes:

- Disponibilizar seus cursos aos beneficiários do Pronatec Prisional por meio das unidades de ensino sedes ou remotas;
- Cadastrar os objetos de aprendizagens produzidos no Repositório Nacional de Objetos de Aprendizagem (ProEdu) da SETEC/MEC;
- Prestar contas da quantidade de vagas executadas, evadidas e/ou canceladas;
- Efetivar o pagamento da assistência estudantil ao público beneficiário, considerando as peculiaridades de gestão de cada unidade prisional ou espaço congênere;
- Atender a todas as normas, atribuições e competências descritas na Portaria MEC n.º 817/2015 e demais normativos já mencionados.

5. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. A transferência de recursos de que trata a presente Nota Técnica visa apoiar o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica no âmbito do sistema prisional brasileiro, em estabelecimentos prisionais e/ou instituições educacionais a depender do público alvo atingido. Os critérios para destinação dos recursos devem estar, obrigatoriamente, relacionados aos normativos ora mencionados, e os casos divergentes deverão ser submetidos ao DEPEN, SETEC e FNDE para deliberação.

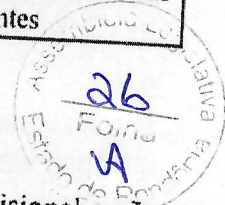
5.2. Os recursos transferidos de que trata a presente Nota Técnica deverão **obrigatoriamente** ser utilizados para a execução de turmas no âmbito da modalidade do Pronatec Sistema Prisional. Caso necessário, após a reprogramação do recurso para aproveitamento no exercício financeiro de 2019, novo Mapa de Demanda Identificada será apresentado pelo DEPEN/MESP e deverá de igual forma atender ao público-alvo originário.

5.3. Observa-se algumas questões pertinentes ao contexto da execução da Bolsa Formação no sistema prisional:

a) Programa Nacional Mulheres Mil

a.1) A execução das turmas voltadas ao público feminino em prisões deverá estar associada, sempre que possível, à metodologia do Programa Nacional Mulheres Mil, considerando a Portaria n.º 1.015 de 21 de julho de 2011 e a Nota Técnica n.º 32/2016/ CGRI DIR/SETEC/SETEC (Processo MEC n.º 23000.032324/2016-88).

PRONATEC MULHERES MIL NO SISTEMA PRISIONAL	97	Mulheres em situação de privação de liberdade nos regimes fechado, aberto, semiaberto, em cumprimento de alternativas penais, penas restritivas de direito ou medidas cautelares	Turmas exclusivas que podem ser ofertadas nos espaços educacionais dos estabelecimentos penais ou em unidades remotas e/ou presenciais das redes ofertantes
PRONATEC SISTEMA PRISIONAL EXCLUSIVO	98	Pessoas privadas de liberdade nos regimes aberto, semiaberto, em cumprimento de alternativas penais, penas restritivas de direito ou medidas cautelares, e ainda seus respectivos familiares	Turmas exclusivas que podem ser ofertadas nos espaços educacionais dos estabelecimentos penais ou em unidades remotas e/ou presenciais das redes ofertantes



7. MONITORAMENTO

7.1. A execução das turmas vinculadas à pactuação restrita do Pronatec Sistema Prisional serão monitoradas e acompanhadas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), por meio:

a) Do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC)

O acompanhamento das turmas e dos alunos se dará por meio dos registros do SISTEC, com a extração de relatórios sempre que necessário.

b) De solicitação de relatórios gerenciais

As equipes técnicas do DEPEN, SETEC e FNDE poderão a qualquer tempo solicitar informações por meio de relatórios gerenciais, que contemplarão informações sobre a abertura de turmas, localização das unidades de ensino (nome e endereço das unidades prisionais, quando o caso), matrículas, conclusões, etc.

c) De visitas in loco

As equipes técnicas do DEPEN, SETEC e FNDE poderão a qualquer tempo realizar fiscalizações in loco para verificar a conformidade da execução das turmas e da aplicação dos recursos.

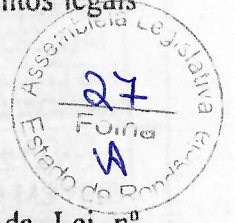
8. PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. A prestação de contas dos recursos recebidos consiste na comprovação da execução da totalidade dos recursos recebidos, incluindo os rendimentos financeiros e deverá ser enviada ao FNDE pelos Estados e pelo Distrito Federal até o dia 30 de abril de cada exercício, por meio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas - SiGPC, como determina a Resolução FNDE nº 8/2013 e na forma da Resolução CD/FNDE nº 2 de 18 de janeiro de 2012.

8.2. Consideram-se documentos comprobatórios das despesas realizadas:

- Extrato bancário;
- Fotos;
- Guia de Recolhimento da União;
- Despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade;
- Faturas;
- Recibos;
- Notas fiscais; ou
- Qualquer outro documento comprobatório da aplicação dos recursos.

8.3. A análise do cumprimento de objeto da prestação de contas será realizada pela SETEC/MEC, por meio de informações extraídas do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional (SISTEC), conforme normas descritas na Portaria nº 817 2015 e demais ordenamentos legais e infralegais pertinentes.



9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1. Cumpre lembrar que a utilização dos recursos deve respeitar os ditames da Lei nº 8.666/1993 e outros normativos que tratam dos processos licitatórios e contratação de serviços na administração pública, bem como recomendações do Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União.

9.2. As instituições ofertantes deverão manter em boa guarda e ordem todos os documentos fiscais, contábeis, trabalhistas, encargos sociais, tributos, técnicos e outros, devendo ser disponibilizados a qualquer tempo para avaliação do DEPEN, da SETEC e demais órgãos interessados.

9.3. O Departamento Penitenciário Nacional e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica poderão complementar o teor desta Nota Técnica a qualquer tempo.

9.4. É a Nota Técnica Orientativa que apresentamos aos gestores responsáveis pela execução do Pronatec Sistema Prisional, visando a orientação para execução das vagas e utilização dos recursos. A presente Nota Técnica será enviada por meio de Ofício à todas Secretarias Estaduais envolvidas na presente execução, e estará disponibilizada nos sites do DEPEN, MEC e FNDE.

Atenciosamente,

[1] O relatório encontra-se disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016.relatorio_2016_22111.pdf.

[2] A lista inicial de unidades prisionais informada pelos gestores estaduais do Infopen contava com 1.460 unidades que estavam em funcionamento em 30/06/2016. Destas, 1.429 finalizaram o preenchimento de seus formulários dentro dos prazos estabelecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional.

[3] Após a edição da Medida Provisória nº 821, de 26 de fevereiro de 2018, criando o Ministério Extraordinário da Segurança Pública (MESP), o Departamento Penitenciário Nacional deixa de compor a estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública, incorporando-se ao MESP.

Referência: Processo nº 08016.007607/2017-18

SEI nº 6081492

Ofício nº 1114/2020/IDEP-GAB

Ao Senhor Vossa Senhoria

Wandemberg Venceslau Rosendo Dos Santos

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Ministério da Educação

Assunto: Repactuação de saldos da iniciativa Bolsa-Formação do Pronatec no âmbito da Portaria MEC nº 1.720/2019 - Prisional.

Senhor Secretário,

Com os cordiais cumprimentos, encaminhamos para apreciação a proposta de repactuação de saldos, nos termos da Portaria MEC nº 1.720/2019.

Informamos que os valores propostos referentes a conta Pronatec Prisional não estão comprometidas com outras execuções já pactuadas por esta Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia IDEP, bem como, não ultrapassa o saldo em conta existente na data de 10/12/2020, conforme demonstrativos anexos.

UF	Parceiro ofertante	Conta	Saldo disponível não utilizado	Saldo comprometido
RO	IDEP-RO	Pronatec Prisional	R\$ 1.381.608,37	R\$ 18.280,51

Concordamos com a adesão ao Sistema de Acompanhamento e Avaliação de Cursos (SAAS), bem como com a divulgação dos dados relativos ao monitoramento das ofertas objeto dessa repactuação.

Atenciosamente,


ADIR JOSEFA DE OLIVEIRA

Presidente IDEP/RO

Ofício nº 114/2019-DAF

Ao Senhor Vitor Sena
 Vendedor Vendedor Renda dos Santos
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Ministério da Educação

Assunto: Respeito de valores de saldos de contas de prestação de serviços
 no âmbito da Portaria MEC nº 1.750/2019 - Prolong

Senhor Secretário

Com os devidos cumprimentos, encaminhamos para apreciação e proposta de
 respectação de saldos, nos termos da Portaria MEC nº 1.750/2019,
 informações que os valores propostos referentes a conta Prestação de serviços
 não estão compatíveis com outras execuções já realizadas por esta
 Unidade Federal de Desenvolvimento de Educação Profissional de Rondônia
 UFRR, bem como não ultrapassa o saldo em conta existente na data de
 10/12/2019, conforme demonstrativos anexos.

Item	Descrição	Conta	Saldo disponível	Saldo comprometido
01	1001-90	Prestação de serviços	R\$ 1.581.000,00	R\$ 18.200,00

Concluímos com a gestão os sistemas de controle interno e externo de
 Contas (SAC), bem como com a divulgação dos dados relativos ao
 monitoramento das contas objeto desta respectação.

Atenciosamente,


 DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FISCALIDADE
 FISCAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



**TERMO DE COMPROMISSO DE OFERTA CURSOS DE QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL NO SISTEMA PRISIONAL
(Parceiros ofertantes)**

O INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CNPJ nº 26.766.814/0001-25, estabelecido no Palácio Rio Madeira- Edifício Rio Cautário, Prédio Curvo – 5º andar, Avenida Farquar, 2988, Bairro Pedrinhas – CEP: 76.801.466, representado por seu dirigente máximo Miguel Camara Novaes, com o CPF: 283.959.482-04 – RG: 121696 SSP/RO, resolve firmar o presente Termo de Compromisso de Oferta para execução de vagas de cursos de qualificação profissional no sistema prisional por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec na condição de parceiro ofertante.

O presente termo tem por objeto o compromisso dos órgãos gestores da educação do Distrito Federal, Estados e Municípios com a oferta de cursos de qualificação no sistema prisional, no âmbito da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, nos termos da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 e da Portaria MEC nº 817, de 13 de agosto de 2015.

Na condição de parceiro ofertante da Bolsa-Formação do Pronatec, o INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL deverá cumprir as determinações estabelecidas na Lei nº 12.513, de 2011, e suas alterações, na Portaria MEC nº 817, de 2015, nos atos regulamentares expedidos pelo MEC, pela SETEC-MEC e pelo FNDE, no Manual de Gestão da Bolsa-Formação e em outros documentos legais e infra legais emitidos a respeito da oferta de cursos de qualificação profissional da Bolsa-Formação, além dos específicos dessa oferta, a saber a Portaria Setec/MEC 59/2017 e sua retificação, e a Nota Técnica 1/2018/COECE/CGPC/DEPEN/MJ.

Dessa feita, o INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, *compromete-se a ofertar o total de 140.000 horas-aluno, referentes à oferta de 700 vagas em cursos de qualificação profissional no sistema prisional, perfazendo o valor total de R\$1.400.000,00.*

Importa esclarecer que durante a execução deste compromisso poderá haver variação no total de horas-aluno e vagas, em decorrência da carga horária dos cursos a serem executados. O saldo de recursos repassados em razão da variação de carga horária deverá ser reprogramado ou devolvido pela instituição ofertante, conforme disposto em lei.

Brasília, 29 de maio de 2018.


MIGUEL CAMARA NOVAES
Presidente do IDEP/RO



Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 817, DE 13 DE AGOSTO DE 2015(*)

Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam estabelecidas as normas para execução da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, instituído pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.

Art. 2º A Bolsa-Formação tem os seguintes objetivos:

- I - potencializar a capacidade de oferta de cursos das redes de educação profissional e tecnológica;
- II - formar profissionais para atender às demandas do setor produtivo e do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do País;
- III - ampliar e diversificar as oportunidades educacionais e a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no País;
- IV - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- V - incentivar a elevação de escolaridade;
- VI - integrar programas, projetos e ações de formação profissional e tecnológica;
- VII - democratizar as formas de acesso à educação profissional e tecnológica; e
- VIII - estimular a articulação entre a política de educação profissional e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

Art. 3º Os cursos ofertados por meio da Bolsa-Formação serão organizados nas seguintes modalidades:

- I - Bolsa-Formação Estudante:
 - a) cursos técnicos na forma concomitante, para estudantes em idade própria;
 - b) cursos técnicos na forma concomitante ou integrada, na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA;
 - c) cursos técnicos na forma subsequente, para estudantes que concluíram o ensino médio; e
 - d) cursos de formação de professores em nível médio, na modalidade normal.

II - Bolsa-Formação Trabalhador:

- a) cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional - doravante denominados cursos FIC.

Parágrafo único. A Bolsa-Formação Trabalhador ofertará cursos FIC com carga horária mínima de cento e sessenta horas, conforme previsto no art. 5º, § 1º, da Lei nº 12.513, de 2011, e no Decreto nº 5.154, de 2004.

Art. 4º Os projetos pedagógicos de cursos técnicos presenciais poderão prever atividades não presenciais, até vinte por cento da carga horária diária do curso, respeitados os mínimos previstos de duração e carga horária total, e desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Art. 5º Será permitida a realização de processos de reconhecimento e certificação de saberes, integrados aos cursos ofertados por meio da Bolsa-Formação, considerando o previsto no art. 41 da Lei nº 9.394, de 1996, na Portaria Interministerial MEC/MTE nº 05, de 25 de abril de 2014, que reorganiza a Rede Nacional de Certificação Profissional - Rede CERTIFIC, e em orientações complementares a serem expedidas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação SETEC-MEC.

Art. 6º A SETEC-MEC incentivará a oferta de cursos que utilizem estratégias pedagógicas inovadoras.

Art. 7º A Bolsa-Formação corresponde:

- I - ao custeio de todas as despesas relacionadas ao curso por estudante, incluindo eventual assistência estudantil e os insumos necessários para a participação nos cursos, no caso de cursos ofertados pelas instituições públicas e pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem - SNA; ou
- II - ao pagamento de bolsa de estudo na forma de mensalidades, no caso de cursos técnicos subsequentes ofertados por instituições privadas; ou
- III - ao pagamento de bolsa de estudo na forma de mensalidades, no caso de cursos técnicos concomitantes ofertados por instituições privadas de educação profissional técnica de nível médio, incluindo eventual assistência estudantil.

§ 1º A assistência estudantil prevista nos incisos I e III deverá ser prestada aos beneficiários como auxílio para alimentação e transporte, conforme previsto no § 4º da Lei nº 12.513, de 2011, considerando as necessidades de pessoas com deficiência e os casos específicos autorizados pela SETEC-MEC.

§ 2º A assistência estudantil prevista no inciso I aplica-se somente aos cursos FIC e técnicos presenciais, nas formas concomitante e integrada, em consonância com o § 4º, art. 6º, da Lei nº 12.513, de 2011.

§ 3º Os insumos previstos no inciso I incluem materiais didáticos, materiais escolares gerais e específicos e uniformes, quando adotados pela instituição de ensino, e, por opção do ofertante, seguro contra acidentes pessoais para os beneficiários.

§ 4º Para a participação nos cursos, as propostas de oferta de vagas de instituições privadas devem considerar em seu valor os insumos necessários elencados no parágrafo anterior.

Seção I

Da Identificação do Público

Art. 8º A Bolsa-Formação atenderá prioritariamente:

- I - aos estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da EJA;

II - aos trabalhadores;

III - aos beneficiários titulares e dependentes dos programas federais de transferência de renda, entre outros que atenderem a critérios previstos no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, instituído por meio do Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011; e

IV - aos estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.

§ 1º Será estimulada a participação de pessoas com deficiência, povos indígenas, comunidades quilombolas, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiária de programas federais de transferência de renda e de trabalhadores beneficiários do Programa Seguro-Desemprego, considerados remanescentes, nos termos do Decreto nº 7.721, de 16 de abril de 2012.

§ 2º As vagas que não forem ocupadas pelos públicos prioritários poderão ser preenchidas por outros públicos, respeitadas as previsões da presente Portaria.

§ 3º Para fins desta Portaria, consideram-se trabalhadores os empregados, trabalhadores domésticos, trabalhadores não remunerados, trabalhadores por conta própria, trabalhadores na construção para o próprio uso ou para o próprio consumo, de acordo com classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, independentemente de exercerem ou não ocupação remunerada, ou de estarem ou não ocupados, incluindo os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores.

Art. 9º Terão direito a atendimento preferencial nos cursos ofertados por meio da Bolsa-Formação:

I - os trabalhadores beneficiários do Programa Seguro-Desemprego, em cursos FIC, conforme normas estabelecidas pelo Decreto nº 7.721, de 2012; e

II - as pessoas com deficiência, em cursos FIC e técnicos concomitantes.

Parágrafo único. Os parceiros ofertantes deverão promover a acessibilidade às pessoas com deficiência, em conformidade com o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, bem como o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Art. 10. É vedada a cobrança de quaisquer taxas, mensalidades ou contribuições relativas à prestação do serviço aos estudantes, incluindo as taxas para expedição e registro de diploma ou certificado e outras previstas para os demais alunos da instituição.

Parágrafo único. Ficam excluídas da vedação de cobrança a solicitação de diploma ou certificado que necessite de recursos gráficos especiais ou a emissão de segunda via do documento.

Art. 11. É vedado atribuir aos beneficiários a responsabilidade pela aquisição ou a indicação para aquisição junto a terceiros de qualquer material didático necessário para o curso, seja por meio de auxílio financeiro a ele repassado ou de recursos próprios.

Art. 12. Os cursos técnicos ofertados por meio da Bolsa-Formação devem constar do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT e submeter-se às diretrizes curriculares estaduais, quando couber, bem como às demais condições estabelecidas em legislação aplicável.

Art. 13. Os cursos FIC ofertados por meio da Bolsa-Formação devem constar do Guia Pronatec de Cursos FIC, ou documento orientador equivalente, editado pela SETEC-MEC, e submeter-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no que couber.

Art. 14. Para atender ao projeto pedagógico do curso aprovado pelas instâncias competentes, as instituições de ensino poderão promover a oferta da carga horária superior à prevista no CNCT e no Guia Pronatec de Cursos FIC, com o devido registro da carga horária total do curso no Sistema Nacional de Informações de Educação Profissional e Tecnológica - Sisnet, sem financiamento da carga horária adicional por meio da Bolsa-Formação.

Art. 15. Os programas de educação profissional e tecnológica implementados no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - EPCT e articulados a oferta de cursos FIC poderão ser desenvolvidos por intermédio da Bolsa-Formação, conforme critérios, diretrizes e procedimentos definidos em ato do Secretário de Educação Profissional e Tecnológica.

CAPÍTULO II

Seção I

Dos Agentes

Art. 16. São agentes da Bolsa-Formação:

- I - Ministério da Educação, por intermédio:
 - a) da SETEC-MEC; e
 - b) da Diretoria de Tecnologia da Informação do Ministério da Educação - DTI-MEC.
- II - o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

III - as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Rede Federal de EPCT que firmarem Termo de Cooperação como parceiros ofertantes;

IV - as instituições públicas das redes estaduais, distrital e municipais, cujos órgãos gestores firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes;

V - as Instituições de Ensino Superior - IES estaduais, distrital e municipais com cursos técnicos previamente autorizados pelos respectivos Conselhos de Educação e que firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes;

VI - as instituições dos SNA, cujos órgãos gestores nacionais firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes;

VII - as IES privadas e de educação profissional técnica de nível médio, doravante denominadas instituições privadas, devidamente habilitadas pelo MEC, cujas mantenedoras firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes;

VIII - as fundações públicas, inclusive as públicas de direito privado, precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica que firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes;

IX - os Ministérios e outros órgãos da Administração Pública Federal que celebrarem Acordo de Cooperação Técnica como parceiros demandantes; e

X - as secretarias estaduais e distrital de educação e as Secretarias vinculadas ao MEC que firmarem Termo de Adesão como parceiros demandantes.

Seção II

Das Competências

Art. 17. Os agentes da Bolsa-Formação deverão cumprir as determinações estabelecidas na Lei nº 12.513, de 2011, e suas alterações, nesta Portaria, nos atos regulamentares expedidos pelo MEC, pela SETEC-MEC e pelo FNDE, no Manual de Gestão da Bolsa-Formação e em outros documentos legais e infralegais emitidos a respeito do Pronatec e da Bolsa-Formação.

Subseção I

Das Competências do MEC

Art. 18. Compete à SETEC-MEC:

- I - planejar, formular, coordenar e avaliar as políticas relacionadas à oferta da Bolsa-Formação;
- II - regulamentar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica por meio da Bolsa-Formação, por intermédio do CNCT e do Guia Pronatec de Cursos FIC, ou documento orientador equivalente;

III - cooperar com os parceiros demandantes de vagas, apoiando sua articulação com os parceiros ofertantes;

IV - apresentar requisitos e relatar inconformidades de sistemas à DTI-MEC, para garantir a atualização e a manutenção do Sisnet como instrumento de gestão da oferta e da execução da Bolsa-Formação;

V - realizar o processo de pactuação de vagas entre parceiros ofertantes e demandantes e aprovar as vagas pactuadas, mediante prévia homologação;

VI - acompanhar a efetivação da oferta, monitorar e avaliar o cumprimento da pactuação de vagas por parte dos parceiros ofertantes;

VII - realizar, periodicamente, para efeito de acompanhamento e do cálculo de saldo financeiro, a contabilização das matrículas efetivadas pelos ofertantes;

VIII - monitorar e avaliar a realização dos cursos;

IX - monitorar a frequência dos estudantes matriculados nos cursos ofertados por meio da Bolsa-Formação;

X - aprovar os valores da Bolsa-Formação, para pagamento às instituições privadas;

XI - calcular o montante de recursos financeiros a ser repassado a cada parceiro ofertante das instituições públicas e dos SNA e dar publicidade aos valores devidos;

XII - solicitar ao FNDE a efetivação do repasse de recursos às instituições públicas e aos SNA, indicando os valores a serem repassados a cada parceiro ofertante;

XIII - solicitar ao FNDE o pagamento das mensalidades dos beneficiários matriculados e frequentes em cursos técnicos ofertados por instituições privadas, mediante confirmação de frequência desses beneficiários;

XIV - realizar, a qualquer tempo, procedimentos de supervisão, monitoramento e avaliação das ofertas da Bolsa-Formação, das unidades de ensino ofertantes e dos processos de seleção realizados pelos demandantes;

XV - prestar orientações aos parceiros ofertantes e demandantes, bem como ao FNDE;

XVI - emitir parecer sobre os relatórios de cumprimento de objeto da execução da Bolsa-Formação apresentados ao FNDE pelos parceiros ofertantes;

XVII - dar publicidade aos atos relativos à Bolsa-Formação por meio do portal eletrônico do Pronatec, incluindo os critérios de pactuação adotados e o extrato do resultado de cada processo de pactuação;

XVIII - informar ao FNDE sobre ocorrências que possam ter implicação na execução financeira da Bolsa-Formação;

XIX - habilitar as instituições privadas como ofertantes da Bolsa-Formação, conforme Portaria MEC nº 160, de 3 de março de 2013;

XX - definir e divulgar as orientações sobre utilização das marcas do governo federal e do Pronatec em peças publicitárias e de divulgação, em diferentes meios e mídias, inclusive quando das veiculações do período eleitoral;

XXI - definir e publicar no portal eletrônico do Pronatec os modelos de certificado e diploma dos cursos ofertados por meio da Bolsa-Formação;

XXII - definir os requisitos de sistemas para gestão da oferta e da execução da Bolsa-Formação, a serem implementados pela DTI-MEC;

XXIII - informar à DTI-MEC sobre a existência de incompatibilidades do Sístec, considerando as necessidades dos diferentes agentes da ação;

XXIV - expedir normas complementares para execução das ações;

XXV - manter atualizado o Manual de Gestão da Bolsa-Formação.

Art. 19. Compete à DTI-MEC:

I - desenvolver e manter atualizados e em pleno funcionamento os sistemas para gestão da oferta e da execução da Bolsa-Formação, especialmente o Sístec, conforme requisitos enviados pela SETEC-MEC e considerando as necessidades dos diferentes perfis de acesso ao sistema;

II - disponibilizar à SETEC-MEC e aos parceiros ofertantes e demandantes ferramentas adequadas para extração de dados, geração de relatórios e acesso a informações operacionais e gerenciais relativas ao planejamento e à execução da Bolsa-Formação;

III - garantir a consistência dos dados e sistemas de suporte à oferta e à execução da Bolsa-Formação, em articulação com a SETEC-MEC;

IV - corrigir eventuais falhas ou incompatibilidades dos sistemas, priorizando as demandas de maior impacto na execução da Bolsa-Formação.

Subseção II

Das Competências do FNDE

Art. 20. Compete ao FNDE:

I - expedir atos que disponham sobre o repasse de recursos financeiros, a prestação de contas, bem como o pagamento de mensalidades para execução da Bolsa-Formação;

II - realizar, a partir de solicitação da SETEC-MEC, a execução financeira da Bolsa-Formação;

III - efetuar, na forma dos arts. 3º e 6º, caput e § 1º, da Lei nº 12.513, de 2011, a transferência de recursos correspondentes aos valores da Bolsa-Formação aos SNA e aos Estados, Municípios, e ao Distrito Federal, ou a instituições de educação profissional e tecnológica da administração indireta, estadual, distrital e municipal, sob solicitação da SETEC-MEC, e de acordo com a regulamentação em vigor;

IV - efetuar, na forma do art. 3º da Lei nº 12.513, de 2011, a descentralização financeira de recursos correspondentes aos valores da Bolsa-Formação nas instituições da Rede Federal de EPCT, sob solicitação da SETEC-MEC e de acordo com a regulamentação em vigor;

V - proceder à abertura de conta corrente específica em agência do Banco do Brasil S.A. indicada pelo parceiro ofertante, no caso de transferências diretas de recursos para as redes estaduais, distrital e municipais de EPCT e para os SNA;

VI - informar sobre as transferências diretas de recursos da Bolsa-Formação por meio do portal eletrônico do FNDE;

VII - receber e registrar a prestação de contas dos recursos transferidos às instituições estaduais, distrital e municipais e aos SNA ofertantes, efetuar a análise e emitir parecer de conformidade e fiança, e encaminhá-la à SETEC-MEC para que esta se manifeste acerca da consecução do objeto e objetivos da Bolsa-Formação;

VIII - efetivar o pagamento das mensalidades dos estudantes beneficiários da Bolsa-Formação em cursos técnicos ofertados por instituições privadas, mediante solicitação da SETEC-MEC;

IX - informar, tempestivamente, à SETEC-MEC sobre ocorrências que possam comprometer as normas fixadas para o desenvolvimento da Bolsa-Formação;

X - prestar informações à SETEC-MEC sempre que solicitado.

Subseção III

Das Competências dos Parceiros Demandantes

Art. 21. Compete aos parceiros demandantes:

I - designar, oficialmente, um coordenador das ações vinculadas à articulação e à implementação da Bolsa-Formação e enviar o ato de designação à SETEC-MEC;

II - informar aos parceiros ofertantes sobre suas demandas específicas de formação profissional;

III - divulgar a Bolsa-Formação em seu âmbito de atuação e informar aos potenciais beneficiários, os objetivos, as áreas de atuação e o perfil profissional de conclusão dos cursos ofertados;

IV - realizar a mobilização e seleção de candidatos à Bolsa-Formação em seu âmbito de atuação, respeitando o perfil de beneficiário exigido, quando for o caso, a idade mínima, os critérios da escolaridade e demais pré-requisitos dos cursos, conforme CNCT e Guia Pronatec de Cursos FIC, ou documento orientador equivalente, editado pela SETEC-MEC;

V - realizar a pré-matricula dos beneficiários selecionados para a Bolsa-Formação em turmas registradas no Sístec, em conformidade com as prioridades previstas na Lei nº 12.513, de 2011, sendo a realização da pré-matricula atribuição exclusiva do parceiro demandante;

VI - manter atualizada junto à SETEC-MEC a caracterização da demanda, incluindo a modalidade, o perfil dos beneficiários, os cursos a serem ofertados, a localização geográfica de oferta, a quantidade de vagas e os critérios e mecanismos que serão utilizados no processo de seleção;

VII - realizar, quando do processo de mobilização, a verificação da compatibilidade dos candidatos com o perfil de beneficiário exigido, quando for o caso;

VIII - estabelecer colaboração com órgãos dos Estados, Distrito Federal e Municípios e com organizações da sociedade civil para a mobilização, seleção e pré-matricula de beneficiários da Bolsa-Formação;

IX - informar, tempestivamente, à SETEC-MEC e ao FNDE a ocorrência de qualquer anormalidade na execução da Bolsa-Formação e o eventual não oferecimento, por parte do parceiro ofertante, das turmas registradas no Sístec;

X - submeter-se às orientações para a execução da Bolsa-Formação divulgadas pela SETEC-MEC e pelo FNDE, inclusive aquelas relativas às condutas vedadas em períodos eleitorais;

XI - fornecer à SETEC-MEC e aos parceiros ofertantes lista atualizada dos dados das unidades demandantes, quando houver, responsáveis pela mobilização, seleção e pré-matricula dos beneficiários nos Estados, Distrito Federal e Municípios;

XII - estimular a participação das pessoas com deficiência nos cursos ofertados por meio da Bolsa-Formação, observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional, tais como adequação de equipamentos, de materiais pedagógicos, de currículos e de estrutura física;

XIII - definir suas modalidades de demanda em função das características do seu público alvo, da localização geográfica da sua demanda e do escopo dos cursos voltados para a sua área de competência, bem como registrá-las no Sístec.

Subseção IV

Das Competências dos Parceiros Ofertantes

Art. 22. Compete aos parceiros ofertantes:

I - designar o coordenador-geral da execução de todas as ações vinculadas à Bolsa-Formação e enviar o ato de designação à SETEC-MEC, considerando que o coordenador-geral deverá ser, necessariamente:

a) servidor público, no caso de instituições públicas;

b) empregado da administração de âmbito nacional, no caso dos SNA; ou

c) empregado da administração da mantenedora, no caso das instituições privadas.

II - pactuar com os demandantes, no caso das instituições públicas e dos SNA, a oferta de cursos da Bolsa-Formação, em conformidade com parâmetros estabelecidos pela SETEC-MEC;

III - apresentar proposta de vagas, visando ao atendimento das demandas, observadas as condições operacionais e considerando o perfil dos beneficiários, os cursos ofertados e a localização geográfica da oferta e a quantidade de vagas;

IV - registrar, no Sístec, as propostas de oferta de vagas, conforme procedimentos estabelecidos a cada pactuação ou edital específico, identificando unidade de ensino, inclusive se remota ou polo de educação a distância, carga-horária prevista e quantidade de vagas;

V - realizar a oferta de vagas homologadas pela SETEC-MEC;

VI - elaborar o projeto pedagógico do curso, segundo as diretrizes curriculares nacionais da educação profissional e tecnológica e os documentos de referência elaborados pelo MEC;

VII - ter o projeto pedagógico do curso aprovado no órgão competente, antes de ofertar as turmas, considerando, no caso das instituições privadas, o disposto no art. 20-B da Lei nº 12.513, de 2011;

VIII - adotar as providências necessárias para o registro do curso no Conselho Profissional correspondente, antes de iniciada a oferta, no caso das profissões legalmente regulamentadas e fiscalizadas por órgão próprio;

IX - tornar público, no portal eletrônico da instituição, projetos pedagógicos, planos de curso, regimentos, normas internas e demais documentos orientadores dos cursos ofertados no âmbito da Bolsa-Formação;

X - instruir as unidades de ensino vinculadas ou subordinadas, caso haja, quanto às normas e procedimentos relativos à oferta de vagas para a Bolsa-Formação;

XI - informar aos potenciais beneficiários da Bolsa-Formação, em conjunto com os parceiros demandantes, sobre as características, os objetivos, as áreas de atuação e o perfil profissional de conclusão dos cursos ofertados;

XII - utilizar os recursos financeiros repassados pelo FNDE integralmente no cumprimento da oferta da Bolsa-Formação, conforme previsto no Capítulo VI;

XIII - acompanhar, no portal eletrônico do FNDE, no caso das instituições públicas e SNA, os repasses efetuados, de forma a garantir a utilização adequada dos recursos creditados em seu favor;

XIV - manter atualizados, no Sístec, os dados cadastrais das unidades de ensino, inclusive das unidades remotas e polos de educação a distância;

XV - assegurar condições de infraestrutura física, tecnológica e de pessoal para desenvolvimento adequado dos cursos em todos os locais de oferta;

XVI - cadastrar e manter atualizadas, no Sístec, todas as ofertas de turmas e vagas em cursos por meio da Bolsa-Formação, informando o local de realização de cada turma;

XVII - ofertar as turmas sem recorrer a outras instituições para efetivar a oferta ou para realizar as atividades pedagógicas e educacionais ou a gestão acadêmica de turmas da Bolsa-Formação, ressalvada a articulação prevista no art. 20-A da Lei nº 12.513, de 2011;

XVIII - garantir que todos os beneficiários da Bolsa-Formação assinem, no ato da matrícula, Termo de Compromisso, na forma estabelecida no Manual de Gestão da Bolsa-Formação;

XIX - realizar, no ato da matrícula, a verificação da compatibilidade da documentação apresentada com o perfil e escolaridade mínima exigidos do beneficiário;

XX - confirmar, no Sístec, as matrículas de candidatos pré-matriculados que atendam aos pré-requisitos exigidos, desde que a documentação apresentada no ato da matrícula seja suficiente, respeitada a disponibilidade de vagas;

XXI - manter arquivados, na unidade de ensino ofertante do curso, os registros estudantis das turmas e dos beneficiários da Bolsa-Formação, inclusive listas de presença e termos de compromisso e comprovantes de matrícula assinados, em registro impresso ou digital, em conformidade com critérios e procedimentos seguros, pelo prazo mínimo de vinte anos após o encerramento dos cursos, disponibilizando a documentação ao MEC e aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público, sempre que solicitados;

XXII - responsabilizar-se pela segurança de todos os beneficiários da Bolsa-Formação, prevenindo acidentes que possam ocorrer durante o desenvolvimento das atividades do curso;

XXIII - assegurar aos beneficiários da Bolsa-Formação acesso pleno à infraestrutura educacional, especialmente biblioteca e laboratórios, sem quaisquer restrições, e, quando houver, recreativa, esportiva ou de outra natureza existente nas unidades ofertantes;

XXIV - realizar a substituição de beneficiário cuja matrícula foi cancelada e registrar a nova matrícula no Sístec, conforme procedimentos estabelecidos nesta Portaria e em edital específico;

XXV - realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos beneficiários;

XXVI - realizar o registro mensal da frequência e da situação de cada matrícula no Sístec;

XXVII - notificar o estudante, por meio do Sístec, em caso de interrupção de frequência no curso;

XXVIII - registrar, no Sístec, as situações de matrícula previstas no Manual de Gestão de Bolsa-Formação, inclusive as justificativas relativas à movimentação de estudantes;

XXIX - informar, no Sístec, a situação final das matrículas dos estudantes no término dos cursos ofertados por intermédio da Bolsa-Formação;

XXX - realizar a emissão de certificados, inclusive parciais, e de diplomas dos estudantes;

XXXI - realizar o registro de diplomas no Sístec, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

XXXII - realizar o acompanhamento pedagógico dos beneficiários da Bolsa-Formação, incluindo monitoramento de frequência e desempenho escolar;

XXXIII - prestar contas dos recursos financeiros recebidos para as ações relativas à oferta de vagas por meio da Bolsa-Formação, conforme resolução do FNDE em vigor, no caso das redes estaduais, distrital e municipais e dos SNA;

XXXIV - informar, formal e tempestivamente, à SETEC-MEC e ao FNDE ocorrências que possam interferir na execução da Bolsa-Formação;

XXXV - permitir aos representantes do parceiro demandante, do MEC, do FNDE e de qualquer órgão ou entidade governamental de fiscalização, monitoramento e controle o acesso às suas instalações, às turmas e aos beneficiários da Bolsa-Formação, bem como aos documentos relativos à execução da Bolsa-Formação, prestando todo esclarecimento solicitado;

XXXVI - definir metodologia, realizar e enviar à SETEC-MEC pesquisa de avaliação de egressos, por mantenedora, de 6 a 12 meses após a conclusão dos cursos.

CAPÍTULO III

DA OFERTA DE CURSOS

Seção I

Da Organização da Oferta

Art. 23. Os cursos e vagas a serem ofertados por meio da Bolsa-Formação deverão observar o disposto nesta Portaria e no Manual de Gestão da Bolsa-Formação, disponibilizado e mantido atualizado pela SETEC-MEC no portal eletrônico do Pronatec - <http://pronatec.mec.gov.br>.

Art. 24. Os cursos a serem ofertados poderão compor itinerários formativos que possibilitem o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos, conforme previsto no Decreto nº 5.154, de 2004.

§ 1º Os itinerários formativos serão organizados pelas instituições de ensino e deverão ser registrados no Sístec, conforme orientações complementares a serem expedidas pela SETEC-MEC.

§ 2º Para atender às especificidades de programas de aprendizagem profissional, nos termos da legislação em vigor, os itinerários formativos também poderão ser estruturados na forma de Itinerários Formativos de Aprendizagem, cuja carga-horária mínima será de quatrocentas horas.

Art. 25. Os cursos e vagas a serem pactuados serão definidos:

I - por meio de processo de pactuação de vagas entre os parceiros demandantes e ofertantes, a ser organizado periodicamente pela SETEC-MEC, no caso dos cursos FIC e dos cursos técnicos concomitantes e integrados, incluindo os na modalidade EJA, ofertados pelas instituições públicas e SNA; ou

II - por meio de edital específico para proposta de oferta de vagas pelo ofertante, a ser aprovada pela SETEC-MEC, no caso dos cursos técnicos subsequentes e concomitantes, incluindo os na modalidade EJA; ou

III - por meio de processo de pactuação de vagas e/ou planos de trabalho a serem apresentados pelas instituições e aprovados pela SETEC-MEC, para cursos ofertados por meio da Rede e-Tec Brasil, cursos integrados a processos de reconhecimento e certificação de saberes e cursos de formação de professores em nível médio, na modalidade normal, ofertados pelas instituições públicas e SNA.

§ 1º A pactuação de vagas prevista no inciso I será organizada por cursos ou itinerários formativos, incluídos os Itinerários Formativos de Aprendizagem.

§ 2º Os editais para proposta de oferta de vagas em cursos técnicos subsequentes previstos no inciso II obedecerão ao disposto na Portaria MEC nº 671, de 31 de julho de 2013.



Art. 26. A SETEC-MEC utilizará critérios relativos à priorização da oferta nas áreas relacionadas aos processos de inovação tecnológica e à elevação de produtividade e competitividade da economia do País, conforme prevê o art. 6º-A, § 4º, da Lei nº 12.513, de 2011.

Art. 27. A oferta de cursos por meio da Bolsa-Formação requer projeto pedagógico, corpo técnico e docente, infraestrutura, políticas acadêmicas e critérios de atendimento que garantam qualidade, conforme estabelecido nesta Portaria e no Manual de Gestão da Bolsa-Formação.

§ 1º Poderão ser ofertados cursos em unidades remotas das instituições ofertantes, desde que garantido o previsto no caput.

§ 2º São consideradas unidades remotas os locais utilizados pelos parceiros ofertantes para a oferta de cursos que não fazem parte da sua estrutura física permanente, visando expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional, observadas as condições de oferta estabelecidas nesta Portaria.

§ 3º No caso de oferta de cursos em unidades remotas, todas as atividades realizadas deverão ser providas pela unidade ofertante, sendo vedada a terceirização da oferta.

Art. 28. Os cursos FIC ofertados por intermédio da Bolsa-Formação serão destinados aos beneficiários com idade igual ou superior a quinze anos completos no ato da matrícula, respeitadas eventuais exigências legais.

§ 1º Em consonância com o § 17, art. 2º, da Lei nº 12.817, de 5 de junho de 2013, os beneficiários dos programas federais de transferência de renda como Programa Bolsa Família com idade a partir de quatorze anos poderão ter acesso a programas e cursos de educação e qualificação profissionais.

§ 2º Excepcionalmente, nos cursos vinculados a Contrato de Aprendizagem Profissional, podem ser matriculados beneficiários com quatorze anos de idade no ato da matrícula, em conformidade com a Lei de Aprendizagem.

Art. 29. Os cursos técnicos ofertados pela Bolsa-Formação admitem certificação intermediária.

Parágrafo único. Uma certificação intermediária, oriunda da estrutura de um curso técnico, deverá ser equivalente a um curso FIC ou a uma ocupação prevista na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

Art. 30. O estágio curricular previsto no projeto pedagógico do curso deverá ser disponibilizado pela instituição de ensino sem cobrança de valor adicional para os estudantes.

§ 1º O estágio curricular, conforme diretrizes estabelecidas no projeto pedagógico do curso, desenvolvido no ambiente de trabalho, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição ofertante e por supervisor da parte concedente, observando o estabelecido pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 31. As turmas desenvolvidas por intermédio da Bolsa-Formação deverão ser compostas apenas por estudantes do mesmo curso, da mesma forma de oferta e modalidade de educação profissional e tecnológica.

§ 1º Excepcionalmente, estudantes de cursos técnicos reprovados em componente curricular, etapa ou módulo poderão ser inseridos em turmas de diferentes cursos ou forma de oferta, desde que respeitada a equivalência curricular.

§ 2º A instituição fica obrigada a prover, gratuitamente e por uma única vez, as condições para que o estudante conclua o componente curricular, etapa ou módulo no qual foi reprovado, por meio de turma ofertada pela Bolsa-Formação ou por turma regular da instituição, sendo garantido o custeio pela Bolsa-Formação da continuidade nos demais componentes curriculares, etapas ou módulos do curso, respeitada a carga-horária inicialmente pactuada.

§ 3º Os estudantes matriculados em componente curricular, etapa ou módulo de curso técnico por força de reprovação não ensejarão repasse adicional de recursos.

Seção II

Do Processo de Pactuação de Vagas

Art. 32. A SETEC-MEC organizará o processo de pactuação de vagas considerando a demanda por formação profissional expressa pelos parceiros demandantes, respeitando a capacidade de cada parceiro ofertante.

Art. 33. A sociedade civil organizada e o setor produtivo serão incentivados a cooperar com a SETEC-MEC, no que couber, no planejamento, desenvolvimento e acompanhamento das ações da Bolsa-Formação resultantes do processo de pactuação.

Art. 34. Poderão participar do processo de pactuação de vagas, na condição de ofertantes, apenas as instituições públicas e os SNA.

Art. 35. O processo de pactuação de vagas será organizado a partir de modalidades de demanda, que serão publicadas no portal eletrônico do Pronatec.

Art. 36. Os demandantes deverão identificar o perfil e a forma de atendimento do seu público alvo, a localização geográfica da sua demanda e os cursos a serem ofertados, sob a forma de modalidades de demanda.

Art. 37. A modalidade de demanda, os cursos a serem ofertados, a carga-horária, o local de oferta e a quantidade de vagas a serem ofertadas por parceiro não poderão ser alterados após a aprovação das vagas pela SETEC-MEC.

§ 1º A pactuação por itinerários formativos resultará em compromisso de oferta de todos os cursos que os compõem.

§ 2º Excepcionalmente, durante a execução da oferta de vagas e em casos devidamente justificados, os parceiros ofertantes poderão solicitar repactuação de vagas à SETEC-MEC, que será submetida à aprovação dos parceiros demandantes envolvidos, desde que respeitado o limite total de horas-aula pactuadas.

§ 3º Excepcionalmente, durante a execução da oferta de vagas e em casos devidamente justificados, os parceiros ofertantes poderão solicitar aditamento de pactuação de vagas à SETEC-MEC, o que implicará na redução ou ampliação da pactuação de vagas previamente realizadas.

Art. 38. Para atender demandas de políticas públicas federais, a SETEC-MEC poderá, a qualquer tempo, promover pactuações de vagas entre demandantes e ofertantes específicos.

Art. 39. A SETEC-MEC dará publicidade aos critérios adotados e ao extrato do resultado de cada processo de pactuação de vagas no portal eletrônico do Pronatec.

Seção III

Da Oferta de Cursos Técnicos na Forma Concomitante

Art. 40. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio concomitantes ofertados por intermédio da Bolsa-Formação serão destinados a estudantes regularmente matriculados no ensino médio, a partir do segundo ano, prioritariamente em instituições da rede pública, nos termos do art. 36-C, inciso II, da Lei nº 9.394, de 1996.

Art. 41. Para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos concomitantes, deverá ser estabelecido processo de discussão e articulação entre as Secretarias Estaduais e Distrital de Educação e os parceiros ofertantes.

Seção IV

Da Oferta de Cursos na Modalidade EJA

Art. 42. Os cursos na modalidade EJA ofertados por meio da Bolsa-Formação submeter-se-ão à Lei nº 9.394, de 1996, ao Decreto nº 5.840, de 2006, às Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA e a orientações complementares a serem expedidas pela SETEC-MEC.

Art. 43. Os cursos técnicos concomitantes na modalidade EJA serão realizados por meio de convênios de intercomplementaridade entre a instituição de educação profissional e a de ensino médio.

§ 1º O projeto pedagógico do curso deverá ser unificado e aprovado pelos órgãos competentes da instituição de educação profissional e da instituição de ensino médio.

§ 2º Os registros de matrícula serão realizados pelas instituições de ensino da educação profissional e pela instituição de ensino médio.

§ 3º A emissão de certificados, inclusive parciais, e de diplomas dos estudantes será conjunta.

Art. 44. Os convênios de intercomplementaridade previstos nesta seção poderão ser celebrados entre os ofertantes e escolas públicas das redes estaduais e municipais e, adicionalmente, no caso dos SNA, com instituições dos Serviços Nacionais Sociais - SNS, conforme previsto no art. 36-C, inciso II, alínea "c", da Lei nº 9.394, de 1996.

Art. 45. Os cursos técnicos ofertados pelos SNA em parceria com os SNS serão considerados como forma integrada e deverão ter as seguintes características:

- I - projeto pedagógico aprovado na instituição do SNA;
- II - registro de matrícula única da educação profissional integrada à educação básica, feita pela instituição do SNA; e
- III - diploma do curso técnico de nível médio, com validade de certificação de ensino médio, expedido pela instituição do SNA em parceria com a instituição do SNS.

Art. 46. Os cursos técnicos na modalidade EJA deverão ser ofertados em turno e dias compatíveis com o seu público.

Seção V

Da Oferta de Cursos na Modalidade a Distância

Art. 47. A Bolsa-Formação poderá financiar cursos a distância ofertados pelas instituições que compõem a Rede e-TEC Brasil, instituída pelo Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011.

§ 1º A oferta de cursos na modalidade a distância obedecerá, no que couber, ao previsto nesta Portaria.

§ 2º A SETEC-MEC disciplinará, por meio de Portaria específica e dos Manuais de Gestão da Bolsa-Formação e da Rede e-TEC Brasil, orientações complementares à oferta de cursos na modalidade a distância.

CAPÍTULO IV

Seção I

Das Instituições Ofertantes

Art. 48. Os cursos da Bolsa-Formação poderão ser ofertados pelas seguintes instituições:

- I - Instituições públicas e SNA, no caso dos cursos FIC;
- II - Instituições públicas, SNA e instituições privadas de educação profissional técnica de nível médio, no caso dos cursos técnicos concomitantes e técnicos integrados na modalidade EJA; e
- III - Instituições públicas, SNA e instituições privadas, no caso dos cursos técnicos subsequentes.

Seção II

Da Participação das Instituições Privadas

Art. 49. A participação das instituições privadas na Bolsa-Formação dar-se-á somente após a prévia habilitação das unidades de ensino, conforme previsto na Portaria MEC nº 160, de 2013, e suas alterações.

Art. 50. A participação das instituições privadas na Bolsa-Formação dar-se-á somente para oferta de cursos técnicos presenciais, a serem ofertados obrigatoriamente no mesmo endereço da unidade de ensino ofertante do curso de graduação correlato, atendidas as condições estabelecidas nesta Portaria, em edital específico e em outras regulamentações que forem editadas pela SETEC-MEC.

Art. 51. A SETEC-MEC expedirá editais específicos para apresentação de propostas de oferta de vagas pelas instituições, a serem aprovadas pela SETEC-MEC, considerando a Portaria MEC nº 671, de 2013, e em outras regulamentações que forem editadas pela SETEC-MEC.

Art. 52. No caso das IES, somente será autorizada pela SETEC-MEC a oferta de cursos de instituições que atenderem cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - Conceito Preliminar de Curso - CPC ou Conceito de Curso - CC de reconhecimento ou renovação de reconhecimento, o que for mais recente, igual ou superior a três, no curso de graduação em área de conhecimento correlata ao curso técnico a ser ofertado;

II - Índice Geral de Cursos - IGC ou Conceito Institucional - CI, o que for mais recente, igual ou superior a três;

III - inexistência de supervisão institucional ativa; e

IV - inexistência de penalidade institucional, nos dois anos anteriores ao edital de oferta, nos cursos de graduação correlatos aos cursos técnicos a serem ofertados.

§ 1º Os índices de que trata este artigo são avaliados e consolidados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, regulamentado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

§ 2º A correlação de que trata este artigo será feita por meio de tabela de mapeamento, publicada em ato do Secretário de Educação Profissional e Tecnológica.

§ 3º Terão novas ofertas de cursos técnicos suspensas, as unidades de ensino que, em avaliações regulares do ensino superior, deixarem de atender aos incisos I a IV do presente artigo.

CAPÍTULO V

Seção I

Do Preenchimento de Vagas

Art. 53. A seleção dos beneficiários para as vagas aprovadas pela SETEC-MEC poderá ocorrer:

I - a partir de processo seletivo realizado pelos demandantes, para as vagas aprovadas por meio de processo de pactuação para cursos técnicos e FIC;

II - por processo seletivo organizado pelas Secretarias Estaduais e Distrital de Educação para cursos técnicos concomitantes e integrados na modalidade EJA;

III - por processo seletivo unificado regido por edital específico, para cursos técnicos subsequentes, considerando o previsto na Portaria MEC nº 671, de 2013; ou

IV - por meio de inscrições on-line, para as vagas remanescentes, conforme procedimentos definidos no Manual de Gestão da Bolsa-Formação e/ou edital específico.

§ 1º Os critérios e os mecanismos utilizados na seleção de beneficiários previstos nos incisos I e II são de inteira responsabilidade dos parceiros demandantes e deverão ser oficialmente informados à SETEC-MEC, para divulgação aos parceiros ofertantes.

§ 2º Para a realização dos processos seletivos previstos no inciso II, as Secretarias Estaduais e Distrital de Educação poderão estabelecer parcerias com as instituições de ensino ofertantes para que estas realizem a seleção de estudantes.

§ 3º A SETEC-MEC poderá definir outras formas de seleção de beneficiários para atendimento de casos específicos, respeitados a publicidade e o atendimento do público prioritário do Pronatec.

Art. 54. Os estudantes matriculados em curso que componha itinerários formativos pactuados terão garantida a matrícula nos demais cursos do itinerário, obedecidos os prazos de matrícula previstos e as demais condições estabelecidas nesta Portaria.

Parágrafo único. No caso de vagas remanescentes nos cursos do itinerário formativo, a seleção dos estudantes obedecerá o previsto nesta Seção.

Art. 55. Todos os beneficiários da Bolsa-Formação estarão regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos da instituição, desde que não estejam em desacordo com as normas do Pronatec e da Bolsa-Formação.

Art. 56. É vedada a recusa de matrícula de candidato selecionado para a Bolsa-Formação, ressalvados os seguintes casos:

- I - quando a documentação apresentada for insuficiente;
- II - quando não houver vaga disponível;
- III - quando houver legislação específica que o justifique;
- IV - quando os candidatos selecionados não atenderem aos requisitos de escolaridade previstos no CNCT e no Guia Pronatec de Cursos FIC ou em documento orientador equivalente editado pela SETEC-MEC;

V - quando os candidatos selecionados não atenderem aos requisitos de idade previstos nesta Portaria ou na legislação aplicável;

VI - quando não houver compatibilidade curricular, no caso de itinerários formativos; ou

VII - quando houver cancelamento justificado de turma.

Parágrafo único. A escolaridade mínima exigida para cursos FIC, nos termos da Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, condiciona-se à capacidade de aproveitamento dos educandos e não necessariamente aos correspondentes níveis de escolaridade, podendo a instituição de ensino aceitar autodeclaração de compatibilidade.

Art. 57. É obrigatório que a instituição de ensino registre a justificativa da não confirmação de matrícula no Sísitc de todos os pré-matriculados ou inscritos por meio de procedimento de inscrição on-line.

Parágrafo único. A instituição deverá entregar o comprovante do registro da justificativa impresso ao interessado, nos casos em que ele compareça à instituição de ensino, especialmente para as pessoas com deficiência e beneficiários do seguro-desemprego.

Art. 58. Caberá aos beneficiários da Bolsa-Formação o cumprimento dos deveres previstos no Termo de Compromisso assinado no ato da matrícula.

Art. 59. Será incentivada a participação de beneficiários da Bolsa-Formação em programas de aprendizagem profissional, nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, do Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, e demais orientações expedidas pela SETEC-MEC.

Parágrafo único. Após a matrícula, o estudante poderá sinalizar interesse em participar de programas de aprendizagem profissional.

Art. 60. Cada beneficiário terá direito a até três matrículas ao ano em cursos ofertados por intermédio da Bolsa-Formação.



§ 1º Dentre as matrículas permitidas ao ano, apenas uma poderá ser realizada em curso técnico.

§ 2º Não serão admitidas aos beneficiários matrículas simultâneas em cursos ofertados por intermédio da Bolsa-Formação.

§ 3º Aos beneficiários que já possuam formação inicial, será estimulada a continuidade dos estudos em cursos que constituam um itinerário formativo.

Art. 61. É vedado a uma pessoa ocupar, na condição de estudante, simultaneamente, uma vaga em curso técnico por meio da Bolsa-Formação e qualquer outra vaga gratuita em curso técnico de nível médio ou em curso de graduação, seja em instituição pública ou por meio de programas financiados pela União, em todo o território nacional, sob pena de cancelamento da Bolsa-Formação e das provisões que constam da Lei nº 12.089, de 11 de novembro de 2009.

Art. 62. No caso de cursos técnicos, após o período regular de matrículas, é permitida a mudança de turma ou turno do estudante, no mesmo curso e na mesma instituição de ensino, desde que haja vagas disponíveis.

§ 1º É permitida a transferência de matrícula para outra instituição de ensino, somente dentro da mesma rede ofertante e desde que haja vagas disponíveis.

Art. 63. Não há previsão de transferência de curso em cursos FIC, exceto nos casos de cancelamento da turma em que o estudante estava originalmente matriculado.

Art. 64. Os parceiros ofertantes poderão substituir beneficiários de cursos presenciais por outros estudantes inscritos, nos casos de cancelamento de Bolsa-Formação nas turmas com execução igual ou inferior a vinte por cento:

I - da carga-horária total do curso FIC; ou

II - da carga-horária desenvolvida nos quatro primeiros meses do curso técnico.

§ 1º Os procedimentos para a substituição de estudante estão estabelecidos no Manual de Gestão da Bolsa-Formação.

§ 2º No caso de cursos ofertados por meio de edital específico, poderá haver regras distintas para cancelamento, com procedimentos definidos em edital.

Seção II

Do Processo de Inscrição On-line

Art. 65. Poderão ser realizadas matrículas por meio de processo de inscrição on-line quando, esgotado o prazo de matrícula de beneficiários pré-matriculados pelos parceiros demandantes ou prazo previsto em edital específico, as vagas não forem ocupadas, no caso das vagas decorrentes de processo de pactuação de vagas ou ofertadas por meio de edital específico, respectivamente.

Art. 66. No ato da inscrição on-line, o beneficiário receberá um comprovante de inscrição em que constará o prazo em que ele deverá comparecer à instituição de ensino para efetivar sua matrícula, de posse da documentação necessária.

Art. 67. No ato da matrícula, os candidatos que efetuaram inscrição on-line devem comprovar os pré-requisitos para frequentar o curso e assinar o Termo de Compromisso.

Art. 68. O Manual de Gestão da Bolsa-Formação fixará procedimentos complementares relativos à matrícula de candidatos por meio de inscrição on-line.

Seção III

Do Registro e da Confirmação de Frequência

Art. 69. As unidades de ensino deverão registrar mensalmente, no Sistec, a frequência e a situação de matrícula de todos os beneficiários da Bolsa-Formação.

§ 1º O registro mensal deverá ser realizado:

I - no caso de curso FIC, até o décimo dia do mês subsequente; e

II - no caso de curso técnico, até o vigésimo dia do mês subsequente.

Art. 70. O registro de frequência mensal pela instituição é condição indispensável para a continuidade da liberação do repasse de recursos.

Art. 71. O estudante deverá confirmar sua frequência, diretamente no Sistec, após o registro de frequência pela instituição ofertante, por meio de senha pessoal, confidencial e intransferível, com a seguinte periodicidade:

I - No caso de cursos técnicos ofertados por instituições públicas e por SNA, trimestralmente, a cada três registros de frequência mensal efetuados pela unidade de ensino, até o último dia do mês subsequente;

II - No caso de cursos técnicos ofertados por instituições privadas de ensino, mensalmente, até quinze dias após o registro de frequência mensal efetuado pela unidade de ensino; e

III - No caso de cursos FIC, ao final do curso, no período compreendido entre o mês da data de término do curso e o mês subsequente ao seu término.

§ 1º A confirmação final de frequência pelo estudante dar-se-á a partir do registro da situação final pela instituição de ensino, diretamente no Sistec, até trinta dias após a data limite do último registro mensal pela instituição.

§ 2º Em caso de abandono de curso pelo estudante, a última confirmação de frequência dar-se-á após o registro da situação de abandono pela instituição de ensino, diretamente no Sistec, até 30 dias após a previsão de término do curso.

§ 3º No caso de municípios localizados no meio rural em que não houver, comprovadamente, cobertura de internet ou outro meio de comunicação que não permita a confirmação de frequência do estudante, será permitida a declaração de frequência assinada pelo próprio beneficiário, devendo ser registrada, no Sistec, pela instituição ofertante, considerados os mesmos períodos previstos para as demais instituições.

§ 4º A confirmação de frequência pelo estudante será iniciada a partir de janeiro de 2016, incluindo matrículas de cursos técnicos que já estejam em andamento.

Art. 72. A realização da confirmação final de frequência do estudante, em curso já realizado e ainda que ele não o tenha concluído, é condição essencial para nova matrícula na Bolsa-Formação.

Art. 73. Terá a Bolsa-Formação cancelada o beneficiário de curso presencial que:

I - ausentar-se nos cinco primeiros dias consecutivos de aula;

II - tiver frequência menor que cinquenta por cento ao completar vinte por cento da carga-horária total do curso FIC;

III - tiver frequência menor que cinquenta por cento ao completar vinte por cento da carga-horária integralizada nos quatro primeiros meses do curso técnico;

IV - for reprovado mais de uma vez, por nota ou frequência, numa mesma etapa ou módulo do curso técnico;

V - tiver constatada a inidoneidade de documento apresentado ou a falsidade de informação prestada à instituição de ensino ou ao MEC;

VI - descumprir os deveres expressos no Termo de Compromisso assinado no ato da matrícula;

VII - solicitar por escrito o cancelamento da Bolsa-Formação;

VIII - não realizar a confirmação de frequência por três meses consecutivos, nos cursos ofertados por instituições privadas; e

IX - demonstrar comportamento incompatível com as regras de conduta estabelecidas pela instituição de ensino.

Seção IV

Do Aproveitamento de Estudos

Art. 74. Poderão ser aproveitados em cursos técnicos ofertados por intermédio da Bolsa-Formação, inclusive no caso de transferência de curso:

I - conhecimentos adquiridos em etapas ou módulos concluídos em outros cursos técnicos, mediante apresentação de diploma, certificado ou histórico escolar ou por avaliação dos conhecimentos, quando a instituição julgar necessário, observada a escolaridade mínima exigida e os critérios estabelecidos pela instituição ofertante;

II - conhecimentos adquiridos em cursos FIC mediante apresentação de certificados e/ou avaliação de reconhecimento de saberes, por aproveitamento de estudos, considerando os itinerários formativos ofertados pela instituição; e

III - saberes e competências reconhecidos em processos formais de certificação profissional.

Art. 75. Poderão ser aproveitados em cursos FIC ofertados por intermédio da Bolsa-Formação:

I - etapas ou módulos concluídos em cursos técnicos de nível médio e/ou em outros cursos FIC, mediante análise de diploma, certificado ou histórico escolar e/ou por avaliação dos conhecimentos, quando a instituição julgar necessário, observada a escolaridade mínima exigida e os critérios estabelecidos pela instituição ofertante; e

II - saberes e competências reconhecidos em processos formais de certificação profissional.

Art. 76. As solicitações de aproveitamento de estudos deverão ser submetidas às unidades de ensino, que adotará critérios próprios, em consonância com as orientações da SETEC-MEC.

Art. 77. A carga horária relativa ao aproveitamento de estudos deverá ser registrada no Sistec e não será contabilizada para efeito de pagamento por meio da Bolsa-Formação.

CAPÍTULO VI

DO PAGAMENTO DA BOLSA-FORMAÇÃO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 78. O valor a ser pago pela Bolsa-Formação deverá:

I - ser definido pelo Poder Executivo e fixado por meio de Resolução do FNDE, para os cursos ofertados por meio de processo de pactuação de vagas;

II - ser definido pelo Poder Executivo e fixado por meio de Resolução do FNDE, para os cursos ofertados por meio de processo de pactuação de vagas pela Rede e-TEC Brasil; e

III - ser proposto pelo ofertante e aprovado pela SETEC-MEC, conforme procedimentos definidos em edital específico.

Art. 79. Para efeito do cálculo do montante de recursos a serem repassados, as matrículas em cada curso serão convertidas em horas-aluno e serão considerados:

I - no caso dos cursos oriundos de processo de pactuação de vagas, o valor da hora-aluno vigente na data do início de cada turma, conforme registro no Sistec; e

II - no caso dos cursos oriundos de seleção de proposta de oferta de vagas por meio de edital específico, o valor da hora-aluno aprovado pela SETEC-MEC, conforme registro no Sistec.

§ 1º O total de horas-aluno de um curso ofertado por uma unidade de ensino corresponde ao produto das matrículas do curso pela sua carga-horária total, em horas de sessenta minutos.

§ 2º Os estudantes matriculados em componente curricular, etapa ou módulo de curso técnico por força de reprovação não estarão sujeitos a repasse adicional de recursos.

§ 3º O registro de frequência mensal pelas unidades de ensino é condição indispensável para a continuidade da liberação do repasse de recursos, conforme previsto no Capítulo V, Seção III.

Art. 80. Para os cursos técnicos, o pagamento da Bolsa-Formação será realizado a partir da carga-horária mínima estabelecida no CNCT, exceto para os cursos ofertados na modalidade EJA.

§ 1º Poderá haver repasse de recursos para ofertas com carga horária até vinte por cento além da carga horária mínima prevista no CNCT.

§ 2º Nos casos dos cursos em que houver exigência legal de realização de estágio curricular, poderá haver repasse de recursos em até vinte e cinco por cento além da carga horária mínima do curso prevista no CNCT, de forma não cumulativa e ao disposto no § 3º, para financiamento do estágio curricular obrigatório.

§ 3º Para os cursos ofertados por meio de Contrato de Aprendizagem Profissional, serão financiadas, por meio da Bolsa-Formação, as horas-aluno correspondentes à carga horária desenvolvida pelos parceiros ofertantes, não sendo contempladas as atividades práticas realizadas nas empresas.

§ 4º Os cursos previstos no § 3º somente serão pagos pela Bolsa-Formação quando ofertados pelas instituições públicas e pelos SNA, para Contratos de Aprendizagem Profissional firmados com a administração pública ou com empresas que não contribuam compulsoriamente com o SNA.

Art. 81. Para os cursos FIC, o pagamento da Bolsa-Formação será realizado a partir da carga horária mínima estabelecida no Guia Pronatec de Cursos FIC.

Parágrafo único. Poderá haver repasse de recursos para ofertas com carga horária até vinte e cinco por cento além da carga-horária mínima prevista no Guia Pronatec de Cursos FIC.

Art. 82. Para os cursos ofertados na modalidade EJA, será financiada, no máximo, a carga horária de duas mil e quatrocentas horas prevista no art. 4º do Decreto nº 5.840, de 2006.

Art. 83. O mínimo de trinta por cento dos recursos financeiros da Bolsa-Formação será destinado para as Regiões Norte e Nordeste, conforme prevê o art. 6º, § 2º, da Lei nº 12.513, de 2011.

Seção II

Do Pagamento para Instituições Públicas e dos SNA

Art. 84. As instituições públicas e os SNA solicitarão periodicamente à SETEC-MEC o repasse de recursos, evidenciando o valor a ser repassado e a carga-horária realizada, em função das matrículas e horas-aluno executadas e registradas no Sistec.

Art. 85. O repasse de recursos financeiros será executado pelo FNDE, periodicamente, a partir de solicitação da SETEC-MEC, em conformidade com as resoluções publicadas por aquela autarquia.

Art. 86. Os repasses de recursos financeiros corresponderão ao total de horas-aluno executadas no período, computadas exclusivamente as matrículas registradas no Sistec, em turmas efetivamente realizadas por meio da Bolsa-Formação.

Art. 86-A. O empenho e o repasse de recursos aos parceiros ofertantes, para atender a pactuação específica, prevista no art. 38 desta Portaria, poderão ser realizados previamente à execução das horas-aluno, a título de fomento, observada a programação orçamentária e financeira do MEC. (Incluído pela Portaria MEC nº 1.460, de 15 de dezembro de 2016)

§ 1º O empenho e o repasse de que trata o caput deste artigo serão calculados com base no número de horas-aluno previstas em razão do número de vagas pactuadas ou, a critério da SETEC-MEC, com base no custo total do curso por estudante. (Incluído pela Portaria MEC nº 1.460, de 15 de dezembro de 2016)

§ 2º Eventual saldo de recursos verificado ao final do exercício na conta corrente específica do parceiro ofertante, decorrente do não cumprimento ou do cumprimento parcial da oferta pactuada, aferido por intermédio do Sistec, poderá ser reprogramado para o exercício subsequente ou devolvido de acordo com as determinações legais e normativas do Programa. (Incluído pela Portaria MEC nº 1.460, de 15 de dezembro de 2016)

§ 3º A reprogramação referida no § 2º deste artigo ficará condicionada a nova pactuação com a mesma finalidade. (Incluído pela Portaria MEC nº 1.460, de 15 de dezembro de 2016)

§ 4º Caberá à SETEC-MEC, por meio de ato do dirigente máximo da Secretaria, estabelecer e solicitar os valores a serem empenhados e transferidos à conta de cada parceiro ofertante, com a indicação do tipo de pactuação ao qual se vincula a transferência. (Incluído pela Portaria MEC nº 1.460, de 15 de dezembro de 2016)

Art. 87. Somente serão contabilizadas, para efeito de repasse de recursos, as matrículas reconfirmadas pela unidade de ensino no Sistec:

a) entre vinte e vinte e cinco por cento da integralização da carga-horária total de curso FIC; e

b) entre vinte e vinte e cinco por cento da integralização da carga-horária dos quatro primeiros meses de curso técnico.

Art. 88. O valor a ser repassado considerará o Índice Institucional de Conclusão - IC verificado semestralmente em cada unidade de ensino.

§ 1º O IC consiste em indicador a ser obtido pela relação entre os concluintes e o total de matrículas realizadas nas turmas, considerando somente os cursos ofertados por meio da Bolsa-Formação, cuja conclusão tenha se dado no semestre em questão.

§ 2º O IC será calculado pela SETEC-MEC a partir do primeiro semestre de 2016, considerando as turmas concluídas a partir de 1º de janeiro daquele ano.

Art. 89. Será assegurado o financiamento integral da carga-horária dos cursos para unidades de ensino que alcancarem índice igual ou superior ao IC de referência, que corresponde a oitenta e cinco por cento de concluintes.

Art. 90. Para as instituições que não alcancarem o IC de referência, a diferença entre o IC obtido pela unidade de ensino e o índice de oitenta e cinco por cento será convertida em horas-aluno e deverá ser compensada pela instituição de ensino.

Parágrafo único. Para compensação da carga-horária prevista no caput, a instituição de ensino poderá optar entre:

I - ofertar as horas-aluno devidas, gratuitamente, na pactuação de vagas seguinte à apuração do IC; ou

II - devolver os valores referentes às horas-aluno devidas ao FNDE, quando da prestação de contas.

Art. 91. Eventuais diferenças entre o valor repassado referente às vagas pactuadas e o valor correspondente às matrículas realizadas serão compensadas no exercício subsequente ao repasse ou devolvidas na forma prevista em Resolução do FNDE.



Art. 92. No caso de transferência direta de recursos, o parceiro ofertante fará, até o dia 30 de abril de cada exercício, a prestação de contas dos recursos creditados na conta corrente específica do parceiro ofertante entre o dia 1º de janeiro e o dia 31 de dezembro do ano anterior, para a execução da Bolsa-Formação, em conformidade com as normas estabelecidas em resolução do FNDE.

Seção III

Do Pagamento das Mensalidades para Instituições Privadas

Art. 93. O valor da mensalidade abarcará todos os encargos educacionais cobrados aos estudantes não bolsistas e considerará todos os descontos regulares e de caráter coletivo oferecido pela instituição, inclusive aqueles concedidos em virtude de pagamento pontual, sendo vedada a cobrança de quaisquer taxas relativas à prestação do serviço aos estudantes.

Art. 94. O pagamento dos valores será realizado em parcelas, pelo FNDE, a partir de solicitação da SETEC-MEC, diretamente às entidades mantenedoras das instituições privadas.

Art. 95. O pagamento será realizado mediante matrícula e somente após a confirmação da matrícula e frequência de cada beneficiário informadas pela instituição de ensino e validadas pelo estudante mensalmente, com acesso ao Sisrec por meio de senha pessoal e intransferível.

Seção IV

Da Contratação dos Profissionais

Art. 96. A contratação dos profissionais para atuar no âmbito da Bolsa-Formação será de competência exclusiva das instituições ofertantes, observadas as exigências legais e o previsto nesta Portaria.

Art. 97. As instituições públicas ofertantes poderão conceder bolsas aos profissionais envolvidos em atividades específicas da Bolsa-Formação.

§ 1º As atividades dos profissionais que atuam na Bolsa-Formação nas instituições públicas federais devem atender ao disposto em Resolução do FNDE.

§ 2º As atividades desempenhadas pelos profissionais que atuam na Bolsa-Formação nas redes estaduais, distrital e municipais de EPCT serão regulamentadas por ato do dirigente máximo do órgão gestor da educação profissional e tecnológica no âmbito de cada esfera.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 98. A fiscalização da utilização dos recursos repassados para execução da Bolsa-Formação é de competência do MEC, do FNDE, do Tribunal de Contas da União - TCU e do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, mediante a realização de auditorias, inspeções e de análise dos processos que originarem as prestações de contas, observado o cronograma de acompanhamento estabelecido pelos órgãos fiscalizadores.

Art. 99. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá denunciar ao MEC, ao TCU e aos órgãos de controle interno do Poder Executivo, irregularidades identificadas na aplicação dos recursos destinados à execução da Bolsa-Formação, conforme previsto no art. 6º, § 7º, da Lei nº 12.513, de 2011.

Art. 100. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação, o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmadas que sejam autênticas e plausíveis.

Art. 101. O Conselho Deliberativo do FNDE estabelecerá, por meio de resoluções, a normatização suplementar relativa à execução financeira da Bolsa-Formação, podendo fixar, mediante proposta da SETEC-MEC, os valores das bolsas, auxílios e mensalidades a serem repassados aos parceiros ofertantes para execução das ações, bem como aos profissionais envolvidos no Pronatec que atuarem na Rede Federal de EPCT, e à prestação de contas dos recursos transferidos diretamente às redes estaduais, distrital e municipais de EPCT e dos SNA.

Art. 102. O descumprimento injustificado das responsabilidades previstas nesta Portaria poderá ensejar, entre outras medidas:

I - interrupção imediata de novas ofertas;

II - descumprimento das unidades de ensino para oferta de cursos por intermédio da Bolsa-Formação;

III - ressarcimento à União dos recursos cuja execução for considerada irregular.

§ 1º A SETEC-MEC estabelecerá prazo para as instituições sancionadas sanarem as fragilidades identificadas, mediante a celebração de Protocolo de Compromisso entre a instituição e a SETEC-MEC, observadas as normas estabelecidas na Lei nº 10.861, de 2004.

§ 2º No caso das mantenedoras com diversas unidades de ensino vinculadas, a reincidência no descumprimento das responsabilidades em suas unidades de ensino ensejará em descredenciamento da mantenedora.

Art. 103. Ficam revogadas as Portarias MEC nº 168, de 7 de março de 2013, nº 362, de 26 de abril de 2013, nº 1.007, de 9 de outubro de 2013, nº 114, de 7 de fevereiro de 2014, nº 991, de 25 de novembro de 2014, e suas alterações, e a nº 562, de 25 de junho de 2013.

Art. 104. As matrículas realizadas sob a égide da Portaria MEC nº 168, de 7 de março de 2013, e suas alterações, não se submeterão às regras estabelecidas nesta Portaria.

Art. 105. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

(*) Republicada por ter sido, no DOU nº 155, de 14/8/2015, Seção 1, página 13, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 242, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2017

Reconhece cursos de pós-graduação stricto sensu.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e o art. 4º do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e tendo em vista o disposto nos Pareceres nº 619/2016, da Câmara de Educação Superior - CES, do Conselho Nacional de Educação - CNE, e nº 160/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - CONJUR-MEC, proferidos nos autos do Processo nº 23038.020147/2016-60, resolve:

Art. 1º Ficam devidamente reconhecidos os cursos de pós-graduação stricto sensu relacionados no anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

ANEXO

Relação de programas de pós-graduação stricto sensu da 164ª Reunião do Conselho Técnico Científico da Educação Superior - CTC-FES, realizada no período de 30 de maio a 3 de junho de 2016

PROPOSTAS ACADEMICAS

Nº	Numero/ Ano	Área de Avaliação	Nome do Curso	Nível	Sigla	Instituição de Ensino	Nota CTC-FES	UF	Região
1	26/2015	ARQUITETURA E URBANISMO	Design de Vestuário e Moda	MP	UDESC	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	3	SC	Sul
2	821/2014	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I	Gestão da Informação	MP	USP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	4	SP	Sudeste
3	319/2015	ENSINO	Educação, Trabalho e Inovação em Medicina	MP	UFERN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	3	RN	Nordeste
4	19/2015	INTERDISCIPLINAR	Engenharia de Sistemas e Produtos	MP	IFBA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	3	BA	Nordeste
5	11/2015	SOCIOLOGIA	Sociologia em Rede Nacional	MP	FEJ	FUNDACAO JOAQUIM NABUCO	3	PE	Nordeste
Nº	Numero/ Ano	Área de Avaliação	Nome do Curso	Nível	Sigla	Instituição de Ensino	Nota CTC-FES	UF	Região
1	896/2015	ARQUITETURA E URBANISMO	Arquitetura e Cidade	ME	UNV	UNIVERSIDADE VILA VELHA	3	ES	Sudeste
2	936/2015	ARQUITETURA E URBANISMO	Design	ME	UFRI	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	3	RJ	Sudeste
3	1470/2015	ARQUITETURA E URBANISMO	Arquitetura e Urbanismo	ME	UnicEUB	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA	3	DF	Centro-Oeste
4	1026/2015	BIOTECNOLOGIA	Biotecnologia	ME	UFU	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	3	MG	Sudeste
5	909/2015	CIÊNCIA POLITICA	Ciências Militares	DO	ECTEME	ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXERCITO	4	RJ	Sudeste
6	640/2015	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS III	Biologia da Interação Patógeno-Hospedeiro	ME	CPQMD FIOCRUZ	CENTRO DE PESQUISA LEONIDAS E MARIA DIANE FIOCRUZ	3	AM	Norte
7	1507/2015	DIREITO	Direito da Saúde: Dimensões Individuais e Coletivas	ME	UNISANTA	UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA	3	SP	Sudeste
8	1544/2015	DIREITO	Direito	DO	URI	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	4	RS	Sul
9	545/2015	EDUCAÇÃO FISICA	Ciências do Movimento Humano e Reabilitação	ME/DO	UNIFESP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	4	SP	Sudeste
10	808/2015	EDUCAÇÃO FISICA	Ciências da Reabilitação	ME	UFERN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	3	RN	Nordeste
11	576/2015	FARMÁCIA	Ciências Farmacêuticas	ME	UEL	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	3	PR	Sul
12	1163/2015	GEOGRAFIA	Organização e Gestão do Território	DO	UFPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	4	PA	Norte
13	917/2015	INTERDISCIPLINAR	Desenvolvimento Rural Sustentável	DO	UNIOESTE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	4	PR	Sul
14	1339/2015	INTERDISCIPLINAR	Estado e Sociedade	ME/DO	UFESB	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	4	BA	Nordeste
15	870/2015	MEDICINA II	Ciências Médicas	DO	IDOR	INSTITUTO DOZ DE PESQUISA E ENSINO	4	RJ	Sudeste
16	1146/2015	MEDICINA II	Ciências da Saúde	ME	UNIOESTE	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	3	SP	Sudeste
17	1531/2015	MEDICINA VETERINÁRIA	Medicina Veterinária no Meio Ambiente: Interdisciplinar	ME	UNINIS	UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS	3	SP	Sudeste
18	1297/2015	ODONTOLOGIA	Odontologia	ME	IMEB	FACULDADE MERIDIONAL	3	RS	Sul
19	567/2015	ODONTOLOGIA	Odontologia	ME	UNIOESTE	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	3	SP	Sudeste



4. The fourth part of the document contains a list of references and sources used in the research. It also includes a list of appendices and supplementary materials.

5. The fifth part of the document is a concluding statement that reiterates the main points of the report and expresses the author's confidence in the results.

The following table provides a detailed breakdown of the data collected during the study. It includes information on the number of participants, the duration of the study, and the results of the various tests and measurements.

Participant ID		Study Duration		Test Results	
001	10	10	10	10	10
002	10	10	10	10	10
003	10	10	10	10	10
004	10	10	10	10	10
005	10	10	10	10	10
006	10	10	10	10	10
007	10	10	10	10	10
008	10	10	10	10	10
009	10	10	10	10	10
010	10	10	10	10	10
011	10	10	10	10	10
012	10	10	10	10	10
013	10	10	10	10	10
014	10	10	10	10	10
015	10	10	10	10	10
016	10	10	10	10	10
017	10	10	10	10	10
018	10	10	10	10	10
019	10	10	10	10	10
020	10	10	10	10	10
021	10	10	10	10	10
022	10	10	10	10	10
023	10	10	10	10	10
024	10	10	10	10	10
025	10	10	10	10	10
026	10	10	10	10	10
027	10	10	10	10	10
028	10	10	10	10	10
029	10	10	10	10	10
030	10	10	10	10	10
031	10	10	10	10	10
032	10	10	10	10	10
033	10	10	10	10	10
034	10	10	10	10	10
035	10	10	10	10	10
036	10	10	10	10	10
037	10	10	10	10	10
038	10	10	10	10	10
039	10	10	10	10	10
040	10	10	10	10	10
041	10	10	10	10	10
042	10	10	10	10	10
043	10	10	10	10	10
044	10	10	10	10	10
045	10	10	10	10	10
046	10	10	10	10	10
047	10	10	10	10	10
048	10	10	10	10	10
049	10	10	10	10	10
050	10	10	10	10	10
051	10	10	10	10	10
052	10	10	10	10	10
053	10	10	10	10	10
054	10	10	10	10	10
055	10	10	10	10	10
056	10	10	10	10	10
057	10	10	10	10	10
058	10	10	10	10	10
059	10	10	10	10	10
060	10	10	10	10	10
061	10	10	10	10	10
062	10	10	10	10	10
063	10	10	10	10	10
064	10	10	10	10	10
065	10	10	10	10	10
066	10	10	10	10	10
067	10	10	10	10	10
068	10	10	10	10	10
069	10	10	10	10	10
070	10	10	10	10	10
071	10	10	10	10	10
072	10	10	10	10	10
073	10	10	10	10	10
074	10	10	10	10	10
075	10	10	10	10	10
076	10	10	10	10	10
077	10	10	10	10	10
078	10	10	10	10	10
079	10	10	10	10	10
080	10	10	10	10	10
081	10	10	10	10	10
082	10	10	10	10	10
083	10	10	10	10	10
084	10	10	10	10	10
085	10	10	10	10	10
086	10	10	10	10	10
087	10	10	10	10	10
088	10	10	10	10	10
089	10	10	10	10	10
090	10	10	10	10	10
091	10	10	10	10	10
092	10	10	10	10	10
093	10	10	10	10	10
094	10	10	10	10	10
095	10	10	10	10	10
096	10	10	10	10	10
097	10	10	10	10	10
098	10	10	10	10	10
099	10	10	10	10	10
100	10	10	10	10	10



V - extratos bancários das contas correntes específicas, inclusive os de aplicação no mercado financeiro, se houver, demonstrando a inexistência de recursos no período de gestão do autor da Representação.

§ 2º O FNDE adotará as medidas de exceção adequadas, elegendo o gestor sucessor como corresponsável pelo dano causado ao erário, no caso de omissão do dever de prestar contas cujo prazo para apresentação houver expirado em sua gestão, ausente a devida Representação.

CAPÍTULO X DAS DEVOLUÇÕES

Art. 26. As devoluções referidas nesta Resolução deverão ser monetariamente atualizadas pelo Índice do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, até a data em que for realizado o recolhimento, e a quitação ou a suspensão da inadimplência se dará com a suficiência do valor recolhido, de conformidade com o Sistema

Débito do TCU, disponível no endereço eletrônico contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDebito.faces.

§ 1º As devoluções de recursos transferidos pela União, independentemente do fato gerador que lhes deram origem, devem ser efetuadas em agência do Banco do Brasil S/A, por meio da Guia de Recolhimento à União - GRU, na qual deverão ser indicados o nome, o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ do estado ou do Distrito Federal e os códigos disponíveis no endereço www.fnde.gov.br, no menu Consultas On-line/GRU.

§ 2º Considera-se ano de repasse aquele em que os recursos foram creditados na conta corrente específica.

Art. 27. Os valores referentes às devoluções deverão ser registrados em campo próprio no SIGPC - Contas On-line.

Parágrafo único. Eventuais despesas bancárias decorrentes das devoluções de valores ao FNDE, correrão a expensas do depositante, não podendo ser consideradas como resultantes da execução financeira dos recursos para fins de prestação de contas.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Ficam aprovados os Anexos I (Despesas passíveis de execução com recursos do Programa), II (Manual de Execução Financeira do Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral) e III (Diretrizes para Prevenir e Combater a Fraude e a Corrupção no Financiamento dos Programas por Resultados - PforRS, de 1º de fevereiro de 2012, revisadas em 10 de julho de 2017), disponíveis no endereço www.fnde.gov.br.

Art. 29. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 59, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o empenho e a transferência de recursos orçamentários e financeiros do ano de 2017, à título de fomento, de forma a garantir a execução das ações da Bolsa-Formação pelos parceiros ofertantes de cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional, no Sistema Prisional Brasileiro, no âmbito da Bolsa-Formação Trabalhador do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Proatec).

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, Anexo I, do Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012, e considerando o disposto no art. 214 da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011, no Decreto nº 6.170 de 25 de julho de 2007, na Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, na Portaria MEC nº 817, de 13 de agosto de 2015, Portaria MEC nº 1.152, de 22 de dezembro de 2015 e no Processo 23000.040428/2017-47, resolve:

Art. 1º Estabelecer os valores a serem empenhados e transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) às instituições relacionadas no quadro abaixo, para oferta em Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional no Sistema Prisional Brasileiro, para as pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, penas restritivas de direito ou medidas cautelares, e ainda seus respectivos familiares, no âmbito da Bolsa-Formação do Proatec pelos parceiros ofertantes das redes estaduais de educação, conforme Acordo de Cooperação Técnica (SPL/M) nº 08016.011006/2012-97, nos termos dos arts. 84 a 87 da Portaria MEC nº 817, de 13 de agosto de 2015 e da Nota Técnica nº 102/2017/DIR/SETEC/SETEC (SPL nº 0914146).

UF	CNPJ	Instituição	Vagas/Matrículas	Horas/Aluno	TOTAL (R\$)
AC	07.827.771/0001-95	AC-DEM MOACIR	195	39.000	390.000,00
AL	12.200.218/0001-79	AL-SEDFUC	460	92.000	920.000,00
AM	05.846.254/0001-49	AM-CETAM	580	116.000	1.160.000,00
AP	00.394.577/0001-25	AP-SEDFUC	300	60.000	600.000,00
BA	13.937.065/0001-00	BA-SEDFUC	945	189.000	1.890.000,00
CE	07.954.514/0001-25	CE-SEDFUC	460	92.000	920.000,00

PORTARIA Nº 61, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, Anexo I, do Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012, e considerando o disposto no art. 214 da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, na Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, na Portaria MEC nº 817, de 13 de agosto de 2015, Portaria MEC nº 1.152, de 22 de dezembro de 2015 e no Processo 23000.047552/2017-33, resolve:

Art. 1º Estabelecer o repasse de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) a serem empenhados e transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Centro Paula Souza, como parceiro ofertante no Estado de São Paulo, para ampliação da oferta de vagas de cursos técnicos concomitantes no âmbito do Mediatec, nos termos dos arts. 84 a 87 da Portaria MEC nº 817, de 13 de agosto de 2015 e da NOTA TÉCNICA Nº 109/2017/DIR/SETEC/SETEC (SPL nº 0921094).

Art. 2º O empenho de que trata o art. 1º desta Portaria deverá ser emitido à conta da Funcional Programática 12.363.2031.20RW.0001 (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica) e Plano Interno LP05M9601N.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA CONJUNTA Nº 78, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 31 de outubro de 2017, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 23 de fevereiro de 2018, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária - FAPUEJ, CNPJ nº 83.476.911/0001-17 para atuar como fundação de apoio à Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, processo nº 23000.040180/2017-14.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO

SÁVIO TÚLIO OSELIERI RAEDER

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 1.251, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Registro do MFC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Matrícula	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1. 20120935	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO TAUBATÉ DE ENSINO SUPERIOR	ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SÃO JOSÉ DOS CAMPOS "AFESIC"	AVENIDA DOM PEDRO I, 3.575, ESQUINA COM R. ANTONIO CASTILHO MARCONDES, JARDIM EULALIA, TAUBATÉ/SP
2. 20130189	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	170 (cento e setenta)	FACULDADE UNIRB - FEIRA DE SANTANA	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA BAHIA LTDA	AVENIDA PRESIDENTE DUTRA, S/N, - ATE 522 - LADO PAR, CENTRO, FEIRA DE SANTANA/BA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012017121100039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Ano Base: 2025

Data Referência 09/06/2025 **Número** 2025NO000005
Unidade Orçamentária 16020 Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional
Tipo Alteração Suplementação **Processo** 0048.000550/2025-49
Responsável Liberação 761.875.002-53 Rose Carvalho Ferreira **Data Liberação** 09/06/2025
Tipo Ato Legal
Justificativa O recurso destinado à população prisional visou cursos de qualificação profissional à formação profissional de pessoas em cumprimentos de penas privativas de liberdade, por meio do Pronatec/Prisional. Os cursos pactuados foram executados na sua totalidade e, portanto, há necessidade de devolução do saldo à União.
Cancelamento
Situação Registro Ativo - Liberada

Lançamentos

Tipo	Subação	Fonte Recurso	Natureza	Valor
A	235501	2.5.69.000001	33.90.93	432.653,08
Total				432.653,08

Fonte Recurso

Tipo	Fonte Recurso	Valor
A	2.5.69.000001 Outras Transferências de Recursos do FNDE__	432.653,08

Natureza

Tipo	Natureza	Valor
A	33.90.93 Indenizações e Restituições	432.653,08

Subação

Subação

235501 PROMOVER CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Histórico

Data	Responsável	Situação
09/06/2025 12	Rose Carvalho Ferreira	Liberada



Data Referência	10/07/2025	Número	2025NO000009
Unidade Orçamentária	16020 Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional		
Tipo Alteração	Suplementação	Processo	0048.000550/2025-49
Responsável Liberação	944.195.902-20 Maria Cecília Silva Soares	Data Liberação	10/07/2025
Tipo Ato Legal			
Justificativa	Crédito suplementar por excesso de arrecadação, em atenção ao Ofício nº 506/2025/IDEP-GEFIN (0059147429) e a Errata (0061806140), que tem por finalidade a devolução à União dos rendimentos financeiros oriundos de recursos destinados à população prisional, no âmbito do Pronatec/Prisional.		
Cancelamento			
Situação Registro	Ativo - Liberada		

Lançamentos

Tipo	Subação	Fonte Recurso	Natureza	Valor
A	235501	1.5.69.000001	33.90.93	10.215,62
Total				10.215,62

Fonte Recurso

Tipo	Fonte Recurso	Valor
A	1.5.69.000001 Outras Transferências de Recursos do FNDE.	10.215,62

Natureza

<u>Tipo</u>	<u>Natureza</u>	<u>Valor</u>
A	33.90.93 Indenizações e Restituições	10.215,62

Subação

Subação

235501 PROMOVER CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Excesso Arrecadação

Natureza Receita	Fonte Recurso	Valor
1.3.2.1.01.0.1.00 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.5.69.000001 Outras Transferências de Recursos do FNDE.	10.215,62



Tipo Alteração Suplementação
Responsável Liberação 944.195.902-20 Maria Cecilia Silva
Soares
Tipo Ato Legal
Cancelamento

Processo 0048.000550/2025-49
Data Liberação 10/07/2025

Histórico

Data		Responsável	Situação
10/07/2025 13		Maria Cecilia Silva Soares	Liberada



Governo do Estado de
RONDÔNIA

Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 48
Disponibilização: 13/03/2025
Publicação: 13/03/2025



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - IDEP

BALANÇO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO DE 2024

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2024

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	312.000,00	1.498.173,63	1.186.173,63
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	166.494,61	166.494,61
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	312.000,00	1.328.160,00	1.016.160,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	3.519,02	3.519,02
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	312.000,00	1.498.173,63	1.186.173,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	312.000,00	1.498.173,63	1.186.173,63
DEFICIT (VI)	-	-	22.707.452,10	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	312.000,00	24.205.625,73	1.186.173,63

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2024



R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	29.315.263,00	29.447.699,35	22.987.232,08	21.466.792,72	21.278.836,77	6.460.467,27
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.686.513,00	13.836.513,00	11.533.581,73	11.533.581,73	11.533.581,73	2.302.931,27
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.628.750,00	15.611.186,35	11.453.650,35	9.933.210,99	9.745.255,04	4.157.536,00
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	110.000,00	1.220.723,65	1.218.393,65	211.344,85	211.344,85	2.330,00
INVESTIMENTOS	110.000,00	1.220.723,65	1.218.393,65	211.344,85	211.344,85	2.330,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	29.425.263,00	30.668.423,00	24.205.625,73	21.678.137,57	21.490.181,62	6.462.797,27
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	29.425.263,00	30.668.423,00	24.205.625,73	21.678.137,57	21.490.181,62	6.462.797,27
SUPERAVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	29.425.263,00	30.668.423,00	24.205.625,73	21.678.137,57	21.490.181,62	6.462.797,27
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2024

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	1.497.878,84	1.351.010,41	1.351.010,41	146.868,43	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	1.497.878,84	1.351.010,41	1.351.010,41	146.868,43	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	76.806,00	76.806,00	76.806,00	-	-
INVESTIMENTOS	-	76.806,00	76.806,00	76.806,00	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	1.574.684,84	1.427.816,41	1.427.816,41	146.868,43	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2024

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (b)			
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

01 - Informações Gerais

O Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional, domiciliado Avenida Tiradentes, nº 3009, Bairro: Industrial, no município de Porto Velho, inscrito sob C.N.P.J. 26.766.814/0001-25, integra o Poder Executivo Estadual, criado pela Lei Complementar Estadual nº 908, de 06/12/2016, com alterações através da Lei Complementar nº 947, de 28/06/2017. Sendo uma entidade com natureza jurídica de autarquia, vinculada à Secretaria de Estado da Educação e dotada de autonomia administrativa, didático-pedagógica, disciplinar, financeira, orçamentária e patrimonial, sendo o Órgão Central do Subsistema Público de Educação Profissional do Estado.

O Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional- IDEP é uma instituição de educação básica e profissional, pluricurricular, especializada na oferta de educação profissional gratuita, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos com suas práticas pedagógicas, compreendidas a pesquisa e a inovação dedicada à formação profissional.

As atividades desenvolvidas por esta Unidade Gestora estão amparadas pela Lei Orçamentária Anual nº 5.246, de 10 de janeiro de 2022, e alterações pelos Decretos nº 5.477, de 16 de dezembro de 2022 e nº 5.482, de 16 de dezembro de 2022.

A declaração do contador atestando a conformidade das Demonstrações Contábeis do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional- IDEP encontra-se abaixo:

Declaração de Conformidade

Declaro que as demonstrações contábeis constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/RO (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, as Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações no Patrimônio Líquido), relativos ao exercício de 2022, representam com fidedignidade a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta Entidade.

Local: Porto Velho - RO

Data: 14/03/2025.

Contador Responsável: Gabriela Nascimento de Souza

CRC nº RO-007264/O-4



02 - Apresentação das Demonstrações e Principais práticas contábeis

2.1- Base de Elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos instituídos pela Contabilidade Geral do Estado de Rondônia – COGES, nos termos da Lei Complementar nº 1.109, de 12 de novembro de 2021.

Através da Portaria nº 265/2023/COGES de 12/12/2024 foi aprovado a 8ª edição dos **MANUAIS DE CONFERÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS- MCDC/COGES-RO**, disponibilizado no site <http://www.contabilidade.ro.gov.br>, com o objetivo de oferecer aos profissionais de contabilidade pública e agentes responsáveis pelo patrimônio público, um roteiro normatizado de análise, verificação, certificação das demonstrações contábeis e emissão de notas explicativas que devem ser adotadas pelos Poderes e Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Rondônia. Sendo este utilizado para análise e emissão dos demonstrativos através do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/RO.

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pela COGES/RO em atenção às orientações da Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª edição, e ainda observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo compostas por: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração de Mutações no Patrimônio Líquido e Notas Explicativas.

Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2024, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

2.2-Base de Mensuração

Moeda – A moeda funcional é o Real (R\$). Os saldos em moeda estrangeira, quando necessário, são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Disponibilidades - As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

Créditos e Dívidas - Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço.

Estoques- Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor. O método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº 4.320/64 e NBC TSP 04/2016.

Imobilizado - O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, sendo atualizado por ajustes de Depreciação e Amortização conforme característica do bem. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, são registrados pelo valor de aquisição e atualizados por ajustes de reavaliação.

Depreciação, Amortização e Exaustão- Os itens do ativo imobilizado estão sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, cuja apuração foi realizada considerando o item do ativo estando em condições de uso.

Restos a Pagar - Os Restos a Pagar são todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou não canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente, estes são classificados em: processados (despesas já liquidadas); e não processados (despesas a liquidar ou em liquidação). Os estágios de execução dessas despesas ocorrem no exercício seguinte, e o controle é efetuado em contas com informações de natureza orçamentária. Havendo tratamento específico para o encerramento, transferência e abertura de saldos entre o exercício financeiro que se encerra e o que se inicia, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 9ª Edição.

Retenções - O Estado adota a política contábil considerando a Retenção como paga apenas na baixa da obrigação.

Distinção entre Circulante e Não Circulante - A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução dos recursos.

Apuração de Resultado - Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados conforme as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

03 - Do Envio dos Balancetes Mensais

Em atenção ao Decreto n. 26.020, de 19 de abril de 2021, que disciplina a remessa eletrônica mensal de informações, instituída pela Instrução Normativa nº 72/2020/TCE-RO, de 19 de outubro de 2020, regulamentada pela Resolução nº 328/2020/TCE-RO, de 6 de novembro de 2020, este Instituto efetuou a transmissão dos arquivos através do Sistema Integrado de Gestão e Auditoria Pública – SIGAP do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Dito isto, apresentamos abaixo relação dos protocolos de entrega das Remessas mensais encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia referentes ao exercício de 2024:

Item	Competência	Protocolo TCERO (ID SEI)
1	Janeiro	0047294361
2	Fevereiro	0047294444
3	Março	0050594538
4	Abril	0050594604
5	Maiο	0050594720
6	Junho	0052094429
7	Julho	0052350295
8	Agosto	0054016310
9	Setembro	0054332496
10	Outubro	0055335850
11	Novembro	0056136901
12	Dezembro	0058158237



Na oportunidade, informamos que a parametrização e conversão em arquivos.xml do Módulo contábil (lançamentos contábeis, conciliação bancária e balancete) são gerados pela Função TCE no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/RO, sendo gerenciado pela Contabilidade Geral do Estado - COGES, conforme Art. 6º, IX da Lei Complementar nº 1.109, de 12 de novembro de 2021. Ademais, esta Contadoria Setorial efetuou os testes de consistências nos Arquivos do Módulo Contábil, conforme orientado no Treinamento Validação dos balancetes enviados ao TCE RO- IN 72.

04 - Regime Contábil do Balanço Orçamentário

No regime orçamentário, o regime contábil aplicado à contabilidade pública é o MISTO, conforme preceitua a lei 4.320/1964 em seu art. 35º:

Pertencem ao exercício financeiro:

I - As receitas nele arrecadadas; (Regime de caixa)

II- As despesas nele legalmente empenhadas. (Regime de competência)

05 – Dotação Orçamentária

A Lei Orçamentária Anual nº 5.733, de 09 de Janeiro de 2024, publicada no DOE Suplementar n. 5.1, estimou a receita e fixou a despesa para o exercício de 2024, sendo a dotação orçamentária inicial de R\$ 29.425.263,00 (vinte e nove milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, duzentos e três reais).

Logo, resultando em uma variação de suplementações orçamentárias na ordem de R\$1.396.896,84 (hum milhão, trezentos e noventa e seis mil, oitocentos e noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos).

No entanto, além das suplementações orçamentárias houve uma descentralização orçamentária e financeira concedida no valor de R\$ 153.736,84 (cento e cinquenta e três mil, setecentos e trinta e seis reais e oitenta e quatro centavos) ao Fundo Penitenciário-FUPEN, FT 1500.0.01001 - Ordinários, referente a Portaria Conjunta nº 102, de 11 de janeiro de 2022 e 4º termo aditivo ao Termo Cooperação nº 039/PGE/2019.

Movimentação Orçamentária	Em R\$ 1,00
Dotação Inicial	R\$ 29.425.263,00
(+) Variação das Suplementações orçamentárias	R\$ 1.396.896,84
(=) Dotação Atualizada	R\$ 30.822.159,84
(-) Descentralização Concedida	R\$ 153.736,84
(=) Dotação Atualizada Após Descentralização de Crédito	R\$ 30.668.423,00

A composição do orçamento atualizado do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional- IDEP ao final do Exercício de 2024, após suplementações orçamentárias e descentralizações de crédito concedidas perfaz o total de R\$30.668.423,00. Deste montante, o IDEP empenhou o valor de R\$24.205.625,73 (vinte e quatro milhões, duzentos e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e três centavos).

06 - Previsão Inicial

Esta unidade orçamentária iniciou o Exercício de 2024, com previsão inicial de receita zerada. Ressaltando que esta Unidade Gestora - IDEP não é um agente arrecadador de receita, e executa despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos no interesse da Administração Pública.

07- Receitas Realizadas

Na execução orçamentária observou-se Receita Realizada de R\$1.498.173,63 (hum milhão, quatrocentos e noventa e oito mil, cento e setenta e três reais e sessenta e três centavos), com destaque nas receitas correntes a rubrica "Transferências Correntes", no valor de R\$ 1.328.160,00 (hum milhão, trezentos e

vinte e oito mil e cento e sessenta reais), referente remuneração de depósitos bancários.

08 – Receitas X Despesas Orçamentárias

O Balanço Orçamentário do Instituto apresenta déficit orçamentário no valor de -R\$ 22.707.452,10 (vinte e dois milhões, setecentos e sete mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e dez centavos), posto que, a unidade não é agente arrecadador e executa despesas orçamentárias no interesse da Administração Pública. Importante salientar que o déficit apresentado ocorre em virtude de no Balanço Orçamentário do IDEP somente contemplar as receitas diretamente arrecadadas por esta instituição, excluindo-se as transferências financeiras recebidas da Secretaria de Finanças do Estado e Outros órgãos. No entanto, tal desequilíbrio é compensado através do montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionadas à execução do orçamento anual de 2024.

Ressalta-se que, segundo a 9ª edição do MCASP, este fato não representa irregularidade, haja vista que o balanço do IDEP compõe o Balanço Geral do Estado de Rondônia que, consolidado, se apresentará em equilíbrio.

09- Despesas Orçamentárias

O montante das despesas empenhadas no âmbito do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional- IDEP totalizou R\$ 24.205.625,73 (vinte e quatro milhões, duzentos e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e três centavos), sendo que deste montante R\$ 22.987.232,08 (vinte e dois milhões, novecentos e oitenta e sete mil, duzentos e trinta e dois reais e oito centavos), referente às Despesas Correntes e R\$ 1.218.393,65 (hum milhão, duzentos e dezoito mil, trezentos e noventa e três reais e sessenta e cinco centavos) referente às Despesas de Capital. Ademais, verifica-se saldo de dotação orçamentária no montante de R\$6.462.797,27 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, setecentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos).

No quadro abaixo estão demonstradas a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas) do Exercício de 2024, por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária:

GRUPO DESPESA	Despesas Orçamentárias		Em R\$ 1,00	
	2024		(%)	(%)
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	(Empenhado x Dotação)	(Empenhado x Total da despesa)
1 – Pessoal e Encargos Sociais	13.836.513,00	11.533.591,73	83%	48%
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	15.611.186,35	11.453.650,35	73%	47%
Subtotal Despesas Correntes	29.477.699,35	22.987.232,08	95%	95%
4 - Investimentos	1.220.723,65	1.218.393,65	100%	5%
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-
6 - Amortização Dívida	-	-	-	-
Subtotal Despesa de Capital	1.220.723,65	1.218.393,65	5%	5%
TOTAL	30.668.423,00	24.205.625,73	100%	100%



Do montante de Despesas Correntes empenhadas, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais correspondem a R\$11.533.581,73 (onze milhões, quinhentos e trinta e três mil, quinhentos e oitenta e um reais e setenta e três centavos), correspondendo a 48% do total da despesa empenhada no IDEP no exercício de 2024.

Não houve movimentação no grupo de despesa “Juros e Encargos da Dívida”, no exercício de 2024.

No grupo de contas “Outras Despesas Correntes” foram registradas as despesas orçamentárias com serviços, consumos, diárias, auxílios e indenizações de servidores, entre outras, no montante de R\$ 11.453.650,35 (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e cinquenta reais e trinta e cinco centavos) representando 73% do total da despesa empenhado do IDEP.

Do total de Despesas de Capital empenhadas, as despesas com Investimentos foram registradas no valor de R\$1.218.393,65 (hum milhão, duzentos e dezoito mil, trezentos e noventa e três reais e sessenta e cinco centavos) equivalente a 5% do total de despesa empenhada.

No grupo de contas “Investimentos” foram registradas as despesas orçamentárias com aquisição de ativos permanentes como mobiliários, equipamentos de tecnologia da informação, entre outros, para atender as necessidades deste IDEP.

Do montante de Despesas Correntes empenhadas, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais correspondem a R\$11.533.581,73 (onze milhões, quinhentos e trinta e três mil, quinhentos e oitenta e um reais e setenta e três centavos), correspondendo a 48% do total da despesa empenhada no IDEP no exercício de 2024.

Não houve movimentação no grupo de despesa “Juros e Encargos da Dívida”, no exercício de 2024.

No grupo de contas “Outras Despesas Correntes” foram registradas as despesas orçamentárias com serviços, consumos, diárias, auxílios e indenizações de servidores, entre outras, no montante de R\$ 11.453.650,35 (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e cinquenta reais e trinta e cinco centavos) representando 73% do total da despesa empenhado do IDEP.

Do total de Despesas de Capital empenhadas, as despesas com Investimentos foram registradas no valor de R\$1.218.393,65 (hum milhão, duzentos e dezoito mil, trezentos e noventa e três reais e sessenta e cinco centavos) equivalente a 5% do total de despesa empenhada.

No grupo de contas “Investimentos” foram registradas as despesas orçamentárias com aquisição de ativos permanentes como mobiliários, equipamentos de tecnologia da informação, entre outros, para atender as necessidades deste IDEP.

10 - Execução orçamentária dos Restos a Pagar

- Execução de restos a pagar não processados (RPNP)

Os restos a pagar não processados inscritos em 31/12/2023 totalizam o valor de R\$ 1.574.684,84 (hum milhão, quinhentos e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta quatro reais e oitenta e quatro centavos), ocorrendo o devido pagamento na ordem de R\$ 1.427.816,41 (hum milhão, quatrocentos e vinte e sete mil, oitocentos e dezesseis reais e quarenta e um centavos), sendo cancelado o restante do montante de restos a pagar não processados no valor de R\$ 146.868,43 (cento e quarenta e seis mil, oitocentos e sessenta e oito reais e quarenta e três).

- Execução de restos a pagar processados (RPP)

Não houve saldo de Restos a Pagar Processados.

BALANÇO FINANCEIRO

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO - INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2024



R\$

INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2024	Janeiro a Dezembro/2023
Receita Orçamentária (I)	1.498.173,63	666.785,51
Recursos Não Vinculados	-	436,63
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	1.498.173,63	666.348,88
Recursos Vinculados à Educação	1.479.748,98	662.008,06
Recursos Vinculados à Saúde	-	-
Recursos Vinculados à Assistência Social	18.424,65	4.340,82
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	-	-
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	-	-
Demais Vinculações Legais	-	-
Outras Vinculações de Recursos	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	-	-
Transferências Financeiras Recebidas (II)	25.829.056,27	32.035.640,68
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	25.207.958,22	31.204.201,72
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	621.098,05	831.438,96
Transferências Recebidas Aportes RPPS	-	-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	-	-
Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares	-	-
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)	-	-
Resgate de Investimentos e Aplicações Financeiras	-	-
Desbloqueio de Valores em Caixa	-	-
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	14.035.324,45	12.396.528,05
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	2.527.488,16	1.574.684,84
Inscrição de Restos a Pagar Processados	187.955,95	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	11.319.880,34	10.799.851,21
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	-	21.992,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Compensações Financeiras - IPERON	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior (V)	2.022.164,60	7.319.857,53
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.022.164,60	7.319.857,53

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2024

R\$

INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2024	Janeiro a Dezembro/2023
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (VI) = (I + II + III + IV + V)	43.384.718,95	52.418.811,77

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO - INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2024



DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2024	Janeiro a Dezembro/2023
Despesa Orçamentária (VII)		
Recursos Não Vinculados	24.205.625,73	25.402.580,34
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	2.592.969,86	3.377.502,77
Recursos Vinculados à Educação	21.612.655,87	22.025.077,57
Recursos Vinculados à Saúde	21.612.655,87	21.571.802,37
Recursos Vinculados à Assistência Social	-	-
Recursos Vinculados à Previdência Social - (EXCETO RPPS)	-	453.275,20
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	-	-
Demais Vinculações Legais	-	-
Outras Vinculações de Recursos	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	-	-
Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	2.148.347,87	7.783.544,74
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	66.191,11	75.434,22
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	2.082.156,76	7.708.110,52
Transferências Concedidas Aportes RPPS	-	-
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RGPS	-	-
Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares	-	-
Outras Movimentações Financeiras Concedidas (IX)	-	-
Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras	-	-
Bloqueio de Valores em Caixa	-	-
Pagamentos Extraorçamentários (X)	12.423.324,70	17.210.522,09
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	1.427.816,41	5.596.141,32
Pagamento de Restos a Pagar Processados	-	780.064,74
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.995.508,29	10.812.324,03
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	-	21.992,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Perdas de Investimentos Temporários	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte (XI)	4.607.420,65	2.022.164,60
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.607.420,65	2.022.164,60

Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)	43.384.718,95	52.418.811,77

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO - INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2024

Especificação	JANEIRO a DEZEMBRO/2024			JANEIRO a DEZEMBRO/2023		
	Receita	Deduções	Saldo (c) = (a - b)	Receita	Deduções	Saldo (f) = (d - e)
	Orçamentária (a)	Orçamentária (b)		Orçamentária (d)	Orçamentária (e)	
Recursos Não Vinculados	-	-	-	436,63	-	436,63
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	1.498.173,63	-	1.498.173,63	666.348,88	-	666.348,88
Recursos Vinculados à Educação	1.479.748,98	-	1.479.748,98	662.008,06	-	662.008,06
Recursos Vinculados à Saúde	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados à Assistência Social	18.424,65	-	18.424,65	4.340,82	-	4.340,82
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	-	-	-	-	-	-
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	-	-	-	-	-	-
Demais Vinculações Legais	-	-	-	-	-	-
Outras Vinculações de Recursos	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.498.173,63	-	1.498.173,63	666.785,51	-	666.785,51

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

11 – Receita Orçamentária

Compreende o valor de R\$ 1.498.173,69 (hum milhão, quatrocentos e noventa e oito mil. Cento de setenta e três reais e sessenta e nove centavos), sendo sua maioria decorrente da receita de rendimento de aplicação financeira do período de janeiro a dezembro de 2024, das contas bancárias cadastradas e vinculadas no CNPJ do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional- IDEP, que foram registradas como Remuneração de Depósitos Bancários.

12 – Transferências Financeiras Recebidas

O saldo de Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária no montante de R\$ 25.829.056,27 (vinte e cinco milhões, oitocentos e vinte e nove mil, cinquenta e seis reais e vinte e sete centavos), em sua maior parte encontra-se registrado na conta contábil de variação patrimonial aumentativa 4.5.1.1.2.02.00.00 – Repasse Recebido no valor de R\$ 22.232.297,79 (vinte e dois milhões, duzentos e trinta e dois mil, duzentos e noventa e sete reais e setenta e nove centavos) referente às Ordens Bancárias- OB recebidas da conta única do tesouro do Estado nº 001.2757X.10.0005 da UG/Gestão 140099 para execução orçamentária das despesas com Fonte de Recurso 0100- ordinário. E ainda na conta contábil 4.5.1.1.2.1.3.00.00 - Correspondência de débitos – saldos financeiros no valor de R\$ 2.975.660,43 (dois milhões, novecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e sessenta reais e quarenta e três centavos) referente as movimentações da Conta do FUNDEB (02757X 0000104698) com características de Conta Única, advindas da Secretaria de Estado de Educação-SEDUC, com finalidade de cobertura da folha de pagamento FT 0118-FUNDEB.

As Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária estão registradas 4.5.1.2.2.0.1.03.00 – Movimento de Fundos a Débito totalizando o valor de R\$ 621.098,05 (seiscentos e vinte e um mil, noventa e oito reais e cinco centavos) no Exercício de 2024.

Ressaltamos que a conta 4.5.1.2.2.01.03.00 – Movimento de Fundos a Débito retrata os registros referente:

- Às Ordens Bancárias- OB recebidas da conta única do tesouro para a Conta bancária cadastrada e vinculada no CNPJ- conta D, para fazer frente aos pagamentos das despesas executadas no exercício financeiro na fonte de recurso 0112;
- Às transferências de recursos da Fonte 0118- FUNDEB advindas da Secretaria de Estado de educação;
- Ainda transferências de recursos de domicílio bancário- IDEP para outro domicílio bancário desta mesma unidade gestora, ou seja, conta recebedora para Conta Pagadora. No entanto, estas últimas movimentações efetuam registros tanto na conta 4.5.1.2.2.01.03.00 – Movimento de Fundos a Débito quanto na conta 3.5.1.2.2.01.03.00 – Movimento de Fundos a Crédito zerando o saldo na apuração do resultado do exercício de 2024.

13 – Recebimentos Extraorçamentários

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento, como os depósitos restituíveis (recursos relativos a consignações de folha de pagamento, retenções, fianças e cauções) e Inscrição de restos a pagar.

Conta Contábil	Descrição	Saldo (R\$)
6. 3.1.7.0.0.0.00.00	RP não processados – Inscrição no Exercício	R\$ 0,00
6.3.2.7.0.0.0.00.00	RP processados – Inscrição no Exercício	R\$ 0,00
2.1.8.8.0.0.0.00.00	Valores Restituíveis (movimento a crédito)	R\$ 11.319.880,34
Total		R\$ 11.319.880,34



Não houve inscrição de Restos a Pagar Não Processados e Restos a Pagar Processados no exercício.

Os Valores restituíveis representam a movimentação a crédito da conta contábil no total de R\$ 11.319.880,34 (onze milhões, trezentos e dezenove mil, oitocentos e oitenta reais e vinte e trinta e quatro centavos) que são referentes aos pagamentos de entradas compensatórias. E os Haveres Financeiros representam a movimentação a crédito da conta contábil que totalizou R\$ 336.173,57 (trezentos e trinta e seis mil, cento e setenta e três reais e cinquenta e sete centavos) referente despesas a regularizar com Pessoal.

14 - Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária perfaz o montante de R\$ 24.205.625,73 (vinte e quatro milhões, duzentos e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e três centavos), abaixo se demonstra as despesas empenhadas, liquidadas e pagas por fontes de recursos.

Item	Despesas por Fonte	Empenhado	Liquidado	Pago	AV (%) Empenho por Fonte x Despesa total
1	Recursos Ordinários (FT 1500000001)	R\$ 2.592.969,86	R\$ 2.267.080,40	R\$ 2.267.080,40	10,71%
2	1500001001	R\$ 18.284.637,40	R\$ 16.457.987,60	R\$ 16.270.031,65	75,03%
3	1540001030	R\$ 295.176,14	R\$ 295.176,14	R\$ 295.176,14	1,22%
4	1540001070	R\$ 2.529.494,43	R\$ 2.529.494,43	R\$ 2.529.494,43	10,45%
5	1569000001	R\$ 503.347,90	R\$ 128.399,00	R\$ 128.399,00	2,08%
Total das Despesas Orçamentárias		R\$ 24.205.625,73	R\$ 21.678.137,57	R\$ 21.490.181,62	100%

Em análise a tabela abaixo, constata-se que das Despesas Orçamentárias empenhadas 75,03% são despesas cobertas por recurso destinado à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – FT 1500001001.

15 – Transferências Financeiras Concedidas

As transferências financeiras concedidas para a execução orçamentária registrada na conta de variação patrimonial diminutiva 3.5.1.1.2.02.00 - Repasse Concedido apresenta o valor de R\$ 66.191,11 (sessenta e seis mil cento e noventa e um reais e onze centavos) sendo repasses financeiros referente a Portaria Conjunta nº 102, de 11 de janeiro de 2022 e 4º termo aditivo ao Termo Cooperação nº 039/PGE/2019, para subsidiar a Descentralização de Crédito com Fundo Penitenciário-FUPEN.

As Transferências financeiras concedidas independentes da Execução Orçamentária totalizam os registros na conta 3.5.1.2.2.01.03.00 – Movimento

de Fundos a crédito no valor de R\$2.082.156,76 (dois milhões, oitenta e dois mil, cento e cinquenta e seis reais e setenta e seis centavos).

16- Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício. Esse cálculo pode ser apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior.

Dispêndios	31/12/2024
(+) Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	R\$ 4.607.420,65
Ingressos	31/12/2023
(-) Saldo em espécie do Exercício Anterior	-R\$ 2.022.164,60
(=) Resultado Financeiro	R\$ 2.585.256,05

Observa-se que em relação ao exercício anterior houve um aumento no resultado financeiro, gerando um superávit de cerca de R\$ 2.585.256,05 (dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e seis reais e cinco centavos). O resultado financeiro não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial.

O Balanço Financeiro apresentou saldo total de resultado financeiro positivo na ordem de R\$ 43.384.718,95 (quarenta e três milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais e noventa e cinco centavos).

BALANÇO PATRIMONIAL

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023



ATIVO	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.607.420,65	2.022.164,60
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	751.288,29	596.294,23
ESTOQUES	1.040.043,98	1.190.490,75
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	31.981,87	30.380,72
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	6.430.734,79	3.839.330,30
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO	21.314.196,19	23.957.060,16
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	21.314.196,19	23.957.060,16
TOTAL DO ATIVO	27.744.930,98	27.796.390,46

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO CIRCULANTE		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	96.239,61	-
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	187.955,95	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-	-
ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	355.910,16	17.498,63
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	640.105,72	17.498,63
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
RESULTADOS ACUMULADOS	27.104.825,26	27.778.891,83
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.104.825,26	27.778.891,83
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.744.930,98	27.796.390,46

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		
Ativo Financeiro	4.607.420,65	2.022.164,60
Ativo Permanente	23.138.510,33	25.774.225,86
Total Ativo (I)	27.744.930,98	27.796.390,46
PASSIVO		
Passivo Financeiro	3.051.617,68	1.586.486,36
Passivo Permanente	115.976,20	5.697,11
Total Passivo (II)	3.167.593,88	1.592.183,47
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	24.574.337,10	26.204.206,99

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023



R\$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

R\$

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2024	31/12/2023
500 Recursos não Vinculados de Impostos.	-	810,00
540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	187.407,47	36.100,40
569 Outras Transferências de Recursos do FNDE	1.367.531,45	394.370,40
660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	864,05	4.397,44
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	1.555.802,97	435.678,24

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

17 – Ativo Circulante e Não Circulante

O Ativo Circulante no fim do exercício de 2024 totalizou o montante de R\$ 6.430.734,79 (seis milhões, quatrocentos e trinta mil, setecentos e trinta e quatro reais e setenta e nove centavos), equivalente a 23,18% em relação ao Ativo Total, sendo composto em sua maioria por Caixa e Equivalentes de Caixa.

O Saldo do Ativo não Circulante no fim de 2024 compreende 73,38% do Ativo Total, sendo em sua totalidade representado pelo Imobilizado.

Ativo - Composição	31/12/2024	AV (%)
Ativo Circulante	R\$ 6.430.734,79	21,62%
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 4.607.420,65	15,49%
Demais Créditos a Curto Prazo	R\$ 751.288,29	2,82%
Estoques	R\$ 1.040.043,98	3,50%
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	R\$ 31.981,87	0,11%
Ativo Não Circulante	R\$ 23.314.196,19	78,38%
Imobilizado	R\$ 23.314.196,19	78,38%
Total do Ativo	R\$ 29.744.930,98	100,00%

18 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O IDEP apresentou saldo de Caixa e Equivalentes de caixa em 31/12/2024 de R\$ 4.607.420,65, estando em sua totalidade nas contas do Banco do Brasil.

No caso da unidade gestora 160020 – IDEP, os valores de Caixa e Equivalentes de Caixa evidenciados no Balanço Financeiro e no Balanço Patrimonial são compostos pelas contas contábeis: conta 1.1.1.1.1.9.01.00- Banco Conta Movimento – Banco do Brasil (Contas Correntes- Conta tipo “D”) e 1.1.1.1.2.4.0.01.01- limite de saque (Conta Corrente: 001 02757X 0000100005 – Conta Única- Banco do Brasil e 0012757X104698 Conta Única FUNDEB, esta última gerenciada pela SEDUC), conforme saldos detalhados abaixo:

Caixa e Equivalentes de Caixa			31/12/2024
Conta Contábil	Conta Bancária	Descrição	Saldo Financeiro Disponível
11111190100	0012757X101257	Folha de Pagamento	R\$ 56.372,34

11111190100	0012757X101265	Fornecedor	R\$ 11.790,63
11111190100	0012757X103241	TED/PRONATEC	R\$ 435.934,29
11111190100	0012757X108685	Repasse Financeiro	R\$ 261.864,05
11111190100	0012757X113344		R\$ 316.692,07
11111190100	0012757X113689		R\$ 995.704,81
Total 11111190100			R\$ 2.078.358,19
11112400101	0012757X100005	Conta Única- Tesouro	R\$ 2.341.654,99
11112400101	0012757X104698	CTU FUNDEB	R\$ 187.407,47
Total 11112400101			R\$ 2.529.062,46
Total Consolidado			R\$ 3.315.504,21



Cabe ressaltar que embora os recursos financeiros referente à conta contábil 1.1.1.1.2.4.0.01.01- limite de saque (Conta Corrente: 001 02757X 0000100005 – Conta Única Banco do Brasil e 0012757X104698 Conta Única FUNDEB) estejam disponíveis ao IDEP para a execução financeira da Unidade, os mesmos são geridos pela Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia – SEFIN/RO, competindo a Gerência de Contas Bancárias do Tesouro – GCBT e a última pela Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, nos quais exercem a administração o controle e acompanhamento das respectivas Contas, de modo que, a Conciliação Bancária do saldo apresentado não cabe às unidades gestoras, conforme Decreto n. 20288/2015 e em observância ao Princípio da Unidade de Tesouraria, em que pese os recursos financeiros estarem disponíveis à Unidade IDEP para a execução financeira da unidade.

Deste modo, considerando os saldos apresentados nas contas 1.1.1.1.1.9.01.00- Banco Conta Movimento – Banco do Brasil (Contas Correntes- Conta tipo “D”) no valor de R\$ 2.078.358,19 () e saldos demonstrados na conta 1.1.1.1.2.4.0.01.01- limite de saque no importe de R\$ 2.529.062,46 (), o total de caixa e equivalente de caixa representam fidedignamente o saldos dos recursos disponíveis ao IDEP em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 4.607.420,65 ().

Ademais, a conta Caixa e Equivalentes de Caixa é apresentada no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro (do lado dos Dispendios no item Saldo para o Exercício Seguinte), como também na Demonstração dos Fluxos de Caixa, no item Caixa e Equivalente de Caixa Final, onde apresentam a devida conciliação dos saldos.

19 – Demais Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo. Este Instituto apresentou saldo na Conta de Demais créditos e valores a curto prazo no importe de R\$ 751.288,29 (setecentos e cinquenta e um mil, duzentos e oitenta e oito reais e vinte e nove centavos), conforme composição abaixo:

Demais Créditos a Curto Prazo		
Conta Contábil	Título	Saldo Financeiro 31/12/2024
11311000000	Adiantamentos Concedidos	R\$ 751.288,29
11311030000	Adiantamentos de Transferências Voluntárias	R\$ 71.820,00
11311020000	Suprimentos de Fundos	R\$ 0,00
11311990100	Diárias	R\$ 29.219,30
11311999900	Adiantamento diversos concedidos	R\$ 650.248,99
11380000000	Outros créditos e valores a receber a curto prazo	R\$ 0,00
11382020000	Créditos a receber decorrentes de permissão de uso	R\$ 0,00
Total Consolidado		R\$ 751.288,29

Os adiantamentos concedidos no valor de R\$ 751.288,29 (setecentos e cinquenta e um mil, duzentos e oitenta e oito reais e vinte e nove centavos) ora evidenciados referem-se: adiantamento de transferências voluntárias no valor de R\$ 71.820,00 (setenta e um mil, oitocentos e vinte reais), não houve adiantamentos a servidores com suprimentos de fundos; adiantamentos com Diárias no montante de R\$ 29.219,30 (vinte e nove mil, duzentos e dezenove reais e trinta centavos) e Adiantamentos diversos concedidos no valor de R\$ 650.248,99 (seiscentos e cinquenta mil, duzentos e quarenta e oito reais e noventa e nove centavos) referente aos repasses financeiros do Programa de Apoio Financeiro- PROAFI em favor do Conselho Escolar Valdinar Souza Ferreira/ Centro Técnico Estadual de Educação Rural Abaitará, autorizado pela Lei n° 4.265/2018 - PROAFI/IDEP.

A conta Convênios no montante de R\$ 71.820,00 (setenta e um mil, oitocentos e vinte reais) refere-se a convênios firmados entre esta unidade gestora e prefeituras do Estado de Rondônia para a execução de cursos de formação inicial e continuada para jovens e adultos. A saber:

Convênios		
Prefeitura	Termo de Convênio	Valor
Município de Ji Paraná	425/PGE/2022 (0030050970)	R\$ 71.820,00
Total		R\$ 71.820,00

Ressaltamos que o Termo de Convênio n° 425/PGE-2022 encontram-se homologado a sua prestação de cotas e realizado sua respectiva baixa em janeiro/2025 conforme Processo n° 0048.068419/2022-36.

O saldo apresentado na conta Diárias montante de R\$ 29.219,30 refere-se as diárias que se encontram dentro do prazo, com as devidas prestações de contas na fase de análise.

A conta Adiantamento Diversos concedidos com saldo de R\$ 650.248,99 refere-se aos repasses financeiros do Programa de Apoio Financeiro- PROAFI em favor do Conselho Escolar Valdinar Souza Ferreira/ Centro Técnico Estadual de Educação Rural Abaitará, autorizado pela Lei n° 4.265/2018 - PROAFI/IDEP.

20 – Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades. Neste Instituto, os Estoques apresentaram saldos na conta contábil 115000000 - Estoques, no valor de R\$ 1.040.043,98.

Esta unidade gestora possui 3 (três) unidades físicas de almoxarifados, sendo a sede administrativa, Escola Técnica -ETEC com as salas descentralizadas e o CENTEC-Abaitará. O controle de estoque é realizado pelo sistema de gerenciamento de almoxarifado (SGA), onde cada unidade executora possui um estoque separado.

Apresenta-se abaixo o detalhamento do saldo:

Material de Consumo			
Conta Contábil nº 115610100			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	Saldo - 12/2024	(%)
339030-04	Gás e outros materiais engarrafados	R\$ -	0,00%
339030-07	Gêneros de Alimentação	R\$ 60.566,99	5,82%
339090-14	Material Educativo e Esportivo	R\$ 5.325,00	0,51%
339030-16	Material de Expediente	R\$ 143.783,63	13,82%
339030-17	Material de Processamento de Dados	R\$ 48.490,18	4,66%
339030-18	Material e Medicamentos para Uso Veterinário	R\$ 15.880,00	4,24%
339030-19	Material de Acondicionamento e Embalagem	R\$ 1.820,00	0,17%
339030-21	Material de Copa e Cozinha	R\$ 15.101,04	1,45%
339030-22	Material de Limpeza e Produto de Higiênização	R\$ 165.863,96	15,94%
339030-23	Uniformes Tecidos e Aviamentos	R\$ 1.926,66	0,19%
339030-24	Material para Manutenção de Bens Imóveis	R\$ 48.665,46	4,68%
339030-25	Material para Manutenção de Bens Móveis	R\$ 319,00	0,03%
339030-26	Material Elétrico e Eletrônico	R\$ 222.670,27	21,40%
339030-28	Material de Proteção e Segurança	R\$ 31.290,89	3,01%
339030-31	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	R\$ 7.043,32	0,68%
339030-36	Material Hospitalar	R\$ 6.238,54	0,60%
339030-42	Ferramentas	R\$ 57.821,15	5,56%
339030-44	Material de Sinalização Visual e Outros	R\$ 224,62	0,02%
339032-99	Outros Materiais de Consumo	R\$ 61.305,89	5,89%
Total - Almoxarifado		R\$ 894.336,60	85,99%
Conta Contábil nº 11581000000			
339032-03	Material Destinado a Assistência Social	R\$ 69.508,87	6,68%
339032-99	Material Educacional e Cultural	R\$ 76.198,51	7,32%
339032-99	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	R\$ 0,00	0,00%
Total - Outros Estoques		R\$ 145.707,38	14,01%
Total Estoques		R\$ 1.040.043,98	100,00%



Tendo em vista a demonstração dos itens que compõe a conta Estoque, observa-se que os materiais de maior representatividade no Estoques são: o Grupo Material Elétrico e Eletrônico representando 21,40% do total de estoque; Material de Limpeza e Produtos de Higiênização correspondendo a 15,94% e Material de Expediente que corresponde a 13,82% do total da conta.

Ao final do Exercício de 2024 esta unidade apresentou um saldo de materiais em estoque, na ordem de R\$ 1.040.343,98 .

Cabe salientar que as baixas desses materiais mediante requisições são apuradas através do Controle de Entrada e Saída dos Materiais em Estoque encaminhadas a esta Contadoria Setorial pelo Setor de Patrimônio e Almoxarifado através do processo 0048.000079/2024-16, onde mensalmente verifica-se a conciliação entre o saldo da conta Estoques (11561010000 e 11581000000) e o controle administrativo.

O Inventário do Estoque de Almoxarifado, Anexo TC-13, entregue pela Gestão (0056385287) no qual apresenta de forma analítica componentes da conta de Almoxarifado e Outros Estoques, apresenta conformidade com o saldo evidenciado no Balanço Patrimonial.

21 – Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Este Instituto apresentou saldo no valor de R\$ 31.981,87 relativo às contas: 1.1.9.1.1.0.0.00.00 – Prêmios de seguros a apropriar referente a seguros de veículos com vigência de 12 meses, conforme processo 0048.484626/2019-39 e, ainda, a conta 1.1.9.3.1.0.0.00.00-Assinaturas e anuidades a apropriar pertinente a assinatura de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública com período de cobertura de 12 meses processo SEI 0048.262729/2021-64 .

22 – Imobilizado

Em 31/12/2024, o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional apresentou saldo – valor líquido de R\$ 21.314.196,19 relacionados a imobilizado. Sendo o saldo líquido de Bens Móveis no montante de R\$ 16.292.578,49 e o saldo de Bens Imóveis no valor líquido de R\$ 5.021.617,70.

O imobilizado é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção acrescidos de reavaliação e deduzidos de depreciação acumulada e perda por dedução ao valor recuperável, quando aplicável, conforme Instrução Normativa nº 005/2019/SEPAT-COCEN.

A elaboração do inventário físico é de responsabilidade desta unidade gestora IDEP. A disponibilização do inventário físico é efetuada pela Comissão Inventariante instituída por Portaria, conforme Decreto nº 24.041/2019, esses inventários são geridos pelo Sistema de Gestão Integrada do Governo do Estado de Rondônia – e-Estado, sistema este definido como método oficial de gestão de recursos humanos, patrimonial e material no âmbito dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, sendo sua utilização obrigatória como dispõe o Decreto nº 22.067 de 29 de junho de 2017, e está sob a coordenação da Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do grupo de contas Imobilizado, para o exercício de 2024.



Imobilizado - Composição	31/12/2024	31/12/2023
Bens Móveis - Valor líquido	R\$ 16.292.578,49	R\$ 18.862.515,19
(+) Valor Bruto Contábil	R\$ 21.357.496,15	R\$ 21.041.033,75
(-) Depreciação/Amort./Ex. Acum. de Bens Móveis	-R\$ 5.064.917,66	-R\$ 2.172.433,62
Bens Imóveis - Valor líquido	R\$ 5.021.617,70	R\$ 5.088.460,03
Bens imóveis	R\$ 5.094.544,97	R\$ 5.094.544,97
(-) Depreciação/Amort./Ex. Acum. de Bens Imóveis	-R\$ 72.927,27	-R\$ 6.084,94
Total do Imobilizado	R\$ 21.314.196,19	R\$ 23.950.975,22

Houve a necessidade de realizar registro de eventos subsequentes conforme orientado por meio do Processo SEI 0088.000209/2025-17 e solicitado autorização por meio do Processo SEI 0048.000281/2025-11, com o intuito de realizar correção no lançamento realizado a maior da depreciação referente a conta contábil 12381010300 no montante de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

22.1- Bens Móveis

Este IDEP apresentou, o Valor Contábil Bruto de R\$ 21.357.496,15 composto, conforme quadro abaixo:

Conta Contábil	Discriminação	Saldo SIGEF 31/12/2024	(%)
1.2.3.1.1.01.01	Aparelhos de Med. E Orientação	R\$ 38.082,77	0,18%
1.2.3.1.1.01.02	Aparelhos e Equip. de Comunicação	R\$ 4.127,60	0,000193262
1.2.3.1.1.01.03	Aparelhos e Equip. e Utensílios Médicos, Odontol.	R\$ 34.752,87	0,16%
1.2.3.1.1.01.04	Aparelhos e Equip. para Esportes	R\$ 2.938,75	0,01%
1.2.3.1.1.01.05	Equip. Proteção, Seg. e Socorro	R\$ 0,00	0,00%
1.2.3.1.1.01.06	Maquinas e Equip. Industriais	R\$ 68.396,14	0,32%
1.2.3.1.1.01.07	Máquinas e Equip. Energéticos	R\$ 20.629,96	0,10%
1.2.3.1.1.01.09	Máquinas, ferramentas e Utensílios	R\$ 2.412,74	0,01%
1.2.3.1.1.01.19	Maq.Equip e Utens. Agropecuários	R\$ 71.468,25	0,33%
1.2.3.1.1.01.20	Maq. e Equip e Utens. Rodoviários	R\$ 2.250,00	0,01%
1.2.3.1.1.02.01	Equip. de Processamentos Dados	R\$ 224.981,55	1,05%
1.2.3.1.1.02.02	Equip. Tecnologia da Informação	R\$ 2.313.282,07	10,83%
1.2.3.1.1.03.01	Aparelhos e Utensílios Domésticos	R\$ 76.585,87	0,36%
1.2.3.1.1.03.02	Maquinas e Utensílios de escritório	R\$ 55.779,66	0,26%
1.2.3.1.1.03.03	Mobiliário em Geral	R\$ 1.573.731,79	7,37%
1.2.3.1.1.03.04	Utensílios em Geral	R\$ 587.017,03	2,75%
1.2.3.1.1.04.05	Equip. Áudio, vídeo e foto	R\$ 220.650,95	1,03%
1.2.3.1.1.04.99	Outros Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	R\$ 65,29	0,00%
1.2.3.1.1.05.01	Veículos em Geral	R\$ 15.306,50	0,07%
1.2.3.1.1.05.03	Veículos tração mecânica	R\$ 15.768.504,00	73,83%
1.2.3.1.1.05.05	Aeronaves	R\$ 56.958,00	0,27%
1.2.3.1.1.99.03	Peças Não Incorporáveis ao Imóvel	R\$ 1.518,00	0,01%
1.2.3.1.1.10.00	Semoventes	R\$ 218.056,36	1,02%
TOTAL		R\$ 21.357.496,15	100,00%

Este IDEP apresentou, o Valor Contábil Bruto de R\$ 21.357.496,15 composto, conforme quadro abaixo:

Dos Bens Móveis registrados neste IDEP, o subgrupo Veículo Tração mecânica com saldo de R\$ 15.768.504,00 representa 73,73% da conta Bens Móveis. Neste subgrupo veículo de tração mecânica estão classificadas 06 (seis) unidades móveis, sendo: Unidade móvel de Panificação e Confeitaria, Unidade Móvel de Imagem Pessoal, Unidade móvel de manutenção de Máquinas Agrícolas, Unidade de Piscicultura e Frigorífico, Escola Móvel de Informática e Escola Móvel de Manutenção de Motocicleta. Em sequência o grupo de Equipamentos de Tecnologia da Informação com 10,83% e Mobiliário em Geral com 7,37% da totalidade, esses três grupos são responsáveis 92,03% do total de bens móveis.

No exercício de 2024, através da Portaria nº 83 de 12 de abril de 2024, publicada em 12 de abril de 2024, foi nomeada Comissão Permanente de Inventário e Desfazimento Bens Móveis, que apresentou o Relatório Definitivo de Inventário dos Bens Móveis -2024, nos autos do Processo 0048.001529/2024-80, contendo Relação de Bens Servíveis, Bens Não Localizados, Bens Inservíveis, conforme solicita o Decreto nº 24.041/2019.

Além disto, a referida Comissão apresentou relação de bens achados (bens de terceiros), bens estes não incorporados no Sistema e-Estado, que deverão ser adotadas as devidas providências no Exercício de 2024.

Diante da entrega do Relatório Prévio de Inventário dos Bens Móveis - 2024 (0056369771) devidamente assinado pela Comissão nomeada e autorizado pela Presidente desta Autarquia, os Bens Não localizados e Bens Inservíveis foram desconhecidos do Grupo de Ativo Imobilizado, por não atenderem os critérios contábeis de ativo, dentre eles o controle e geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Ressaltamos que houve reclassificação dos bens móveis conforme dispôs os processos SEI 0088.000400/2024-88 e 0064.068342/2022-04.

22.2 – Bens Imóveis

O saldo apresentado na Conta 1.2.3.2.1.0.0.00.00- Bens Imóveis – Consolidação refere-se a Construção de uma guarita, com 15,69m²; Construção de um bicicletário com piso intertravado, com 4,51m²; Construção de um estacionamento para carro com piso intertravado, com 72,43m²; Construção de uma calçada com piso intertravado, com 93,09m² e Construção de um portal de entrada em estrutura metálica, no Centro Técnico Estadual de Educação Rural Abaitará, autorizado pela Lei nº 4.265/2018 - PROAFI/IDEP, no montante de R\$ 305.519,23 (trezentos e cinco mil, quinhentos e dezenove reais e vinte e três centavos), conforme Processo 0048.297999/2020-13. E ainda, no montante de R\$ 4.789.025,71 referente a transferência do prédio do Centro Técnico Estadual de Educação Rural Abaitará - CENTEC localizado no interior Lote Rural nº 01-B, Setor Abaitará, no Município de Pimenta Bueno, matrícula nº 4.208.

23 – Depreciação, Exaustão, Amortização Acumulada

Em dezembro/2023 houve uma mudança no critério de depreciação, no qual reconheceu o valor líquido contábil como montante para realizar a depreciação, e não mais o valor de aquisição do bem, assim como o que veio gerar diversas inconsistências nos relatórios disponibilizados pelo E-Estado, sendo que esta contabilidade utilizou por base para efetuar seus lançamentos contábeis os relatórios que ali foram emitidos, sendo aberto chamado para solucionar a problemática, conforme Sei id. (0044961938).

Posteriormente por meio do documento (0044956456) processo SEI nº 0064.000087/2024-56 no qual fomos orientados a realizamos os ajustes necessários.

Em 2024 houve a reclassificação das contas contábeis dos bens móveis que foram reclassificados em outras contábeis conforme dispôs os Processos SEI 0088.000400/2024-88 e 0064.068342/2022-04.

Considerando que a Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária – SEPAT, tem a finalidade de administrar, fiscalizar, coordenar, executar e controlar as atividades inerentes ao patrimônio mobiliário, imobiliário e à Regularização Fundiária Urbana, Rural da Administração Pública Estadual em conjunto com a Instrução Normativa nº 10/2019/SEPATASJUR que dispõe sobre os procedimentos de análise e competências do imobiliário do Governo do Estado de Rondônia, publicada na edição DIOF nº 229/2019 de 06/12/2019.

24 - Passivo Circulante e Não Circulante

O Passivo Circulante ao final do exercício de 2024 equivale a 2,31% do Total do Passivo e Patrimônio Líquido. O saldo do Passivo Circulante ao final do exercício é composto por Pessoal a Pagar em 0,35%, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo representando 0,68% do Total do Passivo e Patrimônio Líquido e referente a conta de Demais Obrigações a Curto Prazo com 1,28%.

Quanto ao Patrimônio Líquido observa-se que este equivale a 97,69% do Passivo total, no Exercício de 2024.

Passivo - Composição	31/12/2024	(%)
Passivo Circulante	R\$ 640.105,72	2,31%
Obrigações Trab. E Previdenciárias	R\$ 96.239,61	0,35%
Pessoal a Pagar	R\$ 96.239,61	0,35%
Benefícios assistenciais a Pagar	R\$ 0,00	0,00%
Fornecedores e contas a Pagar Curto Prazo	R\$ 187.955,95	0,68%
Fornecedores e contas a Pagar Curto Prazo	R\$ 187.955,95	0,68%
Demais Obrigações a curto Prazo	R\$ 355.910,16	1,28%
Valores restituíveis	R\$ 336.173,57	1,21%
Outras obrigações a curto prazo	R\$ 19.736,59	0,07%
Passivo Não Circulante	-	0,00%
Total do Passivo	R\$ 640.105,72	2,31%
Patrimônio Líquido	R\$ 27.104.825,26	97,69%
Resultados Acumulados	R\$ 27.104.825,26	97,69%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	R\$ 27.744.930,98	100,00%



Os valores restituíveis registrados na conta 2.1.8.8.3.0.1.02.00 são relacionados às retenções previdenciárias de serviços tomados cuja liquidação ocorreu em dezembro/2024.

25 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Quanto às outras Obrigações a Curto Prazo, trata-se de obrigações decorrentes de transações sem contraprestações, sendo registro devido Cessão de uso de bem móvel por tempo determinado advindo da Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC, conforme Processo 0070.068439/2022-20.

26 - Superávit/Déficits do Exercício

A conta Resultados Acumulados apresenta saldo de R\$ 27.634.269,13, composto da seguinte forma:

Resultados Acumulados	Valor (R\$)
Superávit ou Déficit do Exercício	R\$ 0,00

Superávit ou Déficit de Exerc. Anteriores	R\$ 27.778.891,83
Ajustes de Exercícios Anteriores	-R\$ 144.622,70
(=) Superávit ou Déficit Acumulados	R\$ 27.634.269,13



27 - Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta de Ajustes de Exercícios Anteriores registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes e integra a conta Resultados Acumulados.

Na conta de ajustes de exercícios anteriores ocorreram lançamentos negativos e positivos, resultando um saldo final na conta (2.3.7.1.1.03.02.00) na ordem de R\$ 144.622,70, referente em sua maioria a lançamentos de baixa regular de prestação de contas de diárias e dentre outros.

28 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2024

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			R\$
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2024	Janeiro a Dezembro / 2023	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	166.494,61	628.879,62	
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	166.494,61	628.879,62	
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	27.195.310,23	32.035.640,68	
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	25.867.150,23	32.035.640,68	
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	1.328.160,00	-	
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	271.574,10	4.833.724,64	
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	269.497,38	4.829.950,70	
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.076,72	3.773,94	
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.519,02	37.905,89	
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.519,02	37.905,89	
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	27.636.897,96	37.536.150,83	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2024	Janeiro a Dezembro / 2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.821.252,41	11.278.864,32
PESSOAL E ENCARGOS	10.010.766,67	9.637.229,79
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.694.928,30	1.517.590,63
ENCARGOS PATRONAIS	115.557,44	124.043,90
BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.734.878,03	1.954.985,05
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	1.734.878,03	1.954.985,05
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	12.086.469,26	12.547.909,24
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.374.585,12	2.185.688,17
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	7.755.946,84	9.130.116,47
SERVIÇOS	2.952.937,30	1.232.104,60
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	147,45	21.683,71
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	147,45	21.683,71
JUROS E ENCARGOS DE MORA	2.262.251,83	7.855.364,74
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	2.186.441,83	7.783.544,74
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	75.810,00	71.820,00
TRANSFERÊNCIAS INTER-GOVERNAMENTAIS	246.572,53	53.561,60
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	10.833,45	-
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	235.739,08	53.561,60
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	14.740,62	19.977,39
TRIBUTÁRIAS	7.796,62	7.417,39
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.944,00	12.560,00
CONTRIBUIÇÕES	29,70	152.625,59
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-	152.616,00
INCENTIVOS	29,70	9,59
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	28.163.341,83	33.884.971,64
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	(526.443,87)	3.651.179,19
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)		

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

29 – Variações Patrimoniais Aumentativas

As Variações Patrimoniais Aumentativas foram na ordem de R\$ 27.636.897,96 (vinte e sete milhões, seiscentos e trinta e seis mil, oitocentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos) desse valor as contas que apresentaram maior relevância foram as Transferências Intragovernamentais perfazendo o montante de R\$ 27.195.310,23 (vinte e sete milhões, cento e noventa e cinco mil, trezentos e dez reais e vinte e três centavos), composta conforme detalhamento abaixo:, composta conforme detalhamento abaixo:

Transferências Intragovernamentais		
Conta Contábil	Título	Saldo Financeiro 31/12/2024
4.5.1.1.2.0.2.00.00	Repasse Recebido	R\$ 22.232.297,79
4.5.1.1.2.1.3.00.00	Correspondência de débitos- saldos financeiros	R\$ 2.975.660,43
4.5.1.2.2.0.1.03.00	Movimentos de fundos a débito	R\$ 621.098,05
4.5.1.0.0.0.0.00.00	Total Consolidado	R\$ 25.829.056,27

Oportuno, reprimir que a conta 4.5.1.1.2.0.2.00.00- Repasse Recebido no valor de R\$ 22.232.297,79 (vinte e dois milhões, duzentos e trinta e dois mil, duzentos e noventa e sete reais e setenta e nove centavos), refere-se às Ordens Bancárias- OB recebidas da conta única do tesouro do Estado nº 001.2757X.10.0005 da UG/Gestão 140099 para execução orçamentária das despesas com Fonte de Recurso 0100- ordinário.

A conta 4.5.1.2.2.01.03.00 – Movimento de Fundos a Débito retrata os registros referente às Ordens Bancárias recebidas da conta única do tesouro para a Conta “D” - IDEP, na fonte de recurso 0112; bem como às transferências de recursos da Fonte 0118- FUNDEB advindas da Secretaria de Estado de educação e ainda transferências de recursos entre contas do domicílio bancário- IDEP, ou seja, conta recebedora para Conta Pagadora.

E ainda na conta contábil 4.5.1.1.2.1.3.00.00 - Correspondência de débitos – saldos financeiros no valor de R\$ 2.975.660,43 (dois milhões, novecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e sessenta reais e quarenta e três centavos), refere-se as movimentações da Conta do FUNDEB (02757X 0000104698) com características de Conta Única, advindas da Secretaria de Estado de Educação-SEDUC, com finalidade de cobertura da folha de pagamento FT 0118-FUNDEB.

A conta 4.5.1.2.2.0.1.03.00 – Movimento de Fundos a Débito totalizando o valor de R\$ 621.098,05 no Exercício de 2024, refere-se às transferências de recursos financeiros advindas da Secretaria de Estado de Educação, sendo também contabilizadas nesta conta às transferências de recursos financeiros de outras Secretarias, mediante descentralização de crédito e as liberações financeiras da conta única mediante limite de saque e vinculação de pagamento FT 0100.

30 - Variações Patrimoniais Diminutivas

Ao final do Exercício de 2024, as Variações Patrimoniais Diminutivas foram na ordem de R\$ 28.163.341,83 (vinte e oito milhões, cento e sessenta e três mil, trezentos e quarenta e um reais e oitenta e três centavos).

Observa-se que do Total das Variações Patrimoniais Diminutivas, o item que teve maior relevância no resultado foi “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo”, totalizando R\$ 12.083.469,26 (doze milhões, oitenta e três mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e vinte e seis centavos), sendo seu impacto em 42,90% do valor total das Variações Patrimoniais Diminutivas.

A Variação Patrimonial Diminutiva de Pessoal e Encargos compreende as remunerações a pessoal, encargos patronais e benefícios.

Em seguida a Variação Patrimonial diminutiva de “Pessoal e Encargos”, representa 41,97% do total das variações diminutivas, conforme quadro abaixo:



Variações Patrimoniais Diminutivas	Valor R\$	(%)
Pessoal e Encargos	R\$ 11.821.252,41	41,97%
Remuneração a Pessoal	R\$ 10.010.766,67	-
Encargos Patronais	R\$ 1.694.928,30	-
Benefícios a Pessoal	R\$ 115.557,44	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ 1.734.878,03	6,16%
Outros Benefícios Assistenciais	R\$ 1.734.878,03	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	R\$ 12.083.469,26	42,90%
Uso de Material de Consumo	R\$ 1.374.585,12	-
Serviços	R\$ 7.755.946,84	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	R\$ 2.952.937,30	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	R\$ 147,45	0,00%
Juros e Encargos de mora	R\$ 147,45	-
Transferências e Delegações Concedidas	R\$ 2.262.251,83	8,03%
Transferências Intragovernamentais	R\$ 2.186.441,83	-
Transferências a Instituições Privadas	R\$ 75.810,00	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	R\$ 246.572,53	0,88%
Perdas Involuntárias	R\$ 10.833,45	-
Desincorporação de Ativos	R\$ 235.739,08	-
Tributárias	R\$ 14.740,62	0,05%
Impostos, taxas e contribuições de melhorias	R\$ 7.796,62	-
Contribuições	R\$ 6.944,00	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 29,70	0,00%
Incentivos	R\$ 0,00	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 29,70	-
Total	R\$ 28.163.341,83	100,00%

31 – Resultado Patrimonial do Período

A apuração do Resultado Patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício.

O Resultado Patrimonial do período de 2024 apresentou saldo de R\$ 526.443,87 (quinhentos e vinte e seis mil, quatrocentos e quarenta e três dólares e oitenta e sete centavos).

Variações Patrimoniais Quantitativas	Valor
(+) Total das Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 27.636.897,96
(-) Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	-R\$ 28.163.341,83
Resultado Patrimonial do Período	-R\$ 526.443,87

32 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2024



	Janeiro a Dezembro 2024	Janeiro a Dezembro 2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	38.647.110,24	43.524.269,40
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	166.494,61	628.879,62
Remuneração das Disponibilidades	3.519,02	37.905,89
Outras Receitas Derivadas e Originárias	27.157.216,27	32.035.640,68
Transferências recebidas	11.319.880,34	10.821.843,21
Outros ingressos operacionais	-	-
Desembolsos	35.773.703,34	43.866.535,65
Pessoal e demais despesas	22.136.785,95	24.719.051,12
Juros e encargos da dívida	-	-
Transferências concedidas	2.641.409,10	8.313.168,50
Outros desembolsos operacionais	10.995.508,29	10.834.316,03
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	2.873.406,90	(342.266,25)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	-	-
Alienação de bens	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	288.150,85	4.955.426,68
Aquisição de ativo não circulante	288.150,85	4.955.426,68
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros desembolsos de investimentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	(288.150,85)	(4.955.426,68)

	Janeiro a Dezembro 2024	Janeiro a Dezembro 2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	-	-
Operações crédito	-	-
Integralização do capital social de empresas dependentes	-	-
Outros ingressos de financiamentos	-	-
Desembolsos	-	-
Amortização / Refinanciamento da dívida	-	-
Outros desembolsos de financiamentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	2.585.256,05	(5.297.692,93)
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	2.022.164,60	7.319.857,53
Caixa e Equivalente de Caixa Final	4.607.420,65	2.022.164,60

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2024

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS



	Janeiro a Dezembro 2024	Janeiro a Dezembro 2023
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais		
da União	1.328.160,00	-
de Estados e Distrito Federal	1.328.160,00	-
de Municípios	-	-
Intragovernamentais		
Outras transferências recebidas	25.829.056,27	32.035.640,68
Total das Transferências Recebidas	27.157.216,27	32.035.640,68
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais		
a União	-	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	-	-
a Consórcios Públicos	-	-
Intragovernamentais		
Outras transferências concedidas	2.641.409,10	8.313.168,50
Total das Transferências Concedidas	2.641.409,10	8.313.168,50

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2024

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	Janeiro a Dezembro 2024	Janeiro a Dezembro 2023
Legislativa	-	-
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	280.348,80	186.899,20
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	21.856.437,15	24.532.151,92
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	22.136.785,95	24.719.051,12

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2024

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	Janeiro a Dezembro 2024	Janeiro a Dezembro 2023
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

33- Fluxo da caixa das Atividades Operacionais

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

34 - Ingressos

Os ingressos em sua maioria são compostos por Transferências Recebidas compondo 70,27% perfazendo o importe de R\$ 27.157.216,27 (vinte e sete milhões, cento e cinquenta e sete mil, duzentos e dezesseis reais e vinte e sete centavos). Estas transferências compreendem os recursos financeiros recebidos por esta Unidade Gestora- IDEP sendo repassados pelas Secretarias e Entidades da Administração Pública estadual.

Atividades Operacionais	31/12/2024	AV(%)
Ingressos	R\$ 38.647.110,24	100,00%
Remuneração das Disponibilidades	R\$ 166.494,61	0,43%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	R\$ 3.519,02	0,01%
Transferências Recebidas	R\$ 27.157.216,27	70,27%
Outros Ingressos Operacionais	R\$ 11.319.880,34	29,29%



O evidenciado na coluna de Outros Ingressos Operacionais no valor de R\$ 11.319.880,34, refere-se aos valores que transitaram pelo movimento a crédito no grupo de contas 1.1.3.8.0.0.0.00.00 – outros créditos a receber e valores a curto prazo e 2.1.8.8.0.0.0.00.00 - Valores Restituíveis.

35 -Desembolsos

Em 31 de dezembro de 2024, os desembolsos das atividades operacionais referentes às despesas orçamentárias com Pessoal e Demais Despesas, Transferências Concedidas e Outros Desembolsos Operacionais totalizaram R\$ 22.136.785,95.

Atividades Operacionais	31/12/2024	(%)
Desembolsos	R\$ 35.773.703,34	100,00%
Pessoal e demais despesas	R\$ 22.136.785,95	61,88%
Transferências Concedidas	R\$ 2.641.409,10	7,38%
Outros desembolsos operacionais	R\$ 10.995.508,29	30,74%

O evidenciado na coluna de outros desembolsos operacionais no valor de R\$ 10.995.508,29 (dez milhões, novecentos e noventa e cinco mil, quinhentos e oito reais e vinte e nove centavos), refere-se aos valores que transitaram pelo movimento a débito no grupo de contas 1.1.3.8.0.0.0.00.00 – outros créditos a receber e valores a curto prazo e 2.1.8.8.0.0.0.00.00 - Valores Restituíveis.

36- Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão.

No exercício de 2024, as atividades de investimento, apresentaram saldo nos desembolsos relacionados a Aquisição de ativo não circulante no valor de R\$ 288.150,85 (Duzentos e oitenta e oito mil, cento e cinquenta dólares e oitenta e cinco centavos), referente aquisição de material permanente.

37- GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa, a geração líquida de Caixa e equivalentes de caixa da Demonstração de Fluxo de Caixa-DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro. Portanto, em 31 de dezembro de 2024 a geração líquida de caixa e Equivalente de caixa foi na ordem de R\$ 2.585.256,05.

Geração Líquida- BF x DFC	2024
(+) Caixa e Equivalente de Caixa Final	R\$ 4.607.420,65
(-) Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	-R\$ 2.022.164,60
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 2.585.256,05

38. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Anexo 19 - Lei Federal Nº 4.320/64

Exercício de 2024



Valores em R\$

Mês Referência: Dezembro									
ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais							27.778.891,83		27.778.891,83
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-147.622,70	-	-147.622,70
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-529.443,87	-	-529.443,87
Constituição / Reversão de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos Finais							27.101.825,26		27.101.825,26

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

Em aspecto operacional da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), evidencia a movimentação ocorrida em cada componente do Patrimônio Líquido com a divulgação, em separado, dos efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros. Demonstra também a evolução do PL da entidade. A DMPL no Demonstrativo de 2024 constata-se que, houve um resultado do período que totalizou -R\$ 526.443,87 (quinhentos e vinte e seis mil, quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta e sete centavos) esse saldo não necessariamente representa um prejuízo mas, representa o valor das receitas ocorridas no período subtraído das despesas, que neste caso, entram despesas independente da execução orçamentária quais sejam: despesa com a depreciação de bens móveis e imóveis, desincorporação de bens, uso de material de estoque e dentre outras despesas consideradas no cálculo do demonstrativo), o que ocasionou um montante deficitário do patrimônio líquido; conforme consta de maneira mais detalhada na tabela do item 30 - Variações Patrimoniais Diminutivas; restando assim saldo para o exercício seguinte de R\$ 27.104.825,26 (vinte e sete milhões, cento e quatro mil, oitocentos e vinte e cinco reais e vinte e seis centavos).

GABRIELA NASCIMENTO DE SOUZA

Analista Contábil - COGES

Contadoria Setorial - IDEP

CRC nº 007264/O-4

ADIR JOSEFA DE OLIVEIRA

Presidente do CONSUP/IDEP-RO



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Nascimento de Souza**, Analista, em 13/03/2025, às 00:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Adir Josefa de Oliveira**, Presidente, em 13/03/2025, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](http://portal.do.SEI), informando o código verificador **0058046958** e o código CRC **CBC76D3E**.



Item	Descrição	Valor	Observações
1	Ativo		
2	Passivo		
3	Ativo		
4	Passivo		
5	Ativo		
6	Passivo		
7	Ativo		
8	Passivo		
9	Ativo		
10	Passivo		
11	Ativo		
12	Passivo		
13	Ativo		
14	Passivo		
15	Ativo		
16	Passivo		
17	Ativo		
18	Passivo		
19	Ativo		
20	Passivo		
21	Ativo		
22	Passivo		
23	Ativo		
24	Passivo		
25	Ativo		
26	Passivo		
27	Ativo		
28	Passivo		
29	Ativo		
30	Passivo		
31	Ativo		
32	Passivo		
33	Ativo		
34	Passivo		
35	Ativo		
36	Passivo		
37	Ativo		
38	Passivo		
39	Ativo		
40	Passivo		
41	Ativo		
42	Passivo		
43	Ativo		
44	Passivo		
45	Ativo		
46	Passivo		
47	Ativo		
48	Passivo		
49	Ativo		
50	Passivo		
51	Ativo		
52	Passivo		
53	Ativo		
54	Passivo		
55	Ativo		
56	Passivo		
57	Ativo		
58	Passivo		
59	Ativo		
60	Passivo		

Este balanço foi elaborado de acordo com as normas contábeis em vigor e representa a situação financeira da entidade em 31 de dezembro de 2025. O balanço foi elaborado com base nos dados fornecidos pela administração da entidade e não representa uma garantia de que os dados são corretos e completos. O balanço foi elaborado com base nos dados fornecidos pela administração da entidade e não representa uma garantia de que os dados são corretos e completos.

Assinatura do Responsável Técnico
Assinatura do Responsável Técnico
Assinatura do Responsável Técnico
Assinatura do Responsável Técnico

Assinatura do Responsável Técnico
Assinatura do Responsável Técnico

Este balanço foi elaborado de acordo com as normas contábeis em vigor e representa a situação financeira da entidade em 31 de dezembro de 2025. O balanço foi elaborado com base nos dados fornecidos pela administração da entidade e não representa uma garantia de que os dados são corretos e completos.

Este balanço foi elaborado de acordo com as normas contábeis em vigor e representa a situação financeira da entidade em 31 de dezembro de 2025. O balanço foi elaborado com base nos dados fornecidos pela administração da entidade e não representa uma garantia de que os dados são corretos e completos.

Este balanço foi elaborado de acordo com as normas contábeis em vigor e representa a situação financeira da entidade em 31 de dezembro de 2025. O balanço foi elaborado com base nos dados fornecidos pela administração da entidade e não representa uma garantia de que os dados são corretos e completos.



G3310611227056831
06/06/2025 11:37:05

Cliente - Conta atual

Agência 2757-X
Conta corrente 10324-1INST E D E P - IDEP-PRONA
Período do extrato Mês atual

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
03/04/2025		0000	00000	000 Saldo Anterior			446.149,91 C
Saldo							446.149,91C
Juros *							0,00
Data de Debito de Juros							30/06/2025
IOF *							0,00
Data de Debito de IOF							01/07/2025

*** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA ***

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: JF049495 ROSE CARVALHO FERREIRA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678

Para deficientes auditivos 0800 729 0088

10

10



Client - Client

Client Name: [illegible]
Client Address: [illegible]
Client Phone: [illegible]

Comments

[illegible text block containing multiple lines of faint, mirrored text]

[illegible text block containing mirrored text]

[illegible text block containing mirrored text]

[illegible text block containing mirrored text]